Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Educação - Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

Verônica de Jesus Brandão

Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)

Salvador
2012

Verônica de Jesus Brandão

Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientação da Profª. Dra. Elizabete Conceição Santana.

Banca examinadora:

Orientadora Profª. Dra. Elizabete Conceição Santana

Profª. Drª. Ione Celeste Jesus de Sousa – UEFS

Profª. Drª. Jaci Maria Ferraz de Menezes – UNEB

Salvador
2012

B817 **Brandão, Verônica de Jesus**

Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915) /Verônica de Jesus Brandão – Salvador, 2012.

117f.:il

Orientador Profª Drª Elizabete Conceição Santana

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

"PRÁTICAS CURRICULARES NAS ESCOLAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS: UM ESTUDO DAS TESES APRESENTADAS NAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM SALVADOR (1913-1915)"

VERÔNICA DE JESUS BRANDÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 20 de setembro de 2012, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elizabete Conceição Santana
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educación Moral y Democracia
Universidade de Barcelona, Espanha

Profa. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil

Profa. Dra. Jaci Maria Ferraz de Menezes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Doctorado En Ciencias de La Educación
Universidade Católica de Córdoba

AGRADECIMENTOS

Mais que agradecer, compartilho a satisfação de consolidar este trabalho com aqueles que de alguma forma direta, ou indiretamente acreditaram e contribuíram para torná-lo possível.

À minha família, aos meus amigos, aos companheiros de pesquisa e aos professores de minha trajetória escolar, em especial a professora que orientou este estudo, meus sinceros agradecimentos pela convivência e contribuições que cada um tem dado para minha formação pessoal e profissional.

Agradeço imensamente a todos os funcionários dos espaços por onde estive procurando as pistas e indícios através dos documentos que consultei:

Setor de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia;

Arquivo Permanente do Arquivo Histórico Municipal de Salvador - AHMS;

Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia – Cedic.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB.

Externo os meus sinceros agradecimentos aos que tiveram paciência e compreenderam as minhas ausências e aos nãos muitas vezes ditos. Também agradeço aos que reclamaram minha presença, pois, senti e pude experimentar o que é ter saudade não estando distante.

E, finalmente, não só agradeço como dedico esta dissertação aos professores públicos primários, autores das teses estudadas, que deixaram registrado um pouco de si, de seus desejos e anseios, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

RESUMO

Através das teses escritas por professores públicos primários estuda-se a relação entre o currículo prescrito e as práticas curriculares relacionadas com o uso do tempo, dos procedimentos metodológicos e dos recursos didáticos. Para tanto, foi necessário reconstituir aspectos das Conferências Pedagógicas realizadas em Salvador, nos anos de 1913, 1914 e 1915, considerando-as o contexto e o espaço motivador para a produção das teses dos professores. Tomando a história como ferramenta, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de base documental, que utilizou a análise de conteúdo e encontrou apoio nos estudos de Alarcão (2000), Sacristán (1995, 2000), Roldão (1999), Coll (1996), Gomez (1995), Stenhouse (2003), Tardif (2002) e outros sobre currículo e formação de professores; nos textos de Vinão (2004) Catani (2008) Schueler (2008) sobre os escritos de professores; e nos estudos de Bastos (2002) Dick (2001) Borges; Gondra (2005) Luz (2009), Miguel Conceição (2009) Silva (1997) Rodrigues (1998) sobre História da Educação e História da Bahia. O estudo revelou que os escritos de professores são uma rica fonte para o estudo da história da educação. Permitiu perceber os conflitos entre o currículo prescrito e o currículo em uso nas escolas e o embate entre práticas tradicionais e práticas inovadoras

Palavras-chave: Práticas curriculares; Escola primária; Conferências pedagógicas.

RESUMEN

A través de tesis escritas por profesores de primaria se estudian las relaciones entre el currículo prescrito y las prácticas de estudios relacionadas con el uso de tiempo, de los procedimientos metodológicos y de los recursos didácticos. Fue necesario reconstituir aspectos de las Conferencias Pedagógicas celebradas en la ciudad de Salvador de Bahia, en los años 1913.1914 y 1915, las considerando el contexto y la motivación para la producción de las tesis de los profesores. Trata-se de una investigación cualitativa de base documental que utiliza el análisis de contenido y toma la historia como una herramienta, .El aporte teórico se encontró en Alarcão (2000), Sacristán (1995,2000), Roland (1999), Coll (1996), Gómez (1995), Stenhouse (2003), Tardif (2002) y otros que estudian el currículo y la formación del profesorado; en los textos sobre los escritos de los profesores de Vinão (2004) Catani (2008) Schueler) (2008); y en estudios sobre la historia de la educación y História de la Bahia de autores como de Bastos (2002), Dick (2001), Borges e Gondra (2005), Luz (2009), Miguel Conceição (2009), Silva (1997), Rodrigues (1998). El estudio reveló que los escritos de los profesionales de la educación son una rica fuente para el estudio de la historia de la educación. A través de ellos fue posible conocer los conflictos entre el currículo prescrito y el currículo en uso en las escuelas y el enfrentamiento entre las prácticas tradicionales y las prácticas innovadoras

Palabras clave: Prácticas curriculares; Escuela primaria; Conferencias pedagógicas.

RELAÇÃO DE FIGURAS, FOTOGRAFIAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 - Resultado dos exames municipais do grupo Escolar Rio Branco 52

Figura 2 - Fragmento da tese: Ensino em geral- escolas isoladas, grupos escolares, methodos e processos de ensino, apresentada pelo professor João Gonçalves Pereira. 60

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Antônio Bahia e grupo de professoras em 1915 22

Fotografia 2 - Professores no salão nobre do Conselho Municipal 40

QUADROS

Quadro 1 - Qualidades do mestre de acordo com a professora Zulmira Doria D'Andrade 1915 50

Quadro 2 - Saberes mobilizados na prática dos professores de acordo com Tardif (2002) 56

Quadro 3 - Disciplinas e atividades para as escolas públicas primárias do Estado da Bahia na legislação educacional de 1881, 1895 e 1896 58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **9**
2 METODOLOGIA **16**
3 AS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUA ÉPOCA: instrução pública primária num contexto de remodelação e renovação da cidade **20**
4 ORIGEM E DINÂMICA DAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA **30**
4.1 A PRIMEIRA CONFERÊNCIA PEDAGÓGICA NA CAPITAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA 30
4.2 AS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA REPÚBLICA 33
4.3 ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR 34
5 AS TESES DOS PROFESSORES MUNICIPAIS APRESENTADAS NAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE 1913, 1914 E 1915. **42**
5.1 A PREPARAÇÃO DAS TESES PARA ANÁLISE 47
5.2 O PROFESSOR: A CONCEPÇÃO DE SI MESMO, DA ESCOLA E DA GESTÃO DO CURRÍCULO 49
5.3 O PROFESSOR E SUAS PRÁTICAS: ENTRE O CURRÍCULO PRESCRITO, O IDEALIZADO E O REALIZADO 56
5.4 RETOMANDO A CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DAS CONFERÊNCIAS 72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **76**
REFERÊNCIAS **79**
APÊNDICES **90**
APÊNDICE A – Relação de Notícias sobre as Conferências Pedagógicas **91**
APÊNDICE B – Roteiro para registro de informações sobre o conteúdo das teses **94**
APÊNDICE C – As Conferências Pedagógicas na legislação estadual 1873-1914 **96**
APÊNDICE D – As Conferências Pedagógicas na legislação do município de Salvador 1896-1914 **97**
APÊNDICE E 1 – Relação das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas do ano de 1913 **98**
APÊNDICE E 2 – Relação das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas do ano de 1914 **99**
APÊNDICE E 3 – Relação das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas do ano de 1915 **100**
APÊNDICE F – Fragmentos das teses apresentadas nas conferências pedagógicas **101**
APÊNDICE G – Quesitos propostos para as Conferências Pedagógicas 1914-1915 **106**
APÊNDICE H – Participação dos professores nas Conferências Pedagógicas por ano **108**
ANEXOS **109**
ANEXO A – Horário provisório para escolas 1899 **110**
ANEXO B – Figuras 1 e 2 - Grupo de professores nas Conferências Pedagógicas de 1915 **111**
ANEXO C – Capa da tese apresentada em 1915, pela aluna mestra Alice Araújo de Faria. **112**
ANEXO D – Capa da tese de Severo Pessoa Conferência 1913 **113**
ANEXO E – Capa do Regulamento do Ensino Primário Municipal 1915 **114**
ANEXO F – Capa do programa das escolas Municipais 1915 **115**
ANEXO G – Capa da tese da professora Zulmira Doria, 1915 **116**
ANEXO H – Notícia publicada no Jornal Moderno em 1915 **117**

1 INTRODUÇÃO

Atualmente estudiosos da história da profissão docente como, por exemplo, Catani (2008), têm tomado a produção escrita dos professores para investigar questões relacionadas com a formação, inicial e/ou continuada, fazer o mapeamento de experiências profissionais e estudar a articulação entre a prática concreta e as prescrições sobre a prática. De um modo geral, os estudos ressaltam que a escrita dos professores é uma fonte importante de informações sobre as práticas e o cotidiano da escola primária, no Império e na República.

Tomando os pressupostos da Nova História Cultural, que traz como contribuição o deslocamento do olhar para os sujeitos comuns (Burke, 1992), esta dissertação estuda as teses apresentadas por professores primários do município de Salvador no contexto das Conferências Pedagógicas realizadas em 1913, 1914 e 1915, um evento que, até agora, só mereceu breves referências nos estudos dedicados à História da Educação da Bahia.

As teses são documentos nos quais os professores discorriam sobre um tema relacionado com o seu fazer cotidiano, apontavam suas críticas sobre a situação do ensino, apresentavam sugestões e estratégias para aperfeiçoar as práticas desenvolvidas no ensino das diversas disciplinas e nas atividades escolares. Esses escritos indicavam implícita e explicitamente as ideias dos professores sobre como deveria ser o ensino, como e com que materiais e livros os alunos deveriam aprender, o que esperavam dos alunos e da família. Possibilitaram conhecer os seus pensamentos e as aspirações sobre várias questões relacionadas à prática pedagógica e à organização do ensino, no Município de Salvador. Além disso, ao divulgar conhecimentos específicos e nomear os autores tomados como fonte para ilustrar ou referenciar o que escreviam, as teses fornecem informações sobre a prática leitora, a qual geralmente tem vinculação com a atuação profissional e com as experiências vivenciadas dentro e fora do campo educacional.

Viñao (2004) situa o campo da História da Educação como lugar de encontro entre a Educação e a História, o que vem criando um espaço, "[...] para a subjetividade e a privacidade, para o pessoal, o cotidiano e o íntimo" (p. 334). Essa mudança está associada a diversos movimentos ocorridos no campo dos estudos históricos e da pesquisa em educação. Esses movimentos resultaram no desenvolvimento dentro da História da Educação de estudos sobre a História do Currículo na perspectiva do currículo vivido, "[...] da realidade e práticas

escolares, do cotidiano, das culturas escolares, das reformas educativas em sua aplicação prática e da profissão e prática docente." (p. 335).

Dick (2001) dá notícias da ocorrência das Conferências Pedagógicas no Estado da Bahia, no período Imperial, e em outros estudos Leite, M. (1997), Miguel Conceição (2007) e Luz (2009) referem-se às conferências realizadas na Primeira República.

Sá Teles (1989), em seu livro *Subsídio a História da pedagogia e da educação na Bahia*, abordando o ideário pedagógico de Isaías Alves e Anísio Teixeira, afirma que:

> As primeiras iniciativas sobre cursos de férias para professores surgiram com o Regulamento "Freire de Carvalho" através do qual foram instituídas *Conferências Pedagógicas* que se inauguraram a 12 de dezembro de 1876, despertando grande interesse entre os professores e estudantes normalistas. (SÁ TELES, 1989, p.71, grifo do autor).

Na Província baiana, os relatórios da Diretoria Geral da Instrução publicados em 1876 e 1877, que apresentam as ocorrências dos anos de 1875 e 1876, relatam o contexto em que as conferências foram realizadas no Império e discorrem sobre as expectativas em torno de sua realização.

Na visão do diretor geral da instrução da província baiana, José Eduardo Freire de Carvalho, a instrução pública tinha como tarefa a difusão do ensino primário para, através dele, possibilitar o progresso moral e civilizador da sociedade. Nesse contexto, as conferências pedagógicas são consideradas como um importante passo para alcançar o progresso e prosperidade almejados com relação à educação.

No Município da Corte, as Conferências Pedagógicas foram instituídas pelo decreto nº 1331 de 1854[1] que reforma o ensino primário e secundário do Município da Corte. Assinado pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o decreto determina, em seu art. 76, que os professores públicos deveriam reunir-se nas férias de Páscoa e no mês de dezembro para conferenciarem entre si em lugar designado pelo Inspetor Geral.

Apesar de ter sido instituída em 1854, e regulamentada em 1872, a primeira conferência no Município da Corte só foi realizada em janeiro de 1873, como indicam Bastos

[1] BRASIL. **Decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854**. Coleção das leis do Império do Brasil. 1854. Tomo1, parte 2ª, secção12ª. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html >. Acesso em 25 out. 2011.

(2003), Borges e Gondra (2005), Borges e Lemos (2009). Neste mesmo ano, as conferências pedagógicas aparecem na legislação da Província da Bahia[2].

Bastos (2003) assinala, ainda que na legislação de diversos estados brasileiros (Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) registra-se, no período considerado como os oitocentos, a instituição das conferências pedagógicas[3].

É evidente que a instituição das conferências pedagógicas nos diversos estados brasileiros surge a partir da prescrição legal introduzida na Corte Imperial em 1854.

Os diversos textos analisados revelaram proximidades e especificidades relativas à concepção e dinâmica de realização dessas conferências que assumiram características bem definidas, sendo consideradas como espaço de atualização docente, de sociabilidade, de reivindicação profissional e associativismo. Também foram concebidas como local apropriado para conhecer e examinar a prática adotada pelos professores, espaço de veiculação de ideias; espaço de aplicação ou implementação de dispositivos de controle e modelação da prática docente.

Para além dos objetivos e finalidades e das especificidades locais revelados nos resultados das pesquisas consultadas, é possível identificar que as diversas formas de envolvimento da participação dos professores nas conferências pedagógicas atribuíam ao evento a configuração de um dispositivo de formação.

Ao escrever suas teses e examinar a sua prática e a dos seus pares, os professores faziam uma reflexão sobre a sua experiência e a dos outros, ou seja, investigavam a própria prática.

Alarcão (2000) afirma que a noção de professor-investigador está associada à figura de Stenhouse, mas antes, ainda que pouco trabalhada como em Stenhouse, nos anos 30, Dewey já considerava em sua obra os professores como estudantes do ensino. O conceito de professor-investigador, como considera a autora, é atual, pois corrobora com a concepção de currículo e de gestão curricular que vigora atualmente. Tal concepção compreende a figura do professor como um decisor que busca interpretar de forma crítica as orientações. Os estudos

[2] Segundo Bastos (2003), a Prússia parece ter sido a primeira a instituir as Conferências, contudo existe uma primeira referência na França em 1829. A autora afirma que alguns autores consideram as Conferências Pedagógicas tão antigas quanto a escola.

[3] No levantamento realizado para esta dissertação foram encontrados textos que indicam a ocorrência de Conferências Pedagógicas, em Portugal, os quais, entretanto, não foram relacionados.

que reconhecem a reflexão como uma característica inerente à prática docente apoiam os seguintes pressupostos defendidos neste estudo:

- As teses dos professores primários de Salvador, apresentadas nas Conferências Pedagógicas de 1913,1914 e 1915, não representam apenas respostas para as questões propostas nos documentos que regulamentam a organização e realização das conferências, mas uma reflexão sobre a prática.
- Ao dissertar sobre as questões propostas para as conferências, os professores ensaiavam uma participação na definição e elaboração do currículo, bem como participavam dos debates educacionais de sua época.
- As teses escritas pelos professores são documentos portadores de informações sobre a prática cotidiana dos professores e, consequentemente, sobre os vários aspectos desse cotidiano que incluem elementos como o currículo, os métodos, as disciplinas ensinadas.

De fato, esses escritos propiciam um conhecimento da estrutura e funcionamento da escola, através da ótica dos sujeitos que a constituíram e, sobretudo, revelam aspectos relacionados com os conteúdos ensinados, com o currículo efetivamente em uso na escola e com as condições de trabalho que limitavam ou estimulavam a adoção de determinadas práticas.

Na perspectiva de Roldão (1999), o currículo escolar é entendido "como *aquilo que se espera fazer aprender na escola, de acordo com o que se considera relevante e necessário na sociedade, num dado tempo e contexto*." (p. 47, grifo do autor).

Partindo dessa compreensão, o estudo das teses foi desenvolvido com base na compreensão de que o currículo é um dispositivo que articula execução e concepção, o que permite conceber os professores como profissionais capazes de analisar sua prática pedagógica e ultrapassar a visão que se tem deles como meros receptores de informações e executores de programas.

As discussões atuais em torno do currículo apontam para uma forma de ver e entender as questões postas não somente sob a ótica do currículo prescrito. Tendem a privilegiar as análises que buscam uma articulação entre o currículo oficial e o vivido. (MOREIRA, 1993). É na perspectiva da grande importância que o currículo real assume na formação que se afirma ser ele "o campo de acção do professor". (Roldão apud Alarcão, 2000, p. 5).

Esse novo olhar sobre a escola e o ensino busca articular os problemas da vida cotidiana, as vivências dos alunos e as experiências dos professores com o currículo.

Os currículos são pensados a partir da ótica de formação dos alunos e do ordenamento da prática dos professores, aspectos que estão intrinsecamente interligados. Ao mesmo tempo em que está para o aluno em termos de preparação, formação ou instrução, o currículo também está para o professor, no que se refere a direcionar práticas, organizar tempos e espaços tanto de aprender quanto de ensinar. A esse respeito, Roldão aponta como características da atividade docente: a função, o saber, o poder de decisão e a reflexividade.

Na perspectiva dos autores que dão suporte teórico a este estudo, os professores assumem responsabilidade com o conhecimento que produzem a partir dos saberes que são mobilizados no desenvolvimento de sua prática. Esse processo gera um poder de decisão e consequente autonomia dos professores sobre as suas práticas.

Ao reconhecer tais características da prática docente, os escritos de professores colocam-se em um lugar de extrema importância, pois reconstituir a ação docente naquilo que ela tem de transformação, reinterpretação e adequação das propostas oficiais de currículo só é possível pela observação direta do trabalho do professor ou pelo que ele expresse em depoimentos orais ou escritos.

Diante de tais considerações, foram definidos como objetivos:

- Demonstrar a possibilidade do uso de escritos de professores como fonte para o estudo da história da educação;
- Reconstituir diversos aspectos das Conferências Pedagógicas realizadas em Salvador nos anos de 1913, 1914 e 1915, considerando-as o contexto e o espaço motivador para a produção das teses apresentadas pelos professores;
- Identificar e analisar através das teses dos professores:
    - As relações que se estabeleciam entre o currículo prescrito e as práticas curriculares que caracterizavam o currículo realmente em uso nas escolas;
    - As práticas relacionadas com o uso do tempo, com os métodos e procedimentos metodológicos e com o uso dos recursos didáticos;
    - Os aspectos da prática idealizada, desejada e considerada distante.

O período de referência corresponde aos anos de apresentação do conjunto de teses localizadas, que vai de 1913 a 1915. Apesar da delimitação do recorte temporal, para melhor situar as conferências e os escritos dos professores de Salvador, no tempo histórico e no

contexto local e nacional, foi preciso retroceder ao momento da instituição e realização das conferências pedagógicas no período imperial em outros estados do país, no Município da Corte e no Estado da Bahia.

A busca de aportes teóricos privilegiou os autores que estudam a relação entre currículo e prática docente na perspectiva de entender o currículo como conformação da prática e da experiência docente e como campo de desenvolvimento profissional, razão pela qual as contribuições teóricas foram articuladas à descrição ou discussão das evidências levantadas na análise das teses.

A abordagem privilegiada é a qualitativa, que permite uma atribuição de significados e uma interpretação dos fenômenos possibilitando, como considera Silva e Menezes (2001), uma relação dinâmica entre a objetividade – o mundo real e a subjetividade dos sujeitos investigados.

Sendo esta uma pesquisa que tem uma perspectiva histórica, os documentos constituíram o eixo da proposta, pois a intenção foi refazer os passos, conhecer os discursos, confrontar registros e declarações a fim de desvelar os esquemas, entender as regras construídas em um determinado contexto e em um passado relativamente distante, mas que por vezes ainda sobrevive em práticas mais atuais.

O percurso metodológico, então, transitou entre "a legalidade das autoridades" e a (falsa) "ilegalidade das práticas profissionais" (FARIA FILHO, 1998). Assim, foram utilizados documentos oficiais impressos como: leis, regulamentos, atos, decretos, relatórios de inspetores e documentos manuscritos, especialmente os escritos por professores. Também foram utilizados jornais da época.

Utilizaram-se, predominantemente, fontes primárias que, segundo Richardson, (2007) têm relação física direta com os fatos analisados.

A relevância deste estudo pode ser considerada em várias direções. Uma primeira direção a levar em conta é que, na atualidade, considera-se que conhecer a história da profissão docente permite aos professores o fortalecimento de sua identidade profissional, além de construção de bases para analisar as questões que são próprias de seu tempo. Explorar o que já foi feito em outras épocas por outros sujeitos não é um trabalho que deva ter relevância tão somente para a academia. Conhecer a prática docente em outros contextos de atuação permite que os atuais professores conheçam a história da profissão docente, percebam-se como sujeitos da história e construam parâmetros para questionar a ótica das

propostas de renovação do currículo e para perceber os condicionantes de sua prática, nem sempre contemplados nas propostas curriculares oficiais.

Outra direção a considerar é que o estudo contribui para ampliar o conhecimento da História da Educação da Bahia demonstrando a existência, entre os professores, de um movimento para a construção da escola primária, tema ainda pouco estudado entre nós. Nesta mesma direção da ampliação do campo da História da Educação, coloca-se a reconstituição das conferências pedagógicas ocorridas na cidade de Salvador, evento que se encontrava na sombra, tendo merecido, até agora, apenas breves referências.

E, finalmente, concretizando uma recomendação de Bastos (2003) que indica a necessidade de estudos regionais e locais acerca das conferências pedagógicas o estudo tornou possível articular evidências relativas ao estado da Bahia com as encontradas em outros estados sobre a instituição e realização das conferências o que confere a esta dissertação um caráter de complementariedade[4].

A dissertação está organizada em 6 capítulos. O primeiro capítulo corresponde à introdução. O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada articulando-a ao percurso percorrido pela autora, especialmente, no levantamento das fontes e na sistematização dos documentos encontrados. O terceiro capítulo descreve o contexto da cidade de Salvador no momento de realização das conferências e representa um esforço para situar as teses dos professores em um tempo histórico e em um determinado espaço geográfico. O quarto capítulo descreve os aspectos legais e a dinâmica de realização da conferência de modo a caracterizar o evento como um espaço com várias dimensões. O quinto capítulo traz a análise das teses apresentadas pelos professores na perspectiva de contemplar os objetivos específicos anteriormente discriminados. No sexto capítulo, encontram-se as considerações finais.

Na leitura do texto que ora se apresenta, deve-se observar que nas transcrições dos documentos impressos e manuscritos foi preservada a grafia original.

[4] No site da Academia Brasileira de Letras apresenta a grafia das duas palavras – complementariedade e complementaridade. Disponível em: <**www.academiadeletras.org.br**>. Acesso em: 02 set. 2012.

2 METODOLOGIA

No Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS), dispersos em vinte e três caixas, foram localizados documentos que indicam que nos anos de 1913, 1914 e 1915 os professores públicos primários da capital do Estado da Bahia estiveram reunidos em uma atividade denominada de Conferências Pedagógicas.

As atas, teses, discursos e outros documentos localizados durante a atividade empreendida pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo, ao qual pertenço, despertaram a atenção e foram considerados um rico material, uma importante fonte de informação.

As teses escritas pelos professores guardam indícios de suas práticas bem como, de suas reflexões sobre elas. São registros que indicam, de alguma forma, o ideário pedagógico vigente na época e, consequentemente, o adotado pelos professores. Revelam que, apesar da falta de condições materiais expressas pelo atraso de vencimentos, falta de material didático, mobília, espaços apropriados e dos outros tantos problemas enfrentados na implantação da escola pública primária na Bahia, no início da República, professores e professoras participaram da organização da instrução pública primária. Por tais razões, foram tomadas como objeto de pesquisa na construção desta dissertação, tornando-se necessário, então, um conhecimento do contexto em que foram produzidas e dos motivos que colaboraram para a sua produção.

Diante da falta de estudos que tomassem as Conferências Pedagógicas da Bahia como objeto de pesquisa no campo da História da Educação, era preciso construir uma compreensão sobre o que foi esse evento, sendo necessário responder a questões relativas a sua origem, organização e representatividade social, dentre outras questões. Assim, uma busca individual foi empreendida. Para tanto, recorreu-se, principalmente, aos jornais, relatórios de Presidentes da Província e à legislação da educação.

Em paralelo à busca local para complementação das referências documentais, foi imprescindível levantar informações sobre a ocorrência das conferências pedagógicas em outros estados do país, de modo a identificar, em outros contextos, eventos semelhantes aos realizados na Bahia. Foram consultados relatos de pesquisa em textos da área da História da Educação, os impressos e os digitais existentes nos diversos meios eletrônicos de divulgação de pesquisas científicas.

Os resultados descritos nos textos consultados informaram a ocorrência de conferências pedagógicas em vários estados do país; contribuíram para definir os procedimentos adotados para descrição e análise das atas das Conferências Pedagógicas de Salvador e suscitaram reflexões sobre a análise das teses escritas pelos professores.

O primeiro passo para a sistematização das informações sobre a dinâmica do evento foi a leitura e organização em ordem cronológica de todas as atas encontradas no AHMS, o que permitiu elaborar quadros para uma primeira descrição da organização e execução das conferências. Nesta primeira descrição, surgiram lacunas uma vez que os documentos até então levantados não davam conta de explicar o que foram as conferências no município de Salvador, no período considerado. Várias eram as questões que demandavam uma nova localização de referências. Diversas questões estavam sem resposta, entre elas: Quem poderia ou deveria participar? Quem escolhia os quesitos para dissertação das teses? Quando ocorreu a primeira conferência pedagógica em Salvador? Como estavam regulamentadas? Qual ou quais seus objetivos e finalidade? Por que só estavam preservados os documentos referentes à realização das conferências pedagógicas nos anos de 1913, 1914 e 1915?

Para responder a tais questões, foi preciso um levantamento mais específico realizado a partir de algumas pistas apontadas pelos próprios documentos já levantados no AHMS.

Inicialmente a busca nos jornais não foi considerada como prioridade. A relevância da fonte para a pesquisa foi percebida quando da leitura da resenha das atividades desenvolvidas nas conferências pedagógicas de 1914, redigida pelo professor Severo Pessoa, na qual consta a informação de que o professor Cincinnato Franca publicou uma carta no *Jornal Moderno* informando os motivos que o levaram a retirar a sua tese do evento. Esta pista suscitou o desejo de conhecer o que escreveu sobre as conferências esse professor que na época era o Diretor do Grupo Escolar Rio Branco e gozava de prestígio no cenário educacional e político do município de Salvador.

A partir dessas evidências, as buscas foram iniciadas priorizando o *Jornal Moderno* e a *Gazeta do Povo*, este último autorizado pelo governo a publicar os atos e informações oficiais.

Partindo da informação de que as conferências ocorriam no mês de fevereiro, a consulta aos jornais foi dirigida para as matérias publicadas nos três primeiros meses de cada ano. Para ampliar as possibilidades de encontrar informações e, ao mesmo tempo, encontrar elementos que permitissem verificar a veracidade dessas informações, a busca foi estendida a

mais três jornais. Foram consultados cinco jornais que tiveram circulação nos anos delimitados para a pesquisa:

- Diário da Bahia;
- Diário de Notícias;
- Gazeta do Povo;
- Jornal de Notícias;
- Jornal Moderno.

As buscas resultaram no levantamento de notícias que foram registradas em um único quadro (ver apêndice A) [5].

Os jornais que mais publicaram informações sobre as conferências pedagógicas foram Jornal Moderno e o Jornal de Notícias. No ano de 1915, foi publicado o maior número de notícias.

Algumas notícias eram sucintas, informavam apenas a ocorrência de reunião local, data e alguma deliberação tomada na reunião. Todavia, boa parte das notícias sobre as conferências ocupavam a capa dos jornais e eram publicadas sob o título de: *Conferencias Pedagogicas.*

As notícias, em sua grande maioria, versavam sobre as ocorrências nas sessões, comunicados e convocatórias dirigidas aos professores, pronunciamentos oficiais (discursos) e publicação das teses apresentadas, além dos documentos que faziam parte da organização do evento. Dos cinco jornais consultados, só dois publicaram teses dos professores.

O desejo de conhecer o conteúdo da tese de Cincinnato Franca estimulou a busca no setor de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, resultando na localização do regulamento das Conferências Pedagógicas de 1914, em teses publicadas na íntegra, em discursos de encerramento e em uma série de notícias sobre as Conferências Pedagógicas de 1915, além de outras importantes informações. Os achados nessa fonte contribuíram para compreender a repercussão do evento na sociedade e para um entendimento de como a imprensa foi utilizada para ampliar o alcance das conferências, para além dos professores que dela participavam.

[5] O tratamento consistiu no aperfeiçoamento das fotografias, impressão e correção do material o que demandou tempo considerável.

Partindo da reflexão feita por Dias (1999), o uso dos jornais como fonte favoreceu uma compreensão de algumas das ideias daqueles que estavam diretamente envolvidos com a execução das conferências na capital da Bahia.

As informações colhidas nos jornais complementaram e ampliaram a compreensão do conteúdo das atas, além de trazerem mais elementos sobre o processo de organização e execução das conferências pedagógicas em Salvador. Resultaram, ainda, na ampliação do número de teses já localizadas uma vez que os jornais publicaram algumas das que não foram localizadas no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

De posse das novas informações, os quadros que sintetizavam informações foram revistos e aperfeiçoados. Foi elaborado um quadro para cada ata visando tornar mais manifesto o conteúdo destas.

Além dos jornais, foram também localizados os relatórios da Diretoria Geral da instrução pública da Bahia nos anos 1876 e 1877, que possibilitaram conhecer aspectos das conferências pedagógicas realizadas em Salvador, no Império.

Outros documentos foram usados para complementar ou comparar informações, sendo referidos ao longo dos demais capítulos.

O caminho percorrido na localização dos documentos reafirmou as observações de Santana (2009) no texto *A voz dos professores baianos no início da República: a revista do ensino primário (1892 – 1893*) ao ressaltar que é possível encontrar os documentos oficiais, apesar das dificuldades de acesso causadas pela dispersão destes e pela falta de catálogos e guias.

Para levantar informações nas teses, foram adotados procedimentos de análise de conteúdo (FRANCO, 2005) o que exigiu, inicialmente, construir um formulário descritivo para cada uma delas (ver apêndice B) e, posteriormente, o exame detalhado do conteúdo dessas teses com o objetivo de encontrar respostas para as questões formuladas no plano de pesquisa.

3 AS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUA ÉPOCA: instrução pública primária num contexto de remodelação e renovação da cidade

Nas teses e em outros textos relacionados com as conferências, os professores vinculam a realização das conferências, em Salvador, nos anos de 1913 a 1915, à atuação do professor Antonio Bahia. De fato, as conferências pedagógicas no período mencionado, contaram com uma forte influência de Antonio Bahia, inclusive no estímulo ao professorado para apresentação de seus trabalhos.

A professora Alice de Araújo de Faria, dissertando sobre *Que meios devem ser empregados para associar a familia na obra do ensino e da educação,* afirma, logo no início de sua tese, que se não fosse a "[...] insistencia nobremente estimuladora com que o illustre Inspector do Ensino me encaminhou para este posto," [...] ela não teria se arriscado.[6]

Em 1914, o Intendente delegou ao Inspetor do Ensino Municipal, prof. Antonio Bahia, a presidência da sessão de encerramento das conferências pedagógicas. No ano seguinte, sua participação é registrada em vários momentos, como na solenidade de abertura e no encerramento. No resumo apresentado na sessão de encerramento, o prof. Alberto de Assis ressalta que: "E' de salientar o alto conceito e raro valor que imprimiu aos nossos trabalhos a presença quotidiana do illustre inspector Antonio Bahia".[7]

Antes, Alberto Assis, relembrando os nomes que em outros anos figuraram nas conferências pedagógicas, na Bahia, ressalta, mais uma vez, a importância do professor:

> As conferencias pedagógicas marcam, na Bahia, phases aureas, como sejam as sustentadas, ou melhor, as impressas por Casaes, Odalberto Pereira, Leopoldo dos Reis, Possidonio D. Coelho, vindo a seguir até encontrar outros vultos da estatura intellectual e moral de Cincinnato Franca, Francellino de Andrade, Carauna, Roberto Corrêa, João Gonçalves, Severo Pessôa, Eugenio de Freitas e Isauro Coelho e muitos outros, cuja lista seria longa e imperfeita, até a pleiade brilhante que no presente anno conquistou as esporas de perfeito cavalleiro.
>
> E como pallio de luz, acompanhando os dias fulgidos a que me refiro, como astro de trajectoria luminosa, discutindo hontem, guiando hoje, desejado sempre, destaca-se a figura de Antonio Bahia, tão mais agigantado se mostrando quão menos se esquiva em nos prestar auxilio, mau grado a

[6] Jornal Moderno – 19 fev.1915.
[7] Jornal de Notícias, p. 2, 19 fev.1915.

> posições, para o brilhantismo da festa que é o marco do trabalho a iniciar-se; da comunhão de idéas tão largamente distribuida e disputada (ASSIS, Sessão solemne de encerramento das conferencias pedagógicas. Jornal de Notícias, Bahia, p. 2, 19 fev.1915).

A trajetória de Antonio Bahia revela um profundo envolvimento com as questões da educação. Suas críticas sobre a condução dos assuntos relativos à instrução pública por parte dos poderes públicos revela conhecimento das situações em que viviam as escolas e o professorado.

O professor, que teve extensa trajetória no cenário educacional baiano, participou da primeira conferência pedagógica ocorrida na província baiana em 1875, quando ainda era professor da Comarca de Cachoeira. Em 1883, representou a Bahia no Congresso de Instrução, no Rio de Janeiro, apresentando o texto: "Ensino primário obrigatório. Meios de torna-lo efetivo", em uma sessão que teve como pareceristas, além dele mesmo, Sylvio Romero e Antônio C. da Cunha Leitão. Foi deputado em 1884, 1891 e 1902, defendendo sempre os interesses da educação e apresentando propostas para a sua melhoria. Em 1890 ocupou o cargo de vice-diretor da escola normal para homens e, neste mesmo ano, integrou o Conselho Superior de Ensino No município de Salvador foi delegado escolar de 1896 a 1913.

Passou a ser a mais alta autoridade do ensino municipal com a criação da Inspetoria do Ensino Municipal em 1913 e da Diretoria do Ensino Municipal, 1915. No exercício das funções de Inspetor e Diretor, sente-se fortalecido para trabalhar em prol da realização das propostas de melhoria e aperfeiçoamento que defendia, desde antes da proclamação da República, e que incluiu em vários dos seus relatórios elaborados na condição de Delegado do ensino municipal de Salvador. Sem dúvida, a posição que ele ocupou no período explica a ocorrência das conferências em 1913, 1914,1915, cabendo aqui a pergunta: Que motivos existiram para que, a partir de sua morte, em 1916, não tenham sido encontrados indícios da continuidade do evento?[8]

Em 1915, Antonio Bahia aparece tanto nos discursos como em fotografias que retratam os dois maiores eventos públicos da instrução pública da capital: as exposições escolares e as conferências pedagógicas, como na foto a seguir na qual aparece entre um grupo de professoras das escolas municipais.

[8] Nascimento (No prelo).

Fotografia 1
Antônio Bahia e grupo de professoras em 1915

Fonte: Jornal de Notícias, Bahia, p. 3, 22 jan. 1915.

O Jornal Moderno e o Jornal de Notícias dão ampla cobertura ao evento das Exposições Escolares e das Conferências Pedagógicas em 1915. Nas notícias, a figura de Antônio Bahia aparece sempre em destaque. No discurso de abertura, o orador Eugenio de Freitas agradece a presença do intendente e a "[...] assistencia illustre do prof. inspector do ensino, a quem muito ou tudo devemos pelo engrandecimento da classe e elevação da escola, [...]". [9]

É possível que a intenção de Antônio Bahia tenha sido a de fomentar discussões e reflexões sobre os problemas educacionais enfrentados no período em que foram realizadas as conferências em Salvador, já que era muito comprometido com o desenvolvimento da instrução pública como demonstram os relatórios que escreveu como Delegado, Diretor e Inspetor do ensino municipal entre 1897 e 1915. Sua atuação foi marcada pela crítica contundente à administração da educação na sua época, o que nos leva a considerar que, ocupando cargo de relevante destaque e influência, tenha o ilustre professor feito gestões para

[9] FREITAS, E. Discurso. Jornal Moderno 18 de fev. de 1915, p.4.

articular a realização das conferências na capital baiana com o objetivo de implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino e da sua administração.

O tom das discussões nas conferências de 1913, 1914 e 1915 denuncia a preocupação dos próprios professores em relação à melhoria do ensino público primário, o que representa uma ampliação em relação ao caráter da primeira conferência, realizada no Império, à qual os documentos atribuem uma perspectiva de complementariedade da formação, visando a habilitar os professores para o bom exercício de sua função.

As conferências pedagógicas eram um espaço importante e os escritos demonstram isso. Os professores revelam, através de seus escritos, que as conferências eram de grande valor no que se refere à organização pedagógica do serviço da instrução pública. O professor Severo Pessoa, ao dissertar na conferência de 1913, destaca que sua realização é necessária no momento em que se realizam reformas e remodelações em várias áreas, inclusive na educação.

De fato, em 1913 a lei estadual de nº 1006 de 6 de setembro instituiu a reforma do ensino primário do Estado; no ano seguinte, o decreto nº 1354 de 20 de janeiro regulamenta a instrução pública primária. A tentativa de organização da instrução pública foi expressa muitas vezes em leis de reforma. O mesmo professor, ao discursar na sessão do encerramento das Conferências Pedagógicas de 1915, faz uma retrospectiva das diversas leis desde o Império até a que se encontra em vigor e conclui:

> Sempre tivemos mania de reformas, mal uma vae produzindo os seus primeiros fructos outra já succede, alterando muitas vezes, por completo, o pensamento da anterior, e tal aconteceu em 1904, com o Regulamento n. 579, retocando em diversos artigos a lei n. 117.
>
> Hoje estamos sob a espada da Lei 1006, ha pouco promulgada, e sem sabermos si outra já não está na forja do futuro governo.
>
> Da lei 117, que transferiu o ensino primario do Estado para o Municipio, surgira, como consequencia immediata, a nossa lei municipal n. 219, de 20 de Abril de 1896.
>
> Farta em alguns pontos, falha em outras e com um reinado de quase 19 annos, ainda não teve execução em toda a sua plenitude, ao contrario ella arrasta uma cauda enorme de leis de occasião.
>
> Precisamos, srs., um sério e acurado estudo sobre o ensino, reformando-o na sua integra e de accordo com as nossas necessidades actuaes.
>
> Cooperemos, pois todos nós, no intuito de, sem paixões, sem resentimentos, sem interesses, dignificar a classe com as garantias que lhe são precisas e de fundar a escola nova, a escola moldada nos santos principios da pedagogia moderna, tendo como lemma o *ensino, o merito e a*

> *lei* (SILVA, S. Jornal de Notícias, Bahia, p. 5, 25 de fev. de 1915, grifo do autor).

As palavras do professor Severo, orador oficial do evento, revelam o sentimento de insatisfação com a condução das questões da instrução, principalmente no que se refere aos aspectos de sua legislação. E, ainda, registra que as reformulações devem considerar as necessidades das escolas e dos professores.

No Município de Salvador, o conhecimento dos problemas enfrentados levaram muito dos professores a exigir modificações das leis do ensino. A preocupação era que estas contemplassem as necessidades locais e que fossem executadas de fato as prescrições previstas legalmente. As cobranças para execução das leis revelam que existiam disparidades entre o que era legalmente estabelecido e o que ocorria de fato. Dentre as demandas declaradas, estão: o provimento dos materiais necessários para a realização do ensino, a criação da escola modelo para o exercício das novas práticas, e que fossem postas em execução os meios para fazer real a determinação de obrigação do ensino.

Os professores lidavam com as contradições entre o que era prescrito na legislação e as suas condições reais de trabalho. Cobrava-se do professor uma série de determinações ligadas à realização de sua tarefa, contudo não eram disponibilizados os meios para que se cumprissem tais determinações.

Nesse clima, os professores públicos primários, reunidos nas conferências pedagógicas ocorridas no Paço Municipal, em Salvador, nos anos de 1913, 1914 e 1915, expunham suas ideias, seus saberes e reflexões, discutiam e apresentavam sua concepção sobre as práticas curriculares, as questões pedagógicas de sua época, dentre outras questões.

A professora Amphrisia Santiago[10], personalidade marcante no ensino baiano, ao participar na Conferência Pedagógica de 1915, afirma que em todos os centros civilizados as conferências pedagógicas são consideradas como fator importante para difusão do ensino e produzem excelentes resultados na instrução do mestre.

Na maioria das teses, antes de tratar das questões propostas no programa das conferências pedagógicas, os professores faziam breve introdução sobre a situação do ensino e do professorado municipal, ressaltando que estavam em um período de reorganização da instrução pública primária. Esse procedimento nas teses é compreensível, uma vez que os

[10] Ver mais informações sobre Anfrísia Santiago em: Nota Biografia – Anfrísia Santiago Revista da FAEEBA, Salvador, no 6, jul./dez. 1996 p. 173-179. Consuelo Pondé de Sena.

problemas de infraestrutura das escolas acabavam afetando tanto o trabalho como a imagem dos professores. Em 1913, a professora Zulmira Doria declara que não era preciso ir ao Rio de Janeiro, Minas ou São Paulo para que os professores baianos soubessem ensinar. Os paulistas não eram mais inteligentes e nem possuíam preparo superior. O que falta ao professorado baiano são os meios que os de São Paulo dispõem (DORIA, 1913).

Sobre esta questão, Maria da Glória Gomes Moreira (1913) destaca que o município tem excelentes mestres e que não é necessário importar de outros estados. Refere-se aos professores dos outros estados como artistas da educação, pois têm tudo em abundância para realização de seu trabalho, inclusive o reconhecimento da sociedade.

Para além das questões de remuneração, sobressaem as de valorização. Os professores ressentem-se por serem desqualificados perante os de outros estados, não aceitam que a legislação seja feita por aqueles que não têm conhecimento de causa, deixando de fora a opinião e a experiência dos que estão diretamente envolvidos e têm o respaldo adquirido da experiência e da formação que tiveram.

A professora Isaura Gervasia da Cunha (1915) ao dissertar sobre *quais são os meios mais opportunos de estimular a frequencia escolar e a applicação dos alumnos nas escolas?* diz que falta aos mestres, desde o prédio até o material. Eles são competentes e possuem conhecimentos pedagógicos, mas são privados de aplicá-los pela falta de materiais. Revela ainda que, se ainda existem professores arraigados às práticas dos velhos processos, a maioria o é por causa da escassez de vencimentos, ou pela proximidade da jubilação e da falta de recompensas dignas pelos serviços prestados à causa do ensino.

Os problemas apontados pelos professores são reafirmados pelos delegados escolares. Eles são unânimes quando discorrem sobre os problemas do ensino municipal. Em 1915, Salvador contava com cinco circunscrições e todos os delegados incumbidos de fiscalizá-las afirmam nos seus relatórios que tudo falta nas escolas.

Reiterando as afirmações dos delegados, o relatório encaminhado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia, em 1º de janeiro de 1916, o intendente, Dr. Antonio Pacheco Mendes registra que o ensino no município depende de providências no que se refere ao provimento de casas, mobília e materiais escolares apropriados, o que não pode ser sanado por causa das condições precárias dos cofres do município. Reconhece que os professores são competentes, mas não têm os meios necessários para realizar sua atividade.

A crença republicana de que o progresso nacional estava atrelado à instrução do povo e de que a educação tinha um poder redentor permeava a sociedade brasileira e baiana no início da República. Também estava presente nas escritas dos professores e na fala das comissões organizadas para conduzir os trabalhos no evento.

Ao proferir o seu discurso na sessão de encerramento da conferência de 1914, o prof. Edgard Pitangueiras[11], presidente de honra do evento, fez um apelo aos professores para não descuidarem da tarefa espinhosa de velar pela instrução e educação do povo baiano e finalizou dizendo:

> Salvar o professor, é salvar a escola; salvar a escola, é salvar a instrucção e educação do povo; salvar a instrucção e educação do povo, é salvar a nação; e cremos que é o maior serviço prestado a este paiz – a salvação da escola primaria. (PINTAGUEIRAS, 1914)

O apelo feito pelo orador oficial reflete bem os anseios do professorado registrados nas teses apresentadas em uma das quais afirma-se que a primeira riqueza do país é "possuir cidadãos polidos, fortes, instruidos e de razão esclarecida." (MOREIRA, 1913, *fl.6*). Entretanto, a herança do período Imperial sobressai como entrave ao desenvolvimento da instrução.

Com a instauração da República, os antigos modelos vigentes nos vários setores da sociedade não foram de imediato substituídos e os problemas sociais não desapareceram como um passe de mágica.

Na educação, esse projeto de modernização esbarra na falta de condições materiais expressas em: atraso de vencimentos de professores, falta de material didático e mobília, inadequação dos espaços e outros tantos problemas enfrentados na implantação da escola pública primária na Bahia no início da República.

Mello (2011) afirma que no primeiro período republicano "além das disputas políticas, a cada momento de sucessão dos governos municipais e estaduais, houve greves de quase todas as categorias profissionais" (p.21) dentre estas as dos professores públicos. Em 1918, também os professores públicos de Salvador iniciaram uma greve na qual reivindicavam o pagamento dos vencimentos atrasados.

No início da República, o município de Salvador enfrentou grandes dificuldades financeiras, herdando uma grande dívida do Império. Contudo, apesar de continuar com os

[11] PITANGUEIRAS, Edgard Sessão de encerramento da conferência de 1914, Jornal Moderno p. 2, 16 de fev. de 1914.

velhos problemas financeiros, na metade da Primeira República demonstrava sinais de modernização.

No período de 1912 a 1916, o primeiro governo de J.J. Seabra, Salvador vivencia profundas mudanças, grandes obras foram empreendidas: construções de prédios, demolição de antigas construções, alargamento de ruas, sem falar em projetos de ordenamento da relação dos habitantes com os espaços públicos. Essa não era uma situação apenas da cidade de Salvador. As cidades brasileiras passaram por reformas na estrutura física e desenvolveram campanhas maciças de remodelação de hábitos e costumes dos habitantes (LEITE, R. 1996).

A remodelação da cidade envolvia esforços do Município, do Estado e da União. As obras de alargamento de ruas, construção e reformas de edifícios pretendiam colocar a cidade nos trilhos do progresso, tarefa considerada urgente, pois a cidade se encontrava em situação de atraso se comparada a outras capitais. Salvador apresentava graves problemas estruturais tais como: falta de moradia adequada e em quantidade suficiente para o contingente populacional que ocupava a capital, além das condições sanitárias inadequadas. Este cenário atrapalhava a implantação de medidas de modernização que já estavam ocorrendo em outras cidades, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo (LEITE, R.1996).

A cidade, que dependia em grande parte da atividade comercial, servindo de centro intermediário entre produtores e consumidores, tanto de produtos produzidos no estado como os de importação, apresentava péssimas condições de higiene, principalmente nas áreas mais centrais.

A Sé e a Conceição são considerados os bairros mais antigos e importantes, características que vêm desde os tempos da província (SOUSA, 2006). Nesses locais, concentravam-se o comércio e a moradia, sendo as áreas mais povoadas. A proximidade com o porto favorecia a circulação e concentração de pessoas, boa parte dessas eram pobres que encontravam nestas áreas possibilidades de trabalho. (LEITE, R. 1996)

Esses bairros, devido à concentração de pessoas, demandavam mais preocupação com a higiene. As condições insalubres, sem saneamento adequado, não eram privilégio dessas áreas, eram um sério problema que afetava a cidade de forma geral, quadro que favorecia constantes epidemias, doenças como varíola, febre amarela, peste bubônica e outras que afligiam a cidade desde o início do novo regime.

As áreas mais alcançadas pelos projetos de remodelação da cidade pertenciam aos distritos da Sé, da Conceição e Pilar, São Pedro e Vitória. “Estas duas últimas, seriam

cortadas pela avenida Sete de Setembro, a mais importante obra a ser executada." (LEITE, 1996, p. 65) .

Nas demais áreas, as mais afastadas do núcleo central da cidade, a população sofria com os mesmos, senão mais graves, problemas por causa das distancias. Contudo, as obras não abrangiam os distritos mais populares, dentre estes os de Santo Antonio, Brotas, Mares e Penha que sofriam com o abandono dos poderes públicos.

A proposta da modernização da cidade estava atrelada a mudanças de hábitos da população. Os costumes populares, sobretudo os de origem africana, sofreram críticas e forte repressão. As mudanças estruturais pretendiam impactar também hábitos, costumes e valores da população, principalmente os daqueles que ganhavam a vida ocupando as ruas da cidade. Brincadeiras de crianças, a prática de venda nas ruas, o tráfego de mendigos e pedintes passaram a ser objeto de atenção e preocupação do poder público e da sociedade. (LEITE, 1996; RODRIGUES, 1998). A ideia era disciplinar os habitantes da cidade com a finalidade de desenvolver novos hábitos na população.

A pobreza de grande parte da população e o descaso pelas crianças foram apontados pela professora Aureliana Paula (1915). Ao dissertar sobre os meios para o combate do analfabetismo, ela afirma que as reformas do ensino não se baseiam nos interesses da infância. Diz ser uma lástima encontrar crianças nas praças, maltrapilhas e cegas da luz do ensino, vendendo doces, gazetas, ou entregues constantemente aos jogos de futebol. E a causa desses males era a insuficiência de recursos do estado e do município. Então, a criação da caixa beneficente escolar mantida pelo município e particulares faria " [...] chegar a instrucção ao seio das classes pobres, tornando os seus filhos individuos uteis a familia, á sociedade e ao Paiz."[12]

O trabalho das crianças era prática comum na infância pobre de Salvador, entre os anos 1912 a 1930, e "[...] apesar da efervescência de ideias urbanísticas, reformistas e disciplinadoras, a criança pobre esteve submetida a uma dura realidade [...]" (RODRIGUES, 1998, p. 14).

Nas teses, a condição econômica de grande parte da população é citada pelos professores como empecilho ao cumprimento das determinações legais de obrigatoriedade do ensino. De acordo com eles, os poderes públicos não proporcionam os meios necessários à subsistência para manutenção dos filhos dos pobres nas escolas. Alertam que, na maioria das

[12] Jornal de Notícias, 9 fev. de 1915.

vezes, as crianças analfabetas precisam auxiliar os pais na criação dos irmãos menores e no trabalho para sobrevivência (MONTEIRO, 1913).

A falta de recursos dos pais para vestir, calçar e alimentar seus filhos para frequentar as escolas é apontada como causa da baixa frequência nas escolas, e quando a assistência pública for uma realidade, o número de alunos nas escolas poderá aumentar independente da imposição legal da obrigatoriedade (BORGES, 1913). Assim, cabe ao governo municipal a ação de alargamento do ensino, multiplicando escolas e dotando-as das condições imprescindíveis, acabando com a situação de miséria em que se encontra a população. Além do mais, deve-se conceder aos mestres posição e conceito, libertando-os das preocupações econômicas (SILVA, S., 1913).

As palavras do diretor do grupo escolar Rio Branco, o professor Cincinnato Franca (1914), são de protesto e insatisfação com a condução dos problemas da instrução. Segundo ele, os resultados colhidos no ensino não correspondem aos esforços empregados, isso porque a escola pública sofre com o desprezo dos poderes públicos.

As discussões e reflexões empreendidas nos três anos das conferências mantinham estreita relação com o sentimento de mudanças que pairava na cidade. A remodelação do ensino, tema sempre presente nos escritos dos professores, parece ser um reflexo do processo de transformação urbana em desenvolvimento na cidade. A modernização, almejada com obras para melhorias das questões estruturais, também é reclamada para o ensino. Os professores demandam por uma melhoria efetiva sobre as questões do ensino. Ainda que de forma apenas implícita, os professores, ao discutirem as demandas do ensino, refletem sobre a situação da cidade, as mudanças empreendidas e a permanência e ou agravamento dos problemas sociais e educacionais.

4 ORIGEM E DINÂMICA DAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

4.1 A PRIMEIRA CONFERÊNCIA PEDAGÓGICA NA CAPITAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA

Para dar conta de compreender o que foram as Conferências Pedagógicas nos anos de 1913, 1914 e 1915, era necessário precisar sua instituição na legislação e conhecer aspectos relacionados à ocorrência do evento pela primeira vez na província baiana.

As conferências pedagógicas na província da Bahia foram instituídas pela reforma de 27 de setembro de 1873 e reafirmadas no regulamento de 28 de junho de 1875.

O artigo 90 da Reforma de 27 de setembro de 1873, assinado pelo então vice-presidente da província, Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, prescreve que:

> Os professores publicos da capital reunir-se-hão pelo menos uma vez annualmente, em dia e logar, que lhes será designado pelo director geral, e sob a sua presidencia, para conferenciarem entre si sobre todos os pontos, que interessam ao regimen interno das escholas, methodo do ensino, systema de recompensas, e punição para os alumnos, expondo as observações, que hajam colhido de sua pratica, e da leitura das obras, que tenham consultados.
>
> Estas conferencias, que serão publicas, e para quaes devem ser convidados todos os membros do conselho superior, poderão durar até 3 dias consecutivos, em horas anunciadas pela gazeta official.
>
> § único. O director geral, ouvido o conselho superior, dará para execução deste artigo, instrucções especiaes, que somente serão expedidas depois de aprovadas pelo governo. (BAHIA, 1873, p. 269).

Dois anos depois, a resolução de 28 de junho de 1875, no Artigo 95 do seu capítulo XI - c*onferencias dos professores*[13], recomenda mais uma vez a reunião dos professores públicos da capital, pelos menos uma vez por ano, para discutirem sobre métodos de ensino e outros assuntos atinentes à instrução pública.

A instituição e realização das conferências na Província baiana ocorrem em um contexto onde o aperfeiçoamento do professor para a prática do ensino é considerado condição imprescindível para as melhorias previstas na legislação.

[13] Nas transcriçõess dos documentos preservou-se a escrita original.

Sobre a capacidade profissional do professor, o Diretor Geral da Instrução Pública afirma: "[...] pois que, com pezar o digo, não está na sua maior parte preparado para incumbir-se da importante tarefa de educar e instruir a mocidade, porquanto lhe fallecem as habilitações especiaes para que o ensino seja dado com proveito." (p. 6). Diante dos entraves, o Dr. José Eduardo Freire de Carvalho argumenta ser incontestável o proveito dos professores reunir-se para conferenciarem entre si, e afirma:

> Se é entre nós uma idéa nova, não o é entretanto nos paizes cultos da Europa, nos Estados Unidos; e no municipio da Corte do Imperio o Regulamento de 1854, confeccionado pelo illustrado Conselheiro Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara, de saudosa memoria, consagrou-a em uma de suas disposições. (Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia, 29 de fevereiro de 1876, Anexo ao Relatório do Presidente da Província, 1876, p.16).

A expectativa era que as conferências pedagógicas pudessem "[...] dar utilissimos resultados, já no que toca ao aperfeiçoamento do professorado na pratica do ensino elementar, já dispertando amor ao estudo litterario." (CARVALHO, F., 1876, p.16).

Apesar das prescrições legais, o referido evento só ocorreu em 12 de dezembro de 1875.

Segundo Dick (2001), a primeira conferência pedagógica aconteceu em dezembro de 1876, data confirmada no livro *Escola Normal da Bahia - Memória Histórica* de Alípio Franca, onde se lê que o Regulamento de 27 de setembro de 1873 institui as conferências pedagógicas que foram inauguradas em 12 de dezembro de 1876. Contudo a ata da 1ª Conferência Pedagógica, que foi anexada ao Relatório do Presidente da Província do ano de 1876 está datada de 12 de dezembro de 1875.

Neste estudo, optou-se por considerar como data da realização da primeira Conferência Pedagógica na capital baiana a que consta na referida ata.

Após a aprovação das instruções especiais, foi apresentado, em 08 de outubro de 1875, o *Programma* do qual constavam os seguintes pontos que deveriam ser abordados pelos professores:[14].

[14] Até o momento, apesar de várias idas aos centros de guarda e preservação de documentos, ainda não foram encontradas as Instruções Especiais para as Conferências Pedagógicas que, conforme indica Luís Henrique Dias Tavares na página 323 do livro Fontes para o estudo da educação no Brasil-Bahia (2ª ed. 2001/2002, v.1) foram localizadas no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHBA.

> 1º - Qual a melhor distribuição das materias do ensino primario, tendo-se em vista o tempo de cada sessão escholar?
> Será mais proveitoso o ensino dado em uma sessão diaria começando ás 8 horas da manhan, terminando ás 2 da tarde?
> 2º - Em quantos annos pode se considerar completo o ensino primario?
> Determinado o prazo do curso escholar, será conveniente dividir as classes dos alumnos por cada anno?
> 3º - Dos systemas até aqui adoptados para os exercicios calligraphicos, qual o preferivel para as escholas publicas?
> 4º - Escholas mixtas.
> 5º - Qual o methodo melhor para o ensino da geographia elementar?
> 6º - A instrucção obrigatoria nas escholas desta provincia pode ser proficua como tem sido nas escholas europeas, e nas de alguns estados da America?
> Affirmando, quaes as vantagens?
> Negando, em que pode ser ella prejudicial?
> 7º - Podemos assegurar que, dentre os methodos de ensino, seja o simultaneo o methodo por excellencia admittido em todas as escholas; e que só com elle pode o mestre tirar todo o proveito possivel para seus alumnos? (Relatório do Presidente da Província, 1876. Anexo. nº 12).

Os pontos escolhidos para discussão ilustram as preocupações em torno da instrução pública primária, no período.

Na primeira Conferência Pedagógica, estiveram presentes cerca de vinte e oito professores e professoras. Portanto um pouco mais da metade dos professores públicos primários da capital uma vez que, segundo as informações do *Mapa demonstrativo das aulas publicas primarias de 1875*, existiam vinte e nove professores e vinte duas professoras atuando na instrução pública primária da capital[15].

Em 1876, nos dias 6, 7, 8 e 9 de julho, ocorreu outra conferência pedagógica[16] na Província baiana. Conforme o relatório do diretor geral da instrução pública, neste mesmo ano, estava prevista a realização de mais uma conferência, o que só não ocorreu para não ocupar os professores com outros trabalhos no período em que deveriam apresentar alunos prontos nos exames finais. O diretor geral da instrução mais uma vez declara: "Continuo a nutrir as mais lisonjeiras esperanças de que essas conferencias muito concorrerão para o progresso e prosperidade da instrucção e educação popular". (CARVALHO, 1876, p. 14.).

[15] Desses cinquenta e um professores e professoras, apenas sete nomes não foram identificados na ata das conferências.
[16] Infelizmente o relatório não traz a ata da Conferência Pedagógica realizada neste ano.

4.2 AS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA REPÚBLICA

Com relação ao período republicano, só foram encontrados até o momento, documentos referentes à realização das Conferências Pedagógicas no Município de Salvador nos anos de 1913, 1914 e 1915, quase 40 anos depois da realização da primeira conferência no Estado da Bahia.

A lei estadual n. 117, de 24 de agosto 1895, recomenda a realização de conferências pedagógicas e populares. A prescrição legal indica que estas conferências deveriam ser promovidas pelos delegados escolares nas localidades onde atuavam com a finalidade de vulgarização de métodos e meios de ensino.

Em estudo sobre as conferências pedagógicas na Corte Imperial, Borges e Gondra (2005) afirmam que as conferências populares ou literárias possuíam objetivos bem diferenciados:

> Estas, [as conferências populares] segundo publicações da época, ocorriam no salão do edifício das escolas públicas da freguesia da Glória, e se caracterizavam como "discursos claros e simples sobre assuntos que interessavam ao bem-estar material e moral da sociedade", com intuito de atingir todas as classes para "ensinar o homem do povo o que ele deixou de aprender na escola". (BORGES; GONDRA, 2005, p. 206, grifo nosso)

Tanto a lei n. 1006, de 6 de setembro de 1913, quanto o decreto n. 1354 de 20 de janeiro de 1914[17], ambos da esfera estadual, preceituam que de dois em dois anos o governo deverá reunir os professores do Estado em conferências pedagógicas para discutir assuntos relativos ao ensino primário.

No entanto, até o momento, não foram encontrados registros da realização do evento, em âmbito estadual, na Primeira República. O mesmo verifica-se com a prescrição de realização das conferências populares ou literárias.

Com a passagem das escolas da capital para o âmbito da Intendência Municipal de Salvador, por força da Lei estadual 117, de 1895, surgem, através do Regulamento n. 245 de 11de maio de 1896, prescrições específicas para as conferências no Município de Salvador.

[17] Art. 53 e Art. 60.

Os apêndices C e D demonstram em ordem cronológica os itens da legislação que tratam das conferências pedagógicas tanto no âmbito estadual como no municipal, no período republicano.

4.3 ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR

No dia 28 de janeiro de 1913, o Diário de Notícias anuncia que estiveram reunidos na Academia de Belas Artes os professores municipais para, além de tratar dos assuntos referentes às conferências, deliberarem "inclusive a approvação do seu regulamento."

Supõe-se que a cada ano era composta uma comissão para rever as normas oficiais que regulamentavam o evento, as quais parecem ter tomado como referência as instruções especiais que, no Império, foram criadas para orientar a execução das conferências pedagógicas.

O regulamento das Conferências Pedagógicas do Município da Capital do ano de 1914 é composto de oito capítulos. O seu primeiro capítulo trata dos fins, momento e composição das conferências. No seu art. 1º, a finalidade do evento é assim descrita:

> O fim das conferencias pedagogicas no municipio da capital é solemnisando a abertura dos cursos, propor e discutir as questões, sobre educação e instrucção primaria, emittindo sua opinião firmada nas observações feitas no ensino das varias disciplinas do curso primario do 1º grau, quer sobre as vantagens colhidas dos methodos e processos do ensino seguidos na escola, quer sobre as modificações de taes methodos, que julguem necessarios para melhor resultado pratico, quer sobre as materias do programma, seu proveito, desenvolvimento ou suppressão, e, neste caso, as razões justificadas de sua opinião. (Regulamento das Conferências Pedagógicas de 1914. Diário da Bahia, capa, 12 de fev. de 1914.)

O regulamento também apresenta normas sobre a organização das sessões; atribuições da mesa; trabalho das comissões; inscrições dos conferencistas e dos trabalhos; escolha dos quesitos e aspectos relacionados à atuação dos participantes.

Nas atas referentes aos três anos, constantemente os membros da mesa permanente mencionavam que estavam pautados ou agindo conforme o regulamento.

Apesar dos esforços empregados para localizar os regulamentos dos três anos, apenas foi encontrado o do ano de 1914, que foi publicado na primeira página no Jornal Diário da Bahia, em 12 de fevereiro de 1914. O regulamento data de 24 de janeiro do mesmo ano. Nele constam os nomes dos professores: Severo A. Pessoa da Silva, Francellino Pereira de Andrade (relator) e Alberto de Assis como membros da comissão revisora.

As conferências pedagógicas consistiam na leitura e discussão das teses produzidas pelos professores a partir da escolha prévia de quesitos relacionados com o ensino primário de modo geral. Quase um mês antes da realização, ocorria uma reunião para os devidos encaminhamentos referentes à organização das conferências. Essa preparação precedia o início oficial do evento para o qual eram convidados todos os professores públicos da capital.

O comparecimento dos professores no evento era obrigatório como dispõe o artigo 49 do Regulamento das Conferências Pedagógicas de 1914: "E'obrigatorio ao professorado municipal o comparecimento às sessões das conferencias de accordo com o § do art. 66, do Regulamento n. 245, da lei n. 219 do Ensino Municipal". Na leitura do expediente, que era feita antes do início dos trabalhos de cada sessão, eram registrados vários ofícios de justificativa de ausência. Algumas vezes, era registrado o número de ausentes com e sem justificativa. Contudo nem a legislação nem as atas mencionam algum tipo de punição para os que não compareciam ao encontro.

Nos anos de 1913, 1914 e 1915, como registram as atas, as sessões ocorriam no prédio da Intendência Municipal, no mês de fevereiro, com duração de mais ou menos cinco a seis dias.

Como previa a legislação, as conferências precediam o início das aulas nas escolas públicas primárias de Salvador e deveriam durar três dias consecutivos, podendo ser prorrogada a sua duração em caso de necessidade.

As sessões que antecederam a abertura solene nos anos de 1913 e 1914 foram realizadas na Academia de Belas Artes e, em 1915, no Salão Nobre do Conselho Municipal.

Em 1913, existiu apenas a comissão de redação de conclusão dos trabalhos. Os membros da comissão de redação dos trabalhos bem como os membros da mesa permanente foram nomeados pelo Intendente Municipal Júlio Viveiros Brandão, através do ato nº 2 publicado no ano de 1913.

> Para a realização da conferencia Pedagogica, nomeio a mesa e comissão adiante designadas, para a direção dos respectivos trabalhos.
> Mesa encarregada da realização da Conferencia Pedagogica entre os professores municipaes para soleminizar a abertura dos cursos.
> Presidente, professor Cincinnato Ricardo Pereira da Franca; secretarios, professores João Gonsalves Pereira e Severo Americo Pessoa da Silva. Commissão de redacção dos trabalhos dos conferencistas Possidonio Dias Coelho, Gonçalo Alvaro de Oliveira, Francellino Pereira de Andrade, Jacintho Tolentino Caraúna, Emygdio Joaquim Gomes, Maria Olympia da Silva Rebello, Sindonia de Oliveira Alcantara, Maria Gertrudes de Souza e Aureliana Paula da Cunha. (Gazeta do Povo, Bahia, p. 4, 15 jan.1913).

A designação da mesa permanente e da comissão de redação feita pelo intendente pode ser um indício de que no ano anterior, de 1912, não ocorreu o evento, considerando que os documentos consultados indicam que a escolha dos membros da mesa permanente do ano seguinte era feita na sessão de encerramento das conferências, conforme foi registrado nos dois anos seguintes ao de 1913.

A organização das Conferências Pedagógicas realizadas no ano de 1914 difere um pouco da organização de 1913.

As atas do ano de 1913 indicam que as teses eram lidas pelos professores em cada sessão presidida pela mesa permanente. Após a leitura de todas as teses, e, em uma sessão destinada a apresentar as conclusões, a comissão de redação as entregava ao presidente da mesa permanente para discussão.

Durante a discussão, a assembleia poderia propor emendas ou sugerir supressão de conclusões ou da tese por completo. O conferencista poderia justificar suas ideias e contra argumentar. Após as discussões, era o presidente da mesa quem iniciava a votação das conclusões que eram postas em discussão conforme a ordem de apresentação. Uma tese poderia ter mais de uma conclusão.

Ainda que existam pontos que careçam de mais esclarecimentos quanto ao formato e a execução das conferências, a análise das atas deste ano indica que as teses eram lidas pelo próprio autor para a assembleia que se fazia presente nas sessões das conferências e não perante a comissão de redação.

Em 1914, as sessões foram divididas em plenas e parciais. As sessões plenas ordinárias de abertura e de encerramento eram conduzidas pela mesa permanente composta de três membros. Na sessão de abertura, eram distribuídos os trabalhos para cada comissão.

Nas sessões parciais, os professores que já haviam feito sua inscrição realizavam a leitura da tese perante os membros das respectivas comissões. [18]

Conforme dita o artigo 8º do regulamento, era reservado aos membros das comissões o direito de discutir, bem como de votar, os trabalhos apresentados. Essas comissões deveriam dar parecer e retirar as conclusões das teses apresentadas quando não eram elencadas pelos autores. Os demais conferencistas poderiam assistir às sessões parciais.

Tanto as atas como o regulamento de 1914 demonstram muito bem tal organização. As atas das sessões plenas e parciais deste ano foram redigidas separadas, demonstrando as especificidades de cada uma das sessões.

Nas sessões plenas, os relatores de cada comissão apresentavam as conclusões e os pareceres para votação.

O novo formato retira do autor o direito de ele mesmo apresentar o seu trabalho na íntegra perante a assembleia, já que apresenta perante uma comissão, e nega aos demais conferencistas a possibilidade de discutir as teses no seu todo, permitindo-lhes apenas participar da votação dos pareceres elaborados pelas comissões constituídas para as sessões parciais.

Esse novo formato de apresentação e de apreciação das teses parece não ter agradado a todos.[19]

Deve-se destacar o papel que a imprensa local teve na divulgação do evento e das ocorrências que marcavam a sua realização. Os jornais ajudaram a reforçar a obrigatoriedade de participação do professorado por meio das notícias publicadas. As convocatórias, na maioria das vezes, relembravam o compromisso legal ao qual estavam submetidos os professores. Eram frequentes as notícias que ressaltavam o "dever" de comparecer às reuniões de preparação e à realização do evento conforme estipulava a lei municipal.

As notícias também deixavam a par das discussões os que não se fizeram presentes no evento e a sociedade de um modo geral. Algumas notícias chegaram a ocupar uma página inteira ou mais dos jornais. A extensão das notícias, bem como o detalhamento das

[18] Nos anos de 1914 e 1915.

[19] Em 1914 o professor Cincinnato Franca que era membro da 2ª comissão estava inscrito para apresentar a tese intitulada: *Os resultados colhidos actualmente no ensino correspondem ao esforço e meios empregados?* Contudo, o professor não mantém a inscrição e envia sua tese para publicação no Jornal Moderno do dia 13 fev.1914 (p.2), explicando a razão de sua retirada em uma carta encaminhada à mesa que presidia o evento, neste ano. O incidente foi registrado em ata e na resenha dos trabalhos das conferências de 1914.

informações, foi sendo ampliada de um ano para outro, evidenciando a importância e relevância que o evento assumiu na cidade de Salvador.

> O Congresso dos Professores do Municipio de S. Salvador, essa modesta, mas laboriosa assembléa que hontem se encerrou, depois de haver trabalho em comum, cheia de fé e da mais exemplar dedicação, é um dos maiores serviços prestados ao adeantamento do ensino municipal na Bahia. E não será util apenas aos que nelle tomaram parte: seus resultados registrados nos jornaes e por estes transmittidos a todas as distancias, irão echoar beneficamente até nas mais longinquas escolas do sertão. Todo o estado aproveitará deste beneficio, assim como todo o professorado colherá incentivos e força na leitura do relatorio que passamos a fazer não somente da Exposição Escolar, mas tambem dos trabalhos da "Conferencia Pedagogica", o benemerito Congresso de Professores que se encerrou hontem. (Jornal Moderno, p. 4, 13 fev.1915).

Compreende-se que a publicação das notícias, além de divulgar o evento na capital, também pretendia alcançar os que estavam mais afastados, que por dificuldades de deslocamento ou outros motivos não podiam tomar parte no evento.

Os discursos proferidos por professores, que ocuparam funções de orador e/ou relator nas conferências publicadas nos jornais, ajudaram a tornar pública a expectativa que se tinha acerca da participação dos professores nas conferências. Para o professor Severo Americo Pessoa da Silva[20], as conferências pedagógicas deveriam "estimular e propagar idéas, formar e engrossar mais as fileiras dos lutadores da grande obra da educação." (SILVA, S., 1915).

Os discursos ressaltam, ainda, que a reunião do professorado municipal era um espaço onde as ideias apresentadas e debatidas serviam para estimular a prática de estudos entre os professores, realizando um exercício de revisão coletiva das propostas, além de esboçar certa organização da classe.

> Não ha espirito culto e progressista que não saiba a importancia suprema dessas grandes reuniões periodicas de pessoas que se dedicam aos mesmos misteres, que se consagram aos mesmos estudos e aos mesmos esforços, mas que vivem e luctam separadamente, cada qual no seu restricto campo de acção, alheiadas uma das outras, desconhecendo-se esquecendo-se, ignorando-se umas as outras. Os Congressos tolhem essa extraneidade que se faz cada dia mais forte e mais nociva ao desenvolvimento e aperfeiçoamento

[20] SILVA. Severo Americo Pessoa da. (Discurso) Sessão do encerramento das Conferências Pedagógicas de 1915, Jornal de Notícias, Bahia, p.5, 25 de fev. de 1915.

> dos methodos empregados por esses profissionaes; facilitam o intercambio das idéas; promovem a communicação mutua das observações, dos reparos, das experiencias adquiridas; favorecem a eclosão das inventivas aproveitaveis; estimulam as nobres ambições; incitam o amor da gloria; cream emulações que são poderosas forças impulsoras; tonificam, melhoram, ensinam, lembram, recordam, esclarecem, unem, corrigem, renovam, reconfortam, vivificam. (Jornal Moderno, Bahia, p.4, 13 de fev. de 1915).

Além desse objetivo, as conferências serviram para congregar os professores, ajudando a criar, fortalecer e animar para o trabalho diário.

Os documentos consultados não explicitam se os professores sugeriam ou opinavam de alguma forma na escolha e seleção dos quesitos postos em discussão, também não informam qual era o critério para a escolha das questões.

Em 1914, a terceira comissão, intitulada: *Educação physica e trabalhos professoraes*, não recebeu trabalhos para apreciação, mesmo assim formulou conclusões para os respectivos quesitos. Esta ação estava prevista no § único do art. 25 do regulamento das conferências. As conclusões apresentadas foram aprovadas com unanimidade no plenário, reconhecendo-se o seu grande valor pedagógico.

A indicação prévia das questões ou teses não impedia que os professores versassem sobre outras questões, contudo não podiam ocupar-se de assuntos estranhos ao estatuído[21]. Uma exceção a essa norma foi o caso do professor Edgar Pitangueiras que, em 1914, disserta sobre uma questão proposta por ele.

Na cerimônia de encerramento do ano de 1915, a banda de música do corpo municipal tocou e o intendente "enalteceu os méritos do professorado". Nesta sessão, foi feita a eleição da mesa permanente para o ano de 1916 que teria como presidente Roberto Correa; 1º secretario prof. Alberto de Assis e 2º secretario José Clemente Barros. Não foram encontrados indícios sobre a continuidade do evento após o ano de 1915. O fato é que o professor Assis, no encerramento das conferências de 1915, propõe que as conclusões das teses deste ano, bem como as dos anos anteriores, fossem enviadas à Inspetoria de Ensino para aplicação nas escolas. Este pode ser um indício da razão pela qual os documentos referentes às conferências desses três anos foram preservados.

Além da publicação de teses, discursos e resumos dos trabalhos, o Jornal Moderno e o Jornal de Notícias tornaram o evento ainda mais visível, inserindo fotos e ilustrando as

[21] A mesma questão poderia ser tomada para elaboração de tese por mais de um professor.

matérias que publicaram no ano de 1915. Apesar da qualidade comprometida, é possível visualizar os professores nas imagens abaixo.

Fotografia 2
Professores no salão nobre do Conselho Municipal

Fonte: Jornal de Notícias, Bahia, 11 fev. 1915, capa.

As imagens publicadas, certamente, cumpriam também a função de exaltar a importância concedida às conferências que se caracterizavam por um tom solene como demonstram as vestes e poses dos professores e professoras nas fotografias.

É Nóvoa quem afirma que:

> A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou outro modo, o conjunto de problemas desta área. E difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e prática, entre os projectos e as realidades, entre a tradição e a inovação. São características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, à vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico para a história da educação e da pedagogia. (NÓVOA, 1992, p.31 apud BORGES; LEMOS, 2009, p.2).

É preciso reconhecer que a reunião do professorado municipal não ficou restrita ao espaço do Salão Nobre do Paço Municipal. Através das páginas dos jornais, as conferências pedagógicas de 1913, 1914 e 1915 ganharam visibilidade. Essa importante fonte ajudou a propagar as ideias apresentadas e debatidas pelos professores, além de dar a conhecer aspectos da organização e realização do evento, revelando como se configuraram as conferências em Salvador.

Após a análise e o confronto de documentos, conclui-se que, embora existam aspectos pouco evidentes sobre quem tinha o poder de decisão na escolha dos temas e questões postos para discussão nas conferências, é notória a ativa participação dos professores, desde a etapa de organização até a execução do evento. Eles não estavam apenas na condição de espectadores, estavam nas comissões, apresentavam trabalhos, assumiam papéis diferenciados em etapas distintas do evento.

5 AS TESES DOS PROFESSORES MUNICIPAIS APRESENTADAS NAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE 1913, 1914 E 1915.

As produções escritas não estão desvinculadas de um contexto histórico e geográfico. As circunstâncias de tempo e de lugar que afetam os seus autores também refletem nos escritos, sejam eles documentos pessoais ou institucionais. Por isso, a análise das teses dos professores municipais apresentadas nas Conferências Pedagógicas de 1913, 1914 e 1915 exigiu, em primeiro lugar, retomar a reflexão sobre o contexto político, social e educacional de Salvador no período de realização das referidas conferências.

Sabendo que as conferências pedagógicas sobre a instrução pública primária foram realizadas em um contexto de remodelação e renovação da cidade, torna-se claro que os escritos dos professores não estão descolados da conjuntura da época. Por trás do desejo real e manifesto dos professores de demonstrarem suas insatisfações com relação aos poderes competentes, havia também o desejo de construir alicerces para o fortalecimento e organização da classe do professorado e para dar novas bases ao ensino municipal.

Em segundo lugar, considerou-se que não seria possível uma análise das teses, sem uma reflexão sobre o tipo de espaço que essas conferências representaram, o que foi feito buscando auxílio em textos escritos por autores que estudaram as conferências pedagógicas realizadas na Corte entre os anos de 1855 e 1890.

Borges e Gondra (2005) tomando como base os estudos de Foucault (1987), buscam compreender o funcionamento das conferências sob três aspectos:

> [...] conhecer, dominar e utilizar. Conhecer as práticas e idéias do corpo docente. Dominar por meio do que se estabelecia pelas normas, sobretudo, o controle das discussões e pensamentos nos limites do que o governo define como "necessário e profícuo", e utilizar o corpo docente para difusão do que era desejado por aqueles que detinham o poder. (BORGES; GONDRA, 2005, p. 211)

As conferências seriam, portanto, um espaço de grande controle do estado sobre os professores, o que estava refletido na determinação dos pontos, que era realizada com o objetivo de difundir certas ideias ou pensamentos entre os professores.

Os aspectos relativos ao controle das práticas e à modelação do pensamento dos professores, via formação, também foram ressaltados pelos autores (BORGES; GONDRA,

2005). As conferências aparecem como um lugar no qual se podia conhecer o pensamento e formas de agir dos professores e exercer determinado controle da ação docente "[...] instituindo códigos e difundindo doutrinas de modo a forjar práticas bem determinadas" (BORGES; GONDRA, 2005, p.217). A exposição, discussão e apresentação dos trabalhos se constituíam em estratégia do governo para conhecer o pensamento dos professores primários da Corte, impondo um modelo de professor a ser validado e incorporado pela classe docente. Também estava presente na organização e promoção do evento a ideia de que os problemas relativos à instrução pública seriam sanados através do aperfeiçoamento dos professores.

Borges e Lemos (2009, p.12) ressaltam a característica de controle das conferências na medida em que eram uma estratégia do estado imperial para assegurar certa homogeneização dos docentes, que seria alcançada através da "difusão de códigos e doutrinas norteadoras de práticas desejadas".

Para Borges e Teixeira (2004), apesar das conferências também terem sido apontadas como espaço de contradições, o princípio que norteava a sua concepção era o de espaço de aperfeiçoamento docente. Existia uma proximidade das temáticas das conferências com as do exame de habilitação dos professores, esta foi uma das estratégias do governo na tentativa de delimitar e legitimar os saberes que os professores deveriam adotar em sua prática. Com a criação de um arcabouço jurídico para sustentar o Estado Imperial, começou a haver uma preocupação do governo para que todos conhecessem e obedecessem as determinações legais que regiam o Estado, o que provocou "em várias províncias, um vertiginoso crescimento dos conhecimentos escolarizados, ou seja, há um aumento significativo daqueles conhecimentos que, esperava-se, a escola deveria ensinar aos alunos" (FARIA FILHO 2000, apud, BORGES;TEIXEIRA, 2004, p. 2-3). Tais mudanças implicavam em que os professores também estivessem preparados, já que o processo de profissionalização se dava de várias formas. Sendo assim, as conferências surgem como um "dispositivo de modelação docente" (p. 2) razão pela qual o evento também se caracterizou como um espaço de formação continuada:

> As conferências pedagógicas ou de professores objetivavam discutir sobre diversas questões vinculadas à profissão, isto é, à educação e ao ensino. Tinham uma perspectiva de atualização, de continuação dos estudos depois da formação, e de vulgarização e aperfeiçoamento dos métodos de ensino. (BASTOS, 2003, p. 1)

Pela leitura das teses, jornais, atas, pareceres, e relatórios conclui-se que, em Salvador, as conferências pedagógicas representaram um espaço onde os professores podiam refletir sobre as prescrições legais, sobre as propostas oficias e, de certa forma, confrontá-las com suas práticas vivenciadas no cotidiano das escolas.

Neste estudo, as conferências são entendidas como espaço de troca, partilha de experiências e disseminação de ideias e práticas, contribuindo para a formação dos professores. Eram espaços onde os professores sinalizavam para as autoridades pensamentos e sentimentos sobre as condições de trabalho a que estavam submetidos e reivindicavam um reconhecimento social compatível com a sua missão. Ou seja, se por um lado as autoridades pretendiam vigiá-los, tomando conhecimento das suas ideias e queixas, por outro lado os professores aproveitavam-se de uma situação em que havia audiência para as suas denúncias.

Não é possível desconhecer que os professores faziam um exercício de análise de situações vivenciadas no cotidiano das escolas, ao pensar sobre as questões propostas e ao usar a escrita para registrar e sistematizar suas ideias. Quando formulavam críticas, assumiam, em certa medida, uma atuação que extrapolava a de meros executores de normas e prescrições. Apresentavam sugestões concretas com o intuito de interferir nas propostas oficiais e, almejando uma participação mais efetiva nas questões de ensino respaldada em sua prática.

Para além do discurso oficial que se pretendia difundir, os professores apontam, expõem suas reflexões acerca dos ideais republicanos, ou seja, do discurso redentor da instrução pública. De alguma forma, dão a conhecer suas práticas, o que pensam sobre aspectos legais relativos à educação, aos métodos e processos de ensino. É o que pode ser visto na tese da professora Adelia Barroso quando enfatiza sua posição ao dissertar, em 1914, sobre o programa adotado nas escolas primárias:

> O nosso programma, que tem sido o constante do Regulamento estadual ultimamente revogado na parte que diz respeito ao ensino primario, determina, na secção de – calculo e systema metrico – seja feito o ensino de pesos e medidas desde o 1º curso << por meio de noções praticas>> devendo ser desenvolvido nos demais cursos da escola.
> E, ao lado desta ultima opinião, tambem se encontram varios pedagogistas.
> Surge, pois, a resolver esta questão: Quando se deve começar o ensino do systema metrico decimal: no 2º curso como opina a autoridade de Compayré, ou no curso elementar, como determina o programma official?
> Se quizermos encarar a questão pelo lado externo, administrativo digamos assim, é claro que o professor tem de cingir-se ao programma official que é

> parte integrante do Regulamento e cuja execução á risca é um dos seus deveres funccionaes; mas olhando o assumpto pelo lado interno ou pedagogico, cabe ao professor a liberdade de opinião como profissional, obrigado apenas ao respeito as normas scientificas. (BARROSO, 1914, fl. V-VI, grifo do autor)

Nesse fragmento de texto, a percepção das contradições entre o instituído e as recomendações da pedagogia mescla-se às reflexões sobre o próprio trabalho, e a conferência aparece como um espaço para fortalecer práticas individuais e coletivas compartilhando ideias e conhecimentos.

Um terceiro procedimento que também se fez necessário, antes da análise das teses, foi classificá-las quanto ao tipo de produção textual.

As teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas nos anos de 1913, 1914 e 1915 apresentam características de textos pessoais. Correspondem ao que Viñao (2004) denomina de escrita auto-referencial, tipo de escrita que:

> [...] constitui em si mesma uma fonte histórica, o que por sua vez, delineia a dupla questão de suas possibilidades e uso como tal fonte.
> Ademais, é um gênero textual, com suas características próprias, que é preciso estabelecer e delimitar. [...]
> Finalmente, por trás da escritura auto-referencial existe alguém que escreve, um autor [...] que se move no plano duplo do pessoal/privado e do exterior/público a partir do momento em que se decide por escrever e aceita, com todas as limitações e precauções que se queriam, que o que escreve pode ser lido por alguém.[...]" (p.337-338)

Foram identificadas nas teses em estudo três características de textos auto-referenciais: foram geradas a partir de uma demanda específica; são escritos que fazem referência à realidade escolar vivida e, por último fazem referência à questão educativa a partir da própria experiência, tanto pessoal como profissional.

De fato, os textos escritos pelos professores municipais apresentam ideias, pensamentos e críticas com argumentos, ora fundamentados na experiência cotidiana do exercício do magistério, ora nas leituras de teóricos da época. São produções textuais de cunho, predominantemente, dissertativo, pois, como observa Travaglia (2007), cumprem a função de refletir, explicar, avaliar, "[...] expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações." (p. 60). Contudo, algumas teses, além

de dissertativas, também prescrevem formas de ensinar e de aprender, sendo, em alguns casos, incisivas em suas recomendações. São, ainda que apenas em parte, textos injuntivos nos quais o conteúdo sempre trata de algo a ser feito ou de como devem ser ações ou fatos e fenômenos cuja realização é pretendida por alguém.

A possibilidade de um mesmo texto comportar mais de uma classificação foi ressaltada por Viñao (2004, p.340), quando alerta que "qualquer que seja o critério de classificação ou distinção empregado, sempre surgem textos que se movem em terra de ninguém ou em mais de um espaço textual."

A tese da professora Victoria Maria da Conceição Garrido, apresentada em 1913, exemplifica essa situação. Ela inicia o seu trabalho em tom mais dissertativo, expondo suas reflexões sobre o tema:

> Linguagem é a manifestação do pensamento por meio de sons articulados; é a base de todo o conhecimento humano, portanto indispensavel a nosso desenvolvimento intellectual, porque sem ella nada comprehenderiamos. (GARRIDO, 1913, [*fl.1*])

Mais adiante, apresenta o programa para o ensino da disciplina da língua materna segundo o plano de ensino, especificando, detalhadamente, como deve ser o ensino: da escrita; da leitura; da composição e da gramática. Ao apresentar o programa para o ensino da língua materna, além de especificar como deve ser ensinada a disciplina, diz quais materiais devem ser usados e como o professor deveria proceder:

> Leitura
>
> Curso inicial (preparatorio). Quando os alumnos deste curso já conhecem o alphabeto e a formação das lettras que o constituem, o professor escreve no quadro negro lição propria para o ensino de soletração e de sylabario, o que executa, colocando o referido quadro em frente da classe com o fim de todos os alumnos fixarem os olhos, prenderem a attenção na lição e ouvirem a explicação do professor. [GARRIDO, 1913, *fl. 2*, grifo do autor]

Usa, então, da prescrição ao final do seu texto, tendo usado inicialmente um tom dissertativo.

As teses estão em formato manuscrito, com exceção das que foram publicadas nos jornais. Algumas são sucintas, com poucas páginas e exploram o tema sem indicar autores ou argumentos teóricos. Não apresentam estrutura rígida. Contudo, algumas apresentam uma introdução discorrendo sobre aspectos gerais da instrução pública, sobre a motivação para

escolha do tema e participação no evento; em seguida, há uma apresentação do tema ou questão que será abordado; logo depois, aparecem a exposição e as argumentações; finalizando, há sempre uma conclusão, que às vezes toma a forma de tópicos enumerados.

Em algumas teses, os professores declaram seu pouco conhecimento sobre o tema ou declaram não ter competência para dissertar. A professora Esther de Figueiredo Queiroz, em 1915, ao abordar a questão do ensino da moral e cívica na escola primária, confessa:

> Quizera possuir talento e ter competencia para auxilia-los; porém infelizmente, não os possuindo, venho, estimulada por seus exemplos, pela primeira vez, a tribuna para apresentar meu exiguo trabalho, isto é dar um pallido desenvolvimento ao XV dos quesitos, que foram apresentados pela distincta Meza Permanente. (QUEIROZ, Jornal de Noticias, p. 5, 25 fev. 1915).

A professora Victoria Maria da Conceição Garrido (1915) diz: "Não venho a esta tribuna mostrar conhecimento, pois, não os possuo; mas, cumprir dever e em obediencia ao digno mestre professor Antonio Bahia da Silva Araujo."[22]

5.1 A PREPARAÇÃO DAS TESES PARA ANÁLISE

Um primeiro procedimento que antecedeu a análise foi a elaboração de uma relação das 33 teses por conferência, por autor, ano e título o que resultou nos apêndices E 1, E 2 e E 3. A diversidade de tema e questões exigiu a elaboração de um formulário no qual algumas informações sobre o conteúdo dos textos foram resumidas, de modo a permitir uma melhor compreensão do conjunto. Construído após uma primeira leitura de algumas teses, o formulário contemplou os seguintes itens que tomaram a forma de questões:

- Que questões e temas foram abordados?
- O autor relata o que motivou a participação nas Conferências Pedagógicas?
- Indica qual o papel ou finalidade da escola na tarefa do ensino?
- Refere-se à formação de professores, escola pública primária do município de Salvador, aspectos legais, aspectos do contexto?
- Quantos aos métodos e processos de ensino: registra como os alunos aprendem ou deveriam aprender? Menciona qual método adota ou deveria ser adotado? Cita em

[22] Tese: Da organização pedagógica na escola primária publicado em 20 fev.1915, Jornal de Notícias.

quais materiais os alunos poderiam ou deveriam aprender? Trata de como deveria ser o ensino das disciplinas? Trata da aprendizagem dos meninos e meninas?

- Indica estratégias e sugestões?
- O autor refere-se à visão que tem de si mesmo e dos professores de forma geral?

No formulário, também havia um campo para a classificação da tese quanto ao tipo de produção textual, o que exigiu combinar os tipos de produção apresentados por Curto (2000) e Travaglia (2007) para identificar que vinte e duas teses são do tipo expositivo–argumentativo, nove do tipo expositivo- prescritivo, e duas são apenas expositivas.

A maioria das 33 teses lidas discute as prescrições legais e apresenta propostas para a melhoria do ensino, fundamentadas nas experiências pessoais, na leitura de obras e autores consagrados no campo da pedagogia e de outros que contribuem para educação e instrução em geral[23]. Além de expor ideias, sugestões, críticas sobre o ensino de forma geral, ainda apresentam estratégias, e revelam, em certa medida, aspectos da prática nas escolas.

As informações registradas no formulário evidenciaram os grandes temas que foram abordados pelos professores e a recorrência de alguns que estavam presentes de uma forma ou de outra em várias teses. Daí surgiu a decisão de organizar a análise e a discussão dos dados levantados nos documentos escritos pelos conferencistas considerando dois grandes grupos de tema.

O primeiro grupo foi denominado de "O professor: a concepção de si mesmo, da escola e da gestão do currículo" e abrigou as teses cujas descrições ou discussões contemplavam direta ou indiretamente a percepção que os professores tinham de si mesmos, do seu trabalho, da escola e a interferência sobre a forma de se perceber na gestão do currículo.

No segundo grupo, sob o título "O professor e suas práticas: entre o currículo prescrito, o idealizado e o realizado", foram reunidas as teses que apresentam informações sobre as práticas curriculares descritas pelos professores como ideais ou realizadas.

[23] Entre os autores citados estão Rousseau, Pestalozzi e Froebel, Buisson, que publicou em 1878 o Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire; Daligaut cujo Manual de Pedagogia foi traduzido para o Português sob os auspícios de um Presidente da Província da Bahia para uso na Escola Normal, Compayré autor dos livros Elements d'e'ducation civique (1881), Cours, de pedagogie theorique et pratique (1885).

5.2 O PROFESSOR: A CONCEPÇÃO DE SI MESMO, DA ESCOLA E DA GESTÃO DO CURRÍCULO

No regulamento para as escolas primárias, do ano de 1896, a lista das obrigações e deveres dos professores é extensa. Destacam-se, como especificamente articuladas à gestão do currículo, a obrigação de ensinar com dedicação e gosto as matérias do ensino conforme os planos, programas, horário, modos, métodos oficiais e o dever de lecionar pelos livros preferidos pelo conselho escolar[24]. São normas que limitam a autonomia do docente na gestão do currículo, considerando que os diversos elementos que o professor maneja para assumir a direção do processo de construção do conhecimento na escola já são previamente dados. É evidente que essa situação condiciona a visão que o professor tem de si mesmo.

Em algumas das teses analisadas, a vocação aparece como o elemento que define a condição de ser professor, como na de João Gonçalves Pereira que diz:

> Quero falar da vocação para o ensino, sem a qual não ha methodos nem processos, cuja excellencia se possa determinar A vocação para o magisterio é nativa e é a cultura que a torna cada vez mais poderosa pelos conhecimentos adquiridos; no entanto essa mesma qualidade, muitas vezes, e principalmente entre nós, se torna um pouco enfraquecida e se abate, por effeito de emoções que vão perturbar, desviando-o de suas manifestações evolutivas. São muitos os methodos e todos ao alcance e pratica dos meus illustres collegas, que disso têm dado sobejas provas neste mesmo recinto, em épocas não muito remotas. Aqui e nas proprias escolas por vos regidas tem occasião de ver e de admirar a perfeição. (PERREIRA, 1913, [fl.XIV]).

Sem vocação para o ensino não é possível ser professor e, mesmo com prédios adequados, material e mobiliário que cumprem as exigências da pedagogia moderna, sem a vocação para o ensino não existe escola atraente (CONTREIRAS, 1915)[25]. As referências à importância da vocação, também mencionadas por outros professores, levam, necessariamente, à abordagem do tema formação que, para alguns professores, tem entre suas funções a de confirmar e moldar esse traço que é inato. Foi nessa direção que a professora Aureliana Paula da Cunha construiu parte da sua tese na qual afirma que a seleção dos

[24] O Conselho escolar no âmbito do ensino municipal de Salvador foi constituído pelo Art. 53, da Lei 219 de 20 de Abril de 1896 e não foi implantado.

[25] A professora Beatriz Contreiras apresentou, em 1915 a tese "Não será o concurso de provas o unico e melhor critério a adoptar-se para as nomeações de professores as escolas do 1º gráo?"

docentes deveria partir da "officina" onde se prepara o mestre – A Escola Normal. A conferencista acreditava que a Escola Normal poderia "operar o milagre positivo de regeneração do ensino na Bahia" através do estudo da vocação dos seus alunos. [26]

Além da vocação, o professor deveria ter uma série de outras qualidades e habilidades referidas por vários outros professores, que foram, entretanto, tratadas de modo mais extenso por Zulmira Dórea D'Andrade[27].

A professora que atuava no distrito de Brotas inicia o seu elenco de qualidades dizendo: "Ser professor nem sempre é ser mestre," certamente estabelecendo uma diferença entre o instruir e o educar. Em sua análise, o ser mestre está associado com a necessidade em abandonar modelos ultrapassados de educação e de conduta do professor. Na realidade, retrata o mestre ideal, apresentando como negativos procedimentos e atitudes que contrariam as novas concepções referendadas tanto na legislação, como por teóricos da época, como é o caso da memorização e da sobrecarga de conteúdos ensinados. Também se coloca contra as marchas, atividade vinculada à disciplina "Exercícios militares", introduzida no currículo com o advento da República. (Quadro1).

Da análise das atitudes e comportamentos coerentes com o ser mestre, relacionadas no quadro abaixo, fica claro que, para a professora, o mestre é aquele que educa, cuidando da higiene e asseio do aluno, ministrando um ensino gradual e progressivo, moldando o caráter, cuidando da educação cívica que consiste em ensinar a conhecer a sua Constituição, obedecer as leis, respeitar as autoridades, exercer o seu direito, não abusar das liberdades etc.

Através das oposições que apresenta, Zulmira descreve mais de uma forma de ser professor.

Quadro 1
Qualidades do mestre de acordo com a professora Zulmira Doria D'Andrade 1913.

O que é ser mestre	O que é não ser mestre
É saber procurar meios, adpotar méthodos para transmittir com proficiencia aquilo que se sabe, aquilo que aprendeu;	Não tornar prematuramente a mente do menino em verdadeiros arquivos de erudição
É fazer diligencias para combinar os elementos para desenvolver gradativamente a intelligência;	
É saber aceiar e fortificar e corpo, como lapidar a alma para o funcionamento das suas faculdades.	Não é entender que seus alunos sejam precoces doutores ou bacharéis
É fazer os alunos subir os degraus um a um da escada do	Não é entulhar para fazer decorar, sem

[26] A professora Aureliana Paula da Cunha apresentou, em 1915, a tese "Que remedios sociaes podem ser apontados como mais eficazes e prontos para dar-se um combate energico ao analfabetismo entre nós?"

[27] Em homenagem póstuma registrada pelo delegado escolar Gonçalo Alvaro d'Oliveira da 4ª circunscrição no relatório das atividades de inspeção de 1915, consta que a professora Zulmira foi "uma das glorias do magistério publico primário municipal." (1916, p.363,).

merecimento, para toda e qualquer aspiração;	ciência, nem consciência, prosas e poesias que leram ou ouviram tenras cabecinhas, que não poucas vezes têm sido victimas de amollecimentos cerebal.
É saber dirigir a balbuciação, a pronuncia clara e inteligível das palavras a sua compreensão e as suas aplicações, combinando-as e discorrendo por si mesmos, associando-lhes as mimicas e o diapasão que lhes são próprios da idade, com o desenvolvimento da qual crescem as faculdades physicas e moraes mostrando por si mesmos o que sente o coração, o que experimenta o espírito, o que sofre a alma,	
É ter o dom de combater o vicio, sem escândalo, crear e desenvolver virtudes sem ostentação.	
É saber premiar sem interesse, castigar sem vingança: um beijo, um olhar, segundo o modo de sua aplicação	Não esta em vestir as creanças de soldado ou marinheiros e faze-los marchar descompassadamente em dias de gala pelas ruas.
Consiste em faze-lo [*o discípulo*] conhecer a sua constituição, obedecendo as leis, respeitar, as autoridades, exercer o seu direito, não abusar das liberdade, condenar os abusos, aplaudir o merecimento , conhecer a politica social e administrativa, bem administrar o que é seu e o que lhes confia, preveni-los contra a indigência, sem indícios de usura, respeitos aos velhos, compadecer-se da miséria, amar aos paes, á pátria e a Deus, receber, enfim a educação cívica e moral condigna do homem de bem.	

Fonte: D'ANDRADE, Zulmira Doria. **Breves apreciações offerecidas ás conferencias pedagógicas municipais**, fevereiro de 1913. Tese apresentada na Conferência Pedagógica de 1913.

Cincinnato Ricardo Pereira da Franca, professor do Grupo Escolar na cidade de Salvador, também denuncia problemas relacionados com a prática docente:

> A nossa escola está desviada de seu papel educativo, temos um celebre programma, mas o professor não educa ao alumno, prepara-o, habilita-o ao celebre exame final e a nossa escola continua na sua velha e anachronica tradição livresca, abstracto e incapaz de formar o juízo e o raciocínio, o corpo e o coração da infância. (FRANCA, C. 1914)[28].

A referência aos exames é de extrema importância quando a questão tratada é a percepção que os professores tinham de si mesmos e dos seus pares. Dar alunos prontos, ou seja, alunos que, submetidos aos exames, fossem aprovados, de preferência com os mais altos conceitos, era um indicador que validava a atuação do professor perante a sociedade e, certamente, diante dos demais colegas. Os exames finais eram cercados de um ritual que colocava os alunos perante uma comissão que lavrava atas, posteriormente arquivadas no setor da Intendência Municipal incumbido da gestão do ensino. Ademais, havia uma norma de publicação das atas nos jornais. Em 02 de dezembro de 1913, foi publicado no jornal Diário da Bahia o resultado dos exames municipais realizados no grupo Escolar Rio Branco, tornando visível para a sociedade o desempenho dos alunos da escola.

[28] Tese publicada no, Jornal Moderno, p.2, 13 fev. 1914.

Figura 1- Resultado dos exames municipais do grupo Escolar Rio Branco

Instrucção Publica

EXAMES MUNICIPAES

Grupo Escolar Rio Branco

Perante a commissão composta dos srs. professores Alberto de Assis, presidente, Laura Luciola Baraúna, Emilia Imbassahy Gomes e Antonio Peixoto Guedes examinadores, foram effectuadas as provas fiscaes do curso complementar e as do curso de provectos dando o seguinte resultado:

Curso complementar — Nicanor Appollinario Ribeiro e Diogo Estanislau Bordman, distincção.

Mario Ribeiro de Carvalho, Augusto Lopes Ferreira, Manoel dos Santos Pessoa, plenamente.

Isaias de Figueiredo, simplesmente.

Foi um reprovado.

Curso provecto—Hermenegildo da Silva Graça, Oscar Dias, Ernesto Machado, José Victor dos Passos, distincção.

Manoel Vitalicio Boa Morte, Manoel Bacellar, Bartholomeu Bittencourt, Demosthenes Catugy, Oswaldo Ferreira, Juvenciano Bispo dos Santos, plenamente.

Arthur Soares, simplesmente.

Foram julgados inhabilitados 4.

Não compareceu 1.

Fonte: Diário da Bahia, 02/12/1913.

Os resultados finais dos exames serviam como indicador para balizar a atuação do exame. Os diversos ritos que envolviam a realização dos exames incluíam tornar pública a atuação do professor, afetando o seu status social e perpetuava documentos que poderiam interferir na progressão, na carreira de professor público. Ignorar esse ritual e não dar prioridade à preparação dos alunos só poderia acontecer diante da existência de um alto senso de autonomia profissional, característica que não parece ser dominante entre os docentes e que, talvez, só pudesse ser praticada por professores como Cincinnato cuja história profissional e pessoal resultou em uma aura de prestígio, tornando-o uma figura pública à qual se permitia o exercício da docência sem uma excessiva submissão às normas oficiais vigentes.[29]

[29] O professor Cincinnato Ricardo Pereira da Franca foi por muitos anos diretor do único Grupo Escolar que havia em Salvador, até pelo menos o ano de 1924 (excluindo-se o Grupo Escolar anexo à Escola Normal). Teve destaque na luta em favor da abolição; criou uma escola para escravos e ingênuos em Cachoeira, em 1889 e antes, em 1896, foi membro da Sociedade Treze de Maio criada pós-abolição para a educação dos libertos (CONCEIÇÃO, 2007; SOUSA, 2006). Além das atividades pedagógicas em que esteve envolvido, foi deputado estadual, em 1912, e "gozava de muita estima e conceito junto à população da Penha onde residia e ensinava" (SILVA, Maria., 1997, p.108).

Destacam-se dois aspectos na forma como percebiam a escola: os problemas atribuídos à inconstituição das casas escolares no que diz respeito às condições físicas e as características da clientela que frequentava as escolas públicas de Salvador. Esses temas são recorrentes em diversas teses, indicando que afetavam muito a percepção que os professores tinham de si mesmos como profissionais. Por trás das referências, os autores parecem se auto reconhecer como professores que sofrem grandes limitações na sua atuação pelas condições da escola que dirigem e por ela ser frequentada por uma maioria de alunos "fracos, raquíticos à falta de alimentação sadia, casa arejada, bem iluminada" (MEIRELES, 1913).

Referências sobre a pobreza da clientela escolar foram encontradas em vários relatórios de delegados escolares do município da capital e em autores que estudam a escola primária de Salvador, na Primeira República. Tais referências encontram respaldo em estudos que tratam das condições de trabalho do professorado baiano, contemplando o cenário político e econômico da capital e do Estado da Bahia, no período republicano. Luz (2009) demonstra o desprestígio da profissão de professor municipal em Salvador trazendo fatos ocorridos, entre os anos de 1910 e 1920. Relata como Silio Boccanera Júnior, na peça de sua autoria "Como se fabrica um Deputado", publicada em 1912,

> não descurou em satirizar o fato de que em sua época ninguém queria ser professor. Quando [*em um dos diálogos*] o "político avulso" perguntou a "Zépovinho", outro personagem, se era professor este respondeu: "Não, graças a Deus; nem empregado municipal!... (benzendo-se)... não estou disposto a morrer de fome...". (p 22-23)[30]

Luz comenta que o texto era uma denúncia do descaso com que a profissão era vista e, referindo-se às dificuldades financeiras da administração municipal, acrescenta:

> Os professores, em quase toda a Primeira República, representavam quase a metade do total dos funcionários municipais. Era comum que os cortes no orçamento municipal e os atrasos nos pagamentos incidissem mais sobre essa categoria que era numerosa (p.22).

As queixas sobre as condições dos prédios escolares e falta de material didático estão presentes em diversos documentos que apresentam informações sobre o ensino na capital e no Estado, na Primeira República. Na capital, os relatórios dos delegados escolares, os relatórios e ofícios de professores são recorrentes em relação ao tema. Vários foram os documentos

[30] BOCCANERA JR., Sílio. Como se fabrica um Deputado. **Revista critico-politica** em 2 actos precedida de prólogo e do programa político de um candidato a Deputado. Bahia: Typographia Z. Costa & C.1912, p. 18-19. (1912 apud LUZ, 2009, 23).

impressos e manuscritos encontrados com teor semelhante ao relatório do Delegado João Gonçalves Pereira, dirigido ao Inspetor do Ensino Municipal, em 15 de março de 1914, que diz:

> A escola mixta a cargo da provecta D. Anisia America Doria Gomes, não tem um só banco, carteira ou mesa para unidade da mobília apenas umas quatro cadeira, bancos e tamboretes de uso particular servem aos 46 alumnos alli matriculados; além do exposto estas escolas não teem commodos destinados a aparelhos sanitarios indispensáveis ao pudor e á descencia principalmente nas escolas destinadas ás creanças do sexo feminino e muito peior nas escolas para os dois sexos, se vier a promiscuidade.
> São necessidades que tomo a liberdade de vos indicar, pedindo para ellas providencias que, attendidas, muito concorrerão para realce da vossa respeitável autoridade e bem do ensino e estabilidade disciplinar base de todo progresso da instrucção publica primaria. (Relatório das visitas feitas às escolas da 3ª Circunscrição João Gonçalves Pereira, [*fl.5-6]*)

Utilizando fonte diversa, mas que confirma as informações acima transcritas, Luz (2009, p.25) informa que, em 21 de outubro de 1912, *A Tarde* deu início a uma campanha pela remodelação das escolas. Em razão disso, publicou o que os jornalistas observaram na escola municipal localizada no n. 18, da rua do Saldanha. A escola atendia a 113 alunos em uma sala de 7 metros quadrados com mobiliário escolar que há mais de cinquenta anos não era reformado e era completado com caixões de gás, de luz esteárica e velas.

Preconceito, péssimas condições de trabalho, salários em atraso são condições que, quando combinadas, por certo influenciam a autoestima do professor. Daí que para rebater as críticas, qualquer que fosse o tema abordado nas teses, sempre era reservado espaço para descrever as qualidades ideais de um professor e para reafirmar o compromisso do professor primário das escolas municipais. É o que faz Zulmira Dória D'Andrade quando, depois de relacionar as qualidades que um mestre deve ter, declara:

> Eis o que é ser mestre!
> E os professores deste Municipio sabem sel-o, ainda que, sem os grandes templos escolares, onde possam espandir a sua abnegação; sem os elementos materias indispensáveis a applicação; sem a importancia e a autonomia que se lhes devem dar, antes, lutando com todas as adversidades da sorte, até mesmo a indigência, como ja lutou. (D'ANDRADE, 1913, [*fl.6*])

Percebe-se um ressentimento em virtude de situações nas quais os professores viam o seu desempenho direta ou indiretamente ser comparado ao do de outros estados do país. A

esse respeito, cabe transcrever as palavras utilizadas por Amalia Barroso para introduzir a discussão do tema sobre o qual dissertou[31]:

> A força de ser estribilhada, por todas as camadas sociaes, tornou-se tradicional a affirmativa de que as nossas escolas municipaes de tudo carecem. Primeiramente ergueu-se a voz autorisada do corpo docente, seguindo-se-lhe os clamores da imprensa e salientando-se na cruzada pela reorganização das escolas, os seus orgãos mais adiantados e progressistas.
> Das columnas da imprensa passou ao dominio publico o conhecimento daquella a situação e alastrou-se, insinuou-se em todos os logares, atravessou os limites do Estado e foi servir de base a deprimentes referencias que ainda se fazem á nossa irrisoria organização escolar.
> Mas entenda-se: o <<tudo>> de que carecem as escolas municipaes refere-se exclusivamente á parte material, porque a do ensino, felizmente, conta com a acção decida e efficaz do professorado no qual a população reconhece um punhado de verdadeiros abnegados, de ardorosos apostolos da instrucção do povo, que souberam resistir até mesmo ás defectividades pecuniarias. Meu primeiro movimento, portanto, ao compor o despretensioso trabalho, a que estas considerações servem de premio, e para aproveitar sua presumível publicidade, devia ser pautar aquella carência; o que allias ora effectuo, nas linhas que ahi ficam, [...] (BARROSO, Amalia. 1913 [*fl.1*])

Diante de tantas restrições, do descaso da sociedade, de normas reguladoras que interferiam no seu trabalho, e das condições desfavoráveis, que implicavam falta de recursos, inclusive, dos livros para as crianças, o professor tinha a sua capacidade de gestor do currículo comprometida. Comprometida e limitada no que se refere à amplitude do campo de conhecimento e de habilidades que deveria manejar, considerando que a exigência de dar alunos prontos desviava sua atenção do currículo prescrito para uma concentração dos esforços nas aprendizagens discriminadas nas normas que regulamentavam os exames finais nas escolas primárias de 1.º grau das quais constavam:[32]

- ditado e um exercício de redação, em que se apreciarão a caligrafia, a ortografia e a redação;
- prova oral que consistirá em leitura expressiva de um trecho fácil;
- arguição sobre cada uma das matérias do programa, recitação declamada de um trecho seleto ou poesia nacional; exposição de trabalhos de desenho ou de oficina

[31] Tese apresentada, em 1913, sob o título: O ensino moderno da geografia e a importancia das cartas.
[32] Instrução n.3 de 17 de novembro de 1896.

das escolas do sexo masculino e de trabalhos de agulha das escolas do sexo feminino;

- revista geral de trabalhos de ginástica e exercícios militares;
- cânticos e solfejos dos cânticos patrióticos.

A ação do professor enquanto gestor do currículo, ocorre em diversos níveis Roldão (1999) detalha as etapas do desenvolvimento curricular, adotando o esquema de Hilda Taba (1962). A etapa de *design* ou *concepção* do currículo corresponde à etapa de análise das situações, definição de objetivos, seleção e organização de conteúdos, ou seja, a construção do currículo enquanto projeto de ação. Nesta etapa, apesar da existência de propostas e movimentos, os professores ainda não têm uma participação efetiva. Na etapa de *implementação* do currículo, ocorre a seleção e aplicação de estratégias, a avaliação,"ou seja, a concretização da acção planejada em termos da organização e avaliação do processo de aprendizagem dos alunos." (p.55). É, sobretudo, nesta segunda etapa que o professor assume o papel de gestor do currículo.

5.3 O PROFESSOR E SUAS PRÁTICAS: ENTRE O CURRÍCULO PRESCRITO, O IDEALIZADO E O REALIZADO

As prescrições curriculares

Mesmo nas propostas autoritárias que adotam mecanismos extremamente reguladores, o momento da concretização do currículo é o terreno das práticas e do espaço de autonomia do professor no qual ele articula saberes provenientes de diversas fontes.

Quadro 2
Saberes mobilizados na prática dos professores de acordo com Tardif (2002)

Saberes
Saberes pessoais
Saberes provenientes da formação escolar anterior
Saberes provenientes da formação profissional para o magistério
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho
Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola

Fonte: TARDIF, Maurice. (2002, p. 63).

Os professores são pessoas nascidas em certo ambiente familiar e em certo local, vivem uma experiência escolar, antes de entrar no magistério, passam por uma formação e em

sua vida profissional aprendem com suas ferramentas de trabalho e com as atividades que desenvolvem. Suas práticas estão permeadas dessas vivências e dos saberes que nelas constroem. (Tardif, 2002, p.63). Para compreender essas práticas, é importante conhecer como os professores percebem o currículo e os seus diversos componentes.

Segundo o Regulamento nº 245, vigente nos anos de realização das três conferências (1913, 1914 e 1915), no Município de Salvador, as escolas municipais primárias tinham por objetivo:

> dar ás crianças uma educação integral, desenvolvendo a intelligencia infantil não só por meio de noções geraes fundamentaes ou primarias, comprehendidas com exactidão, abrangendo os elementos das sciencias nos limites das forças de acquisição dos alumnos, como provocando-lhes a observação e reflexão activas e ainda mais a cultura moral e civica pela pratica dos deveres domesticos e sociaes, educando o talento artistico despertando o sentimento esthetico, desenvolvendo as forças physicas pela gymnastica e conservando a saude pela hygiene.

No documento, consta como parte do programa da escola de 1º grau uma extensa relação de disciplinas e atividades. Considerando os componentes curriculares relacionados na legislação de 1881 à qual os professores estavam subordinados até o ano de 1890, a proposta elaborada pela Intendência Municipal em 1896, ainda vigente no período de 1913-1915, é bem mais ampla, apresentando a inclusão de novas disciplinas e atividades (Quadro 3)

Com o novo regime político, houve a introdução de novos conteúdos disciplinares e a ressignificação de outros para atribuir ao ensino uma feição compatível com a proposta de escola que se pretendia implantar a partir da República. Em processos como esse, os saberes de que o professor é portador sofrem certa desvalorização em relação a quem produz o conhecimento e os legitima. Nóvoa (1992) reconhece que:

> [...] que a profissionalização do saber na área das Ciências da Educação tem contribuído para desvalorizar os saberes experienciais e as práticas dos professores. A pedagogia científica tende a legitimar a razão instrumental: os esforços de racionalização do ensino não se concretizam a partir de uma valorização dos saberes de que os professores são portadores, mas sim através de um esforço para impor novos saberes ditos 'científicos'. A lógica da racionalidade técnica opõe-se sempre ao desenvolvimento de uma práxis reflexiva. (NÓVOA, 1992, p.27)

Quadro 3
Disciplinas e atividades para as escolas públicas primárias do Estado da Bahia na legislação educacional de 1881,1895 e 1896

REGULAMENTO DE 1881 (Governo provincial)	Regulamento de 1895 (Governo estadual)	REGULAMENTO DE 1896[33] (Intendência Municipal)
Leitura escrita Elementos de gramática portuguesa Aritmética: operações elementares com aplicações práticas, frações decimaes e ordinárias, systema métrico decimal, proporções e suas aplicações Desenho linear Noções de geografia e história, especialmente de geografia e história pátrias Elementos de ciências naturais Religião e civilidade e no parágrafo primeiro, além destas matérias constará o ensino: 1º. de prendas domésticas, nas escolas do sexo feminino 2º. das " **lições de cousas**" nas escolas de que tratarão os $ 3 e 4 do art. 15, logo que para isso estejam devidamente habilitadas	Lingua materna; Leitura e escripta: Calculo e systema metrico; Geographia e historia, principalmente da Bahia; Primeiras noções das sciencias physicas e naturaes por meio das lecções de coisas; Desenho; *Educação moral e civica*; *Noções de agricultura* *Gymnastica;* *Exercicios militares;* *Canto;* *Trabalhos manuaes.* Usará de forma methodica das lecções de coisas, a qual se generalisará racionalmente a todas as disciplinas;	Lingua materna;- Leitura; escripta;- Calculo e systema metrico; Geographia e historia do Brasil, principalmente a da Bahia; Noções de sciencia physicas e naturaes; *Geometria elementar* e desenho;- *Moral pratica,* *Instrucção civica,* *Noções de hygiene* *Noções de agricultura;* *Constituição do Estado;* *Elementos de musica,* *Canto coral,* *Hymnos patrioticos;* *Gymnastica e exercicios militares para meninos; - calisthenia para meninas; trabalhos manuaes para meninos;* Trabalhos de agulhas e prendas para meninas. Art. 28° - A fórma methodica da lecção de cousas se generalisará racionalmente ás disciplinas do artigo anterior

Fontes: BAHIA. Regulamento de 05 de janeiro de 1881. **Reforma instrução pública província da Bahia**.
BAHIA. Lei de 24 de agosto de 1895. n.117. **Leis e resoluções do Estado da Bahia do ano de 1893 sob ns. 31 a 51**. Salvador: Tipografia do Correio de Noticias, 1895. p. 245-276.
SALVADOR. **Regulamento das escolas primárias do Municipio da Capital N. 245 de 11 de maio de 1896.**

Ser obrigado a desenvolver um programa construído fora da escola, que exige a mobilização de saberes não dominados e resulta na invisibilidade de saberes, até então construídos e postos em prática, representa uma ameaça.

A posição dos professores sobre a uniformidade dos programas

Nas conferências, os professores se pronunciaram com relação à uniformidade do programa posicionando-se contra ou a favor.

[33] INTENDENCIA MUNICIPAL DE SALVADOR. **INSTRUÇÃO PÚBLICA: LEIS, REGULAMENTOS, ATOS E INSTRUÇÕES do Ensino Primário Municipal**. Bahia, Typ. e Encadernação do Correio de Notícias,1899, p.17- 40.

A professora Ignez Borges argumenta contra a uniformidade considerando que exigências locais e condições especiais impõem a diferenciação dos programas. Em sua opinião, as diferenças entre meninos e meninas se acentuam depois da primeira infância, daí que os programas, além de respeitarem as necessidades e características do meio, deveriam também contemplar as diferenças entre os sexos. Refere-se à falta de gosto das meninas pelos trabalhos de costura e prendas domésticas, que também não agradam aos pais, que dizem: "Não tenho minhas filhas para costureiras". [*fl.4*][34]Acrescenta:

> Julgo que, para correctivo dos males que motivam estes reparos, se devem fazer modificações na lei do ensino no sentido de serem as escolas regulamentadas de acordo com as necessidades locaes. Por ex: na localidade em que leciono a escola do sexo feminino, penso que o ensino theorico da classe de resumir-se a noções geraes e praticas da lingua vernacula: leitura em seu perfeito desenvolvimento caligraphia, calculos sobre inteiros, decimaes e systema métrico, desenho geométrico, noções geraes de geographia e historia pátria, onde fica bem o ensino cívico. (BORGES, I., 1913, [*fl.4*])

E apresenta um elenco de propostas dentre as quais, escreve:

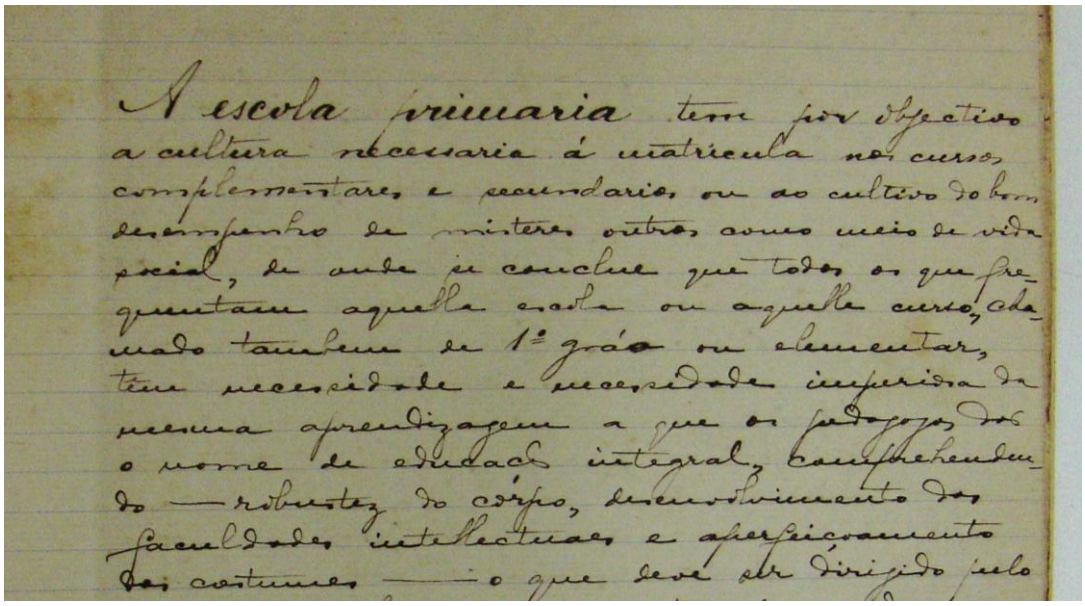
> 4º Que se organizem programas differenciaes cuja latitude corresponda as condições locaes e de meio.
> Não indo alem, nos centros suburbanos, de ler, escrever contar, desenho, geographia e historia patria. [*fl.5*]

A professora propõe uma redução do programa considerando áreas urbanas e suburbanas. Refere-se à educação do sexo feminino, devendo os poderes competentes providenciar as medidas necessárias à educação das meninas e à garantia e dignidade das classes e estabelecimento que as educam[35].

Já as justificativas do professor João Gonçalves Pereira (1913) são muito diferentes das explanadas pela professora Ignez. Em sua tese "Ensino em Geral – escolas isoladas, grupos escolares, methodos e processos de ensino", o professor defende a unificação pedagógica de todas as escolas primárias do município. Começa a sua exposição retomando os objetivos da educação primária:

[34] Documento paginado pelo autor.
[35] Os mapas demonstrativos das escolas indicam que nos anos de 1911 e 1912 Ignez Borges era professora de uma escola feminina localizada em São Tomé (certamente São Tomé de Paripe) subúrbio da capital com características de área rural.

Figura 2


A escola primaria tem por objectivo a cultura necessaria á matricula nos cursos complementares e secundarios, ou ao cultivo do bom desempenho de misteres outros, como meio de vida social, de onde se conclue que todos os que frequentam aquella escola ou aquelle curso, addicionado tambem de 1º gráo ou elementar, tem necessidade e necessidade imperiosa da mesma aprendizagem a que os pedagogos dão o nome de educação integral, comprehendendo — robustez do corpo, desenvolvimento das faculdades intellectuaes e aperfeiçoamento dos costumes — o que deve ser dirigido pelo

Fragmento da tese: **Ensino em geral- escolas isoladas, grupos escolares, methodos e processos de ensino** apresentada pelo professor, João Gonçalves PEREIRA. Conferência pedagógica, Salvador, 1913, fl.1-20.

O programa e o método deveriam ser uniformes de modo que, depois de passar pela escola primária, o aluno tivesse adquirido a verdadeira "aptidão escolar", ou seja, estivesse apto para novas aprendizagens na escola complementar, nos cursos profissionais, na execução de ofícios ou nas atividades de comércio. A uniformidade ou, como diz o conferencista, "um mesmo sistema e igual programa", em todas as escolas, garantiria a todos uma mesma aprendizagem, não devendo o professor dosar o ensino em razão do destino social do aluno.

Expõe suas ideias sobre os grupos escolares demonstrando as vantagens desse modo de organização escolar para a uniformização pedagógica, para a administração da educação, para a troca de informações e saberes entre professores e para a fiscalização do ensino.

Nota-se, em sua tese, uma boa organização das ideias que estão voltadas para uma estruturação da rede de escolas, o que se deve ao fato de o professor exercer, em 1913, o cargo de Delegado Escolar do Município de Salvador. Sua proposta está dirigida no sentido de colocar Salvador em igualdade de condições com outras cidades do país onde os grupos escolares já eram uma realidade. A educação no município finalmente poderia estar alinhada com as iniciativas de modernização previstas ou realizadas em Salvador naquele período. No Brasil, no início da República, é evidente a relação entre Educação e Modernidade e as mudanças vivenciadas na antiga Salvador demonstravam o anseio dos governantes em equiparar a cidade com as de outros estados, as obras encaminhadas previam desde o

alargamento de ruas, serviços de iluminação e transporte até a tentativa de ordenamento da relação dos habitantes com os espaços públicos (LEITE, 1996).

Um currículo para meninos, outro para meninas

O tema da uniformidade dá lugar ao questionamento da diferenciação do currículo segundo o sexo, fazendo surgir divergências de opiniões quanto ao ensino de prendas e trabalhos de agulha. Em 1915, a professora Maria Izabel Bittencourt Monteiro, dizendo estar pautada em sua longa prática nas sessões escolares e em seu trabalho para a preparação das Exposições Escolares, defende a inclusão dessas atividades no currículo das escolas do sexo feminino, pois exige conhecimentos científicos "senão racionais, ao menos empíricos" e, assim sendo, é tão necessário como o de várias outras disciplinas.[36]

Exemplifica como o ensino das prendas auxilia a aprendizagem do cálculo, do desenho geométrico, geografia, história natural etc. Demonstra também que a atividade não prejudica a aprendizagem intelectual e é útil para embelezar o lar e para ganhar a vida em caso de necessidade. Contudo, apesar dessas colocações, há indicações de que a permanência do ensino das prendas no programa das escolas femininas estava em questão como evidencia o título da tese da professora Emilia Edith de Oliveira (1915) *O desenvolvimento que tem tido o ensino de prendas como atestam as últimas exposições escolares não prejudica o preparo intelectual das crianças do sexo feminino?*

Na escrita dos conferencistas, o currículo configura-se como um espaço de lutas e de negociação. Nos argumentos usados nas teses sobre prendas domésticas, sobressaem diferentes visões sobre a relação conteúdos práticos versus conteúdos teóricos e sobre o papel e a educação da mulher naquele momento, naquela sociedade. Perpassando os textos, estão as implicações sobre o staus da disciplina na consideração dos pais e da sociedade. É que os demais conteúdos ensinados não tinham a mesma visibilidade das prendas e dos trabalhos de agulha que abrilhantavam as Exposições Escolares, dando lugar à premiação das professoras e à admiração daqueles que as visitavam.

[36] As Exposição Escolar era um evento anualmente realizado do qual participavam todas as escolas municipais. Este evento tinha como objetivo demonstrar os trabalhos manuais realizados nas escolas e tornar visível o produto da aprendizagem dos alunos e, de certa forma, o trabalho dos professores.

As prescrições sobre a divisão do tempo escolar

A posição dos professores era quase sempre contrária à existência de duas sessões por dia o que corresponderia a uma escola de tempo integral. Os argumentos variavam. No caso da tese "Sessões escolares", que trata do tempo e da divisão escolar, os argumentos de Isauro Abdon da Silva Coelho (1913) a favor de uma única sessão diária se apoiam nas condições climáticas (o clima quente exige um trabalho moderado e o uso das primeiras horas do dia); nas necessidades dos professores que, trabalhando o dia inteiro, se sentiriam intelectualmente exaustos, razão pela qual deixariam de considerar o ensino como um sacerdócio, passando a encará-lo somente como um meio de vida; e nas características da criança. Por sua fragilidade, a criança não deveria trabalhar por mais de cinco horas na escola, pois isto poderia causar fadiga e doenças. Por sua natureza irrequieta, ela também não suportaria o aprisionamento, "fugindo da escola como seu horroroso cárcere e do mestre como o seu impiedoso e implacavel detentor" [*fl.6*]. Isauro conclui a sua exposição afirmando:

> Dadas, portanto as circunstancias acima exaradas, deve o trabalho escolar ser feito em unica secção, que começará das oito horas da manhã, qualquer que seja a estasão e terminara a uma da tarde, com o intervallo indispensavel a recreação e refeição da creança e igualmente do mestre. [*fl.10*]

As questões relacionadas com o tempo e a divisão do dia escolar já haviam sido objeto de tratamento em outros escritos de professores, o que demonstra como afetavam as suas vidas e os mobilizavam a revelar suas opiniões.

Na primeira conferência pedagógica, em 1875, a professora D. Izabel Gonsalves da Silva Araújo argumentou em favor de uma sessão diária, que seria das 9h às 14h e não das 8h às 14h. Segundo a professora, "por quanto esta hora de menos em nada influe no aproveitamento dos alunos, desde que a experiencia demonstrou que ella é gasta sem proveito do ensino em duas sessões, pela demora dos alunos que não se reúnem pontualmente ás 8h e ás 2h".

Os professores municipais que se reuniram nas conferências de 1913, 1914 e 1915 já tinham vivido outros modos de organização do tempo escolar. Inclusive, o ato de 18 de agosto de 1890, em seu art. 41, determinou o funcionamento das escolas primárias em duas sessões diárias, uma das 8 às 12 horas da manhã, e outra das 2 às 4horas da tarde.

Essa determinação não foi bem recebida. Em 1893, o professor Leopoldo Reis, um dos redatores da Revista de Ensino, considerando as condições físicas das casas escolares, observa:

> Passando horas longas em nossas escolas, que são geralmente casas que não obedecem a nenhuma lei de higiene, casas comuns, engrasadas umas nas outras, em ruas imundas, sem ventilação e luz convenientes, em péssimas posição astronômicas; algumas até sem água, sem latrinas, sem mictórios, com espaços acanhados, mobília ruim, quando tem, (porque muitas há que servem para assentos caixões de sabão e de gaz); sem parques, sem jardins, sem alpendrios, sem logares proprios para recreio; prendam-se nessas escolas em duas sessões crianças que durante á tarde de 2 ás 4 horas só teem para respirar ar confinado, rarefeito, dilatado pelos ardores solares e suportando os mesmos raios solares que batendo em chapa na frente do tal *edifício*, a que chamam escola, penetram por toda a sala, desenvolvendo uma atmosfera abrasadora, que arruína pouco a pouco a vida do professor e da pobres criancinhas!" (REIS, 1893 p.59, grifo do autor) [37]

Leopoldo afirma que nas conferências pedagógicas, ocorridas no tempo de José Eduardo Freire de Carvalho, professores ilustres com conhecimento de causa, como Elias Nazareth e Antonio Bahia provaram "a inconveniência para a higiene da criança e do professor das duas sessões escolares em nosso clima." (p.61)

Tendo em vista que a decisão sobre os temas que seriam submetidos a discussão contava com a participação das autoridades, a colocação da divisão do tempo escolar reiteradas vezes na pauta das conferências indica que esta era uma questão não resolvida para os responsáveis pela administração do ensino.

A distribuição das disciplinas e das atividades durante o dia escolar, ou seja, o horário, também era objeto de regulação e uniformização. Os horários que acompanhavam as leis e regulamentos da instrução primária tinham o objetivo de uniformizar o trabalho docente, de garantir que a sequência das atividades respeitasse os preceitos da pedagogia e da higiene escolar e de assegurar a boa execução dos programas. No horário publicado, em 1889, o momento de realização das lições e das atividades nas escolas municipais era cronometrado e, inclusive, indicava como o professor deveria proceder para trabalhar simultaneamente com os três cursos em que se dividia o ensino primário. (ver anexo A).

[37] Revista do Ensino, nº 4, 01 de fev. 1893.

Era no horário que o controle da unidade de métodos e do programa se efetivava. Lá estavam devidamente cronometrados os tempos, as atividades que deveriam ser ensinadas, as disciplinas e, consequentemente, os conteúdos que deveriam ser ensinados a cada hora do dia. O horário era, ao mesmo tempo, o guia para o professor realizar o seu trabalho cotidiano e a bússola através da qual os delegados em suas visitas à escola verificavam o respeito às determinações legais.

Em suas discussões sobre o horário escolar, os professores encontravam apoio, por exemplo, no que o professor do Instituto Normal, Alípio Franca, escreveu em um dos seus livros destinados a orientar a formação dos professores:

> As escolas têm suas necessidades particulares motivadas, já pela sua natureza ou organização especial, já pelo meio em que elas se acham colocadas. Dai, a impossibilidade de submetê-las todas a um regime comum; convém deixa-las cada uma conforme as condições e necessidades de sua situação respectiva. Assim, o horário varia conforme o grau e a organização da escola e até conforme as suas condições locais. Também o horário pode se modificar, conforme a escola seja de uma ou de varias classes; de uma ou de duas sessões, etc. Cumpre observar que a organização do horário escolar é um assunto cujas prescrições são mais do domínio da Higiene pedagógica, do que da organização Escolar propriamente dita. (FRANCA, A., p.91, 1920).

Publicado em uma primeira edição em 1916, o livro *Noções de Metodologia e de Organização Escolar* registra ensinamentos que o professor já vinha veiculando aos alunos nos anos anteriores.

Aqui observam-se em várias teses referências ao método intuitivo ou a seus princípios, o que está de acordo com o Artigo 20º do Regulamento das escolas primárias do município da capital, que determina: A forma será intuitiva, o ensino pelas coisas, o livro simples auxiliar.

É no modo de ensinar e de articular conteúdos, tempos, procedimentos, recursos didáticos como o livro, o quadro de giz e outros que se entra concretamente no terreno da prática, que é constituída de diversos saberes. A noção de saber, como ressalta Tardif, num sentido amplo, integra conhecimentos, competências, habilidades (ou aptidões) e atitudes, ou seja, constitui aquilo que foi muitas vezes chamado de "saber, de saber-fazer e de saber-ser." (TARDIF, 2002, p.60).

Na representação da estrutura prático-teórica da profissionalidade docente, Sacristán (1995, p.82) aborda a relação entre os esquemas práticos e esquemas estratégicos. "[...] um esquema prático é uma rotina" (p.80), enquanto um esquema estratégico é um princípio regulador que funciona a nível intelectual e prático, como uma ordem consciente na ação, correspondendo à capacidade dos professores de articular as ideias e práticas em situações que devem ser avaliadas e analisadas. Portanto, a prática não é vazia de conteúdo teórico e nem o saber prático é inferior ao saber teórico. Embora não se subordine a teorias formais, a prática subordina-se a racionalizações implícitas e explícitas presentes na mente de quem realiza a ação e que foram construídas a partir das vivências e pela integração dos saberes denominados por Tardif de: pessoais; provenientes da formação escolar anterior; provenientes da formação profissional para o magistério; provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho; provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.

Uma forma de ter um conhecimento mais aproximado das práticas dos professores é observar o seu cotidiano, o que ensinam, como fazem, que recursos utilizam, como interagem com a classe, o que valorizam no seu fazer, etc. Outra possibilidade é obter descrições escritas pelo próprio professor sobre o que faz. A ação do professor municipal da Primeira República pertence a um passado, não permite a observação direta. As teses apresentadas nas conferências também não fornecem descrições detalhadas da prática, já que não foram construídas com tal objetivo. Respondem a questões formuladas sobre os mais variados aspectos que não interrogam diretamente o professor sobre o que faz. Entretanto, considerando que os escritos dos professores são auto-referenciais (VINÃO, 2004), as teses fornecem indícios da própria prática e da prática de outros com os quais o autor se relaciona, direta ou indiretamente. Desses indícios, uns poucos se tornam imediatamente visíveis e outros devem ser buscados nas entrelinhas, nos silêncios e omissões, nas frases dúbias. E, ainda, nas contradições e oposições dentro de uma mesma escrita ou entre escritas de diferentes autores.

Para permitir uma melhor visualização das práticas, as ideias, opiniões e sugestões sobre métodos e procedimentos didáticos expressos nas teses foram colocados em um quadro (ver apêndice F). Os seguintes rótulos foram usados para agrupar as falas: o que o ensino deveria ser (o ideal), o que faziam para ensinar (as práticas concretas, vivenciadas) e o que não devia ser feito ou o que não se podia fazer (as denúncias, as limitações).

Os elementos de uma prática didática ideal

O ponto de vista dos professores sobre como a prática de ensino deveria ser dirigida evidencia que os novos conhecimentos da psicologia da criança já estavam de algum modo presentes no pensamento e nas reflexões de alguns professores. É o que demonstra falas como aa que se seguem:

> O ponto de apoio da educação deve mudar deixar de assentar-se exclusivamente no espírito do mestre professor para fixar-se na energia individual, nas faculdades produtivas do aluno (grifo nosso)

> O professor moderno prepara suas lições com um material didático que encontra nos campos, nas ruas, escolhendo os assuntos que impressionam as crianças [...].

> Os aparelhos e os livros representam o muito neste particular, porém, não serão tudo nada serão, se o mestre não tiver a habilidade para agradar ao aluno; se ignorante das leis psicológicas, seu método for o processo bárbaro de amalgamar, deformar, retroagir na espécie animal a individualidade que embrutece em vez de cultivar, que embota em lugar de educar.

A máxima – o aluno é o centro da aprendizagem – está presente quando os professores mencionam que a educação deve assentar-se não só na figura do mestre, em termos do que se ensina, mas preocupar-se com o aluno, com o que aprende e como aprende. A referência à escolha de assuntos que impressionam a criança e à importância da conduta do mestre agradar ao aluno demonstra o acesso a conhecimentos da psicologia infantil que já estavam disponíveis na época.

Percebe-se a idealização de uma nova prática, quando alguns professores dizem:

> O professor deve tomar parte nos jogos e recreações de seus discípulos, sem que isto estabeleça quebra de disciplina como muitos supõem [...].
> O método verdadeiro de ensino deve fazer intervir alternadamente o professor e os discípulos, mantendo entre estes e aqueles uma continua troca de ideias sob formas variadas, simples e engenhosamente graduada.

As teses que trazem esses elementos revelam uma preocupação com uma relação na qual predomina o diálogo com o aluno sem imperativo de nenhuma das partes, em uma nova forma de conceber a disciplina, destituindo o mestre da imagem de severidade e distância do

aluno, que foi cultivada por muito tempo. O entendimento de que o professor precisa estar mais próximo dos alunos sugere outra forma do mestre interagir com a classe, o que, de certa forma, traduz o reconhecimento de uma forma de ensinar diferente da que dominava até aquele momento.

Quanto aos métodos, procedimentos didáticos e recursos de apoio para o ensino e a aprendizagem, percebe-se a permanência da valorização do método intuitivo. Seus princípios estão presentes nos escritos de quase todos os professores. Em consequência, neles existem referências como estas:

> Os meninos precisam aprender a ver e aprender a pensar.
> Os alunos deveriam aprender pela inspeção do real, do concreto. Pela prática da observação através das palavras do mestre.
> Partir sempre do que o aluno sabe, iniciando do conhecido para o desconhecido, do fácil para o difícil.
>
> O ensino deve estar ao alcance das inteligências, deve ser: progressivo, ir do simples ao composto, do concreto ao abstrato. Deve caminhar lentamente, só sabe bem aquilo que é detidamente examinado, logo é necessário dar a inteligência tempo de conhecer bastante os objetos que se lhe apresentam.
>
> O ensino deve ter cunho prático, intuitivo e variado.
>
> Não só em virtude de um principio de didática, como também por atenção a idade das crianças do 1º curso (em media anos) compreende-se que o ensino há de ser exclusivamente pratico.
>
> No tocante ás disciplinas escolares, o ensino deve ter o cunho essencialmente pratico, intuitivo, variado, despertando na criança o interesse, provocando-lhe a natureza investigadora e, por conseguinte, o desejo do saber. [...]
> A educação dos sentidos é, pois, um meio excelente de cultura física, intelectual e moral. [...]
> O professor expandindo-se nas lições de coisas fará ao aluno conhecer a opulência da fauna, da flora e das riquezas contidas no solo brasileiro [...]

Sem dúvida, os professores dominavam os princípios considerados básicos para a adoção do método intuitivo. Pelo que apontam como ensino prático, percebe-se que não se referem aos ofícios, ao aprender a fazer, fazendo. Estão falando dos procedimentos que caracterizam as lições de coisas.

O método intuitivo foi introduzido no ensino primário do Estado da Bahia pelo Regulamento de 5 de janeiro de 1881. Na Fala de 25 de março de 1881, o presidente da Província Antonio de Araujo de Aragão Bulcão justifica sua decisão:

> [...] Nas escholas primarias mandei ensinar os elementos das sciencias naturaes, cuja utilidade apontada já, as lecções de cousas, que têm principalmente por fim "desenvolver as faculdades intellectuaes das crianças, desperta-lhes o espírito de observação, habitual-as a ver a reflectir sobre o que vêem, e a dar conta, em linguagem clara e precisa, das impressões que experimentão, e das idéas que taes impressões lhes suggerem"; (BULCÃO, 1881, p. 30).

Deve-se considerar que a partir de sua introdução, em 1881, o método intuitivo passa a fazer parte do ensino na Escola Normal, tendo sido também encontradas referências da distribuição para as escolas primárias do livro de Calkins, *As primeiras lições de coisas,* traduzido por Rui Barbosa, publicado no Brasil em 1886. Não é de se estranhar, portanto, que os professores tivessem conhecimento dos princípios considerados de maior importância para a aplicação do método. De 1881 em diante, a indicação legal de que o ensino fosse através do método intuitivo permanece nas leis de reforma e nos regulamentos de ensino, inclusive no regulamento que regia o ensino primário municipal na época das conferências pedagógicas realizadas entre 1913 e 1915.

Nas teses, estavam presentes máximas que acompanharam, por muito tempo, a prática docente no ensino primário e que ainda eram ensinadas nas escolas normais, nas décadas de 50 e 60, do século XX. Naquelas escolas, era muito comum a repetição das frases:

[*O ensino deve ir*] do conhecido para o desconhecido, do fácil para o difícil;

[*O ensino deve ir*] do simples ao composto, do concreto ao abstrato.

A crítica ao ensino livresco já havia sido apropriada pelos professores e os materiais concretos são muitas vezes supervalorizados por alguns. Severo Pessoa (1913, p.40-41), professor e Secretário da Diretoria de Ensino por muitos anos, inclusive no período de realização das conferências, escreve em sua tese:

> E o que me dizeis dos livros escolares:
>
> Banidos sejam in limine os livros escolares primários! A escola é o mestre, o livro é sua palavra e o seu material escolar. Para o ensino da língua pátria temos o quadro negro para os exercícios e os livros de leitura, para o de arithmetica o quadro negro e outros apparelhos, para o de desenho o mesmo quadro negro e os sólidos, para o de geographia os atlas, os mappas

> muraes os de relevo e as espheras; para os de historia os monumentos, os retratos dos homens celebres e os quadros representativos dos memoraveis factos heroicos e patrioticos, para o de ciencias naturaes estão os museus escolares completamente organisados, onde se encontram os especimens precisos.
>
> Eis o ensino intuitivo em toda a sua plenitude que é o alvo da escola moderna. Livro só de leitura, [...], onde o menino encontre assumptos scientificos e cívicos que venham corroborar a palavra do mestre.

Os elementos de uma didática prática, concreta, vivenciada.

Articulando o que dizem os professores sobre a prática ideal, sobre a prática real e sobre o que não deve ser feito pelo professor foi possível levantar alguns elementos que permeavam as práticas vivenciadas nas escolas primárias de Salvador, no período de 1913 – 1915.

Por trás das denúncias ou insinuações a respeito de como os outros fazem existem indícios de uma prática real. Um exemplo de tese elaborada com tal perspectiva é a de Isaura Gervasia da Cunha (1915), que afirma:

> [...]; há ainda preceptores arraigados á rotina dos velhos processos didáticos e aprecem não procurar aperfeiçoar sua instrução profissional, e dentre as causas, para isso concorrentes, se nos antolham as seguintes: a falta de pouco tempo para a sua jubilação, a nenhuma recompensa digna dos seus serviços prestados á causa do ensino e a escassez dos vencimentos.
>
> Para estes o livro é tudo; eles não se aproveitam do que se acha ao alcance dos alunos para lhes ensinar a observar, [...].
>
> E o ensino do calculo, ministrado ainda pelas arcaicas tabuadas e pelas longas contas no quadro negro. É de necessidade imprescindivel substituirmos a tabuada e as longas contas no quadro negro, por materiais que se recomendem para o ensino do calculo, como sejam: os aparelhos destinados ao ensino do systema racional de contabilidade, inventados pelo professor João [...]
>
> Com relação ao estudo da língua materna, afastemo-lo completamente das regras decoradas, isto é, façamos o estudo da grammatica pelo estudo da lingua, e não o desta por meio daquela.
>
> Ao lado do ensino da historia, corre parelha o da geografia, o qual não se pode cifrar no decorar de nomenclaturas geográficas.
>
> A educação moral e cívica não se alcança no aluno por meio de regras e máximas ou por leituras áridas e abstratas, sem os começos concretos e intuitivos, que se deve seguir em todos elementos da educação.

> Quanto atraente não se torna a escola, cujos almunos costumam fazer excursões, passeios aos jardins públicos museus, oficinas, fábricas, aos monumentos, etc.?
>
> Que bellas ocasiões [...] E sob o ponto de vista intuitivo, quantas vantagens para as explicações de agronomia, botânica, geographia, história, desenho, arithmetica, etc., segundo o logar escolhido!
>
> [...] E há mestres que se escusam deles, preferindo o não afastamento dos seus cômodos.

Nas denúncias de Gervasia, percebe-se a existência de professores cuja prática inclui elementos de uma didática mais coerente com os modernos preceitos pedagógicos e de professores que não incorporaram esses preceitos à sua prática. O tempo de exercício do magistério é colocado como causa dessas diferentes didáticas. A esse motivo pode-se agregar a diferença de conteúdos estudados na Escola Normal em função do período de realização da formação.

Nos relatos sobre como o professor realmente faz para realizar o ensino, as muitas referências ao ensino prático, entendido como ensinar a partir de materiais concretos, são evidências de que os princípios do ensino intuitivo eram postos em prática, apesar da falta de materiais ter sido apresentada por muitos professores como um forte empecilho para a sua utilização. Diz uma professora: "[...] tenho me esforçado para dar aos meus discípulos ensino prático tanto o da língua portuguesa, como o das outras disciplinas que me cabe ensinar."

Em outros relatos, sem dizer explicitamente, os professores parecem estar falando de como eles realizam o ensino, como no trecho abaixo:

> O desenho, no ensino escolar, procuremos dá-lo, de modo meramente pratico, induzindo a criança a representar as figuras planas do quadro negro, após tê-las feito praticamente, com o auxilio de varinhas, arame, etc. e da mesma sorte o estudo dos sólidos pelos existentes numa coleção completa, e a sua feitura pelos alunos, em papelão, papel, tirando-se, desta forma, a compreensão nítida das figuras e de suas partes componentes.

O mesmo pode ser percebido em trechos como os que seguem:

> O estudo da geografia da historia precisa basear-se no ensino pratico, pelos globos, mapas murais falantes e mudos, lisos e em relevo, mapas topográficos, exercício cartográficas, viagens simuladas, visando, principalmente, este estudo o conhecimento nítido e particular do seu Munícipio, Estado e país.

Várias são as indicações de materiais pelos quais os alunos podem aprender, revelando que os professores detinham conhecimento sobre o tema por meio de leituras ou pela prática das sugestões que indicam. Entre os recursos de apoio à prática e ao processo de ensino aprendizagem, os textos citam instrumentos específicos como os aparelhos para o ensino da aritmética, atividades extraclasses como as excursões e outras que permitiriam relacionar o que foi observado com os conteúdos das diversas disciplinas elencadas no programa escolar.

Já estava presente, no momento de realização das conferências, uma preocupação em desvincular a aprendizagem da gramática dos processos de memorização, o que se constata por relatos como este:

> É por meio da conversação, da declamação de pequenas frases, da escrita de palavras de uso comum e de composições sobre coisas de uso vulgar que a criança vae recebendo as primeiras noções de gramatica sem estar fatigando a memória com definições.

Havia, entre os professores, um conhecimento dos princípios da psicologia e da pedagogia que apoiava a adoção de novas práticas no que se refere à relação professor-aluno, uso de materiais concretos para apoiar o processo de ensino aprendizagem, respeito aos interesses dos alunos, prudência quanto ao uso do livro e ao emprego da memorização, uso das atividades extraclasse como recurso de aprendizagem. Os textos sugerem que havia, pelo menos, um grupo de professores que adotava esses princípios na prática realmente desenvolvida em sala e aula. Ao mesmo tempo, as críticas, denúncias e sugestões são indícios de que a prática de alguns professores distanciava-se das recomendações advindas dos conhecimentos pedagógicos considerados inovadores naquela época.

As observações sobre as novas atividades e disciplinas incluídas no início da República evidenciam as dificuldades para integrá-las à prática do professor e, consequentemente, ao cotidiano da escola. É o caso da Ginástica da qual se diz:

> [...] ginastica ainda não é uma realidade para nós. [...] que o professorado [...] procure interessar-se pela [...] ginastica [...] tornando-a, em verdade, uma disciplina diária e não deixando-a, como simples ornamento do programa.

E quanto aos trabalhos manuais a observação é de que:

> [...] nas escolas de meninos não se presta quase que absolutamente atenção alguma ao ensino do trabalho manual, que tanto entretém a criança e ocupa

> hoje, por suas poderosas vantagens, lugar importante no quadro da educação integral completa.

A introdução dos novos conteúdos curriculares, sem a preparação adequada dos professores para ministrá-los, deve ser o que está por trás de propostas do tipo: "[...] nas escolas do 2º grau, uma professora exclusivamente para o trabalho de prendas, porque este ensino requer uma vocação especial" ou do tipo:

> Distribuição das disciplinas, entre os professores, de acordo com as suas aptidões ou gosto que houverem revelado por essa ou aquela outra disciplina, dando franca liberdade de escolha, porque deste resultará o especialista, que está mais perto do sábio, do que aquele que se entregue a policultura intelectual, no ensino primário.

5.4 RETOMANDO A CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DAS CONFERÊNCIAS.

Uma preocupação dos autores que estudaram as conferências pedagógicas realizadas no Município da Corte e em diversos estados do país, no Império e no início da República, foi responder as questões: Que espaço foi esse? Com que intenção as autoridades governamentais patrocinavam a realização das conferências? Por exemplo, na Província de Pernambuco as conferências pedagógicas além do caráter formativo tiveram também o intuito de reorganizar a Instrução Pública da província. (SILVA, Margarete, 2009).

Com base na hipótese de que entre as autoridades responsáveis pela administração do ensino estava sendo arquitetada uma reforma da instrução, em Salvador, nos anos de 1913,1914 e 1915, retoma-se aqui a discussão realizada no início deste capítulo sobre o tipo de espaço que as conferências representavam.

Desde 1896, ano em que ocorreu a passagem das escolas e dos professores estaduais da cidade do Salvador para a responsabilidade do município, houve queixas sobre a inexistência de um órgão ou setor específico que coordenasse os serviços de educação. Até o ano de 1913, os Delegados reportavam-se diretamente ao Intendente Municipal. Em 1913, foi criada a Inspetoria do Ensino Municipal que foi transformada, em 1915, em Diretoria Municipal de Ensino. A frente dos dois órgãos, encontrava-se Antônio Bahia Araújo da Silva, que atuara como delegado escolar do município desde 1896.

A Diretoria do Ensino Municipal foi criada pela lei 984, publicada em setembro de 1915. Era um órgão da administração do município com a incumbência da direção imediata

da instrução primária local, de sua inspeção técnica, orientação pedagógica, fiscalização assídua bem como dos serviços de recenseamento e estatística escolares.

Portanto, a partir de 1913, a administração do ensino municipal fica fortalecida, sendo natural a pretensão de organizar uma reforma para pôr em prática as medidas que aparecem como sugestão e como necessidade em muitos dos relatórios dos delegados escolares, em exercício, até então, entre os quais se incluía o próprio Diretor do Ensino Municipal, Antonio Bahia da Silva Araujo.

Datado do ano de 1915, foi encontrado, na forma de manuscrito, o "Regulamento do Ensino Primário Municipal da Cidade do Salvador" constituído de 95 páginas o que revela um trabalho minucioso de detalhamento do funcionamento do ensino primário municipal. Anexo a ele estava o documento intitulado "Programas das Escolas Municipais da Cidade do Salvador capital do Estado da Bahia" que tem características de guia de ensino para professores e indica, detalhadamente, em 19 páginas, o que deve ser ensinado e o como deve ser ensinado em cada disciplina.

A existência desses documentos comprova que vinha sendo elaborada uma proposta de reforma contando, possivelmente, com as informações que eram levantadas durante as discussões e apresentações de teses nas conferências pedagógicas.

A participação, na Conferência Pedagógica de 1913, de Severo Pessoa da Silva, professor e secretário da Inspetoria e da Diretoria de Ensino e do professor João Gonçalves Pereira, Delegado Escolar do Município, com a apresentação de teses cujos conteúdos estão estreitamente articulados aos documentos anteriormente referidos configura um uso político das conferências. O evento era um espaço para testar a reação dos professores às medidas administrativas que estavam sendo gestadas no interior da Diretoria e, ao mesmo tempo, para referendá-las criando um caminho para uma aceitação pacífica no futuro, quando fossem decretadas oficialmente.

As conclusões tiradas do trabalho do professor Severo Pessoa da Silva, nas conferências de 1913, foram aprovadas por 63 votos a favor e 10 contra[38]. O professor Eugenio votou contra todas as conclusões, justificando da seguinte forma: "voto contra as conclusões do trabalho do Ilustre prof. Severo por entender que fez uma reforma do ensino publico, o que está fora das raias do programma das Conferencias pedagógicas e visto ser isto das attribuições do legislativo Municipal".

[38] Ata da sessão das Conferências Pedagógicas datada de 12 de fev. 1913.

O professor apresenta a tese: *Da organisação escolar, seu plano de ensino e distribuição deste por classes, seu horário; Da obrigatoriedade do ensino e a matricula escolar.* Em um texto bastante extenso, trata de questões que segundo o professor, eram da maior interesse para o ensino público primário. Sua proposta detalha o plano, programa de ensino e horário para organização das escolas públicas primárias. A justificativa para tal detalhamento estaria no fato de que a lei e o regulamento vigentes não apresentam a distribuição do programa, de forma que existem diferenças de uma escola para outra, o que, na visão de Severo, causa "um desencontro de vistas, uma verdadeira desharmonia no grau do desenvolvimento intelectual dos alunmos na mesma classe" (p.39), o que não favorecia o ensino único, de forma a equiparar todas as escolas com igual programa.[39]

As conclusões do trabalho do professor João Gonçalves Pereira comentado, anteriormente, neste capítulo, antes de serem votadas nas conferências de 1913, sofreram críticas do professor Eugenio que afirmou que a tese apresentada por Gonçalves continha insinuações de reforma.

O programa para as escolas públicas primárias sugerido por Severo, em 1913, tem muita semelhança com o Programa das Escolas Municipais da Cidade do Salvador escrito em 1915, assim como a proposta do professor Gonçalves está contemplada no regulamento elaborado em 1915. Além do mais, as ideias apresentadas pelo professor Gonçalo caminham em paralelo com as ideias de Severo no que diz respeito à necessidade de unificação dos programas, considerando que as escolas do município devem ser "modeladas por um só systhema e com igual programma, muito embora com modificações no que actualmente vigora." [fl.VII]. A intenção da proposta era permitir que a passagem de um aluno de uma escola para outra ocorresse sem prejuízo da classificação do aluno nos diversos níveis e graus em que se estruturava a escola primária.

Esses fatos evidenciam a existência de uma articulação interna, na Inspetoria e na Diretoria de Ensino, para instituir uma reforma do ensino primário, que não foi completada possivelmente em decorrência da morte de Antonio Bahia em junho de 1916.

De modo que as Conferências Pedagógicas no município de Salvador, além da função de formação do professorado, serviram como um espaço para perceber a reação dos professores frente às ideias e propostas construídas para o ensino público. Representaram, ainda, um espaço para colher ideias, sugestões e visualizar problemas contribuindo, assim,

[39] Lei 219 e regulamento 245.

para o aperfeiçoamento das propostas que os dirigentes pretendiam por em prática. Não resta dúvida que o evento também serviu como um dispositivo usado para contar com a adesão do professorado às medidas que estariam pôr ser oficializadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Conferências Pedagógicas realizadas nos anos de 1913, 1914 e 1915 se configuraram como um espaço onde os professores, divulgando as suas ideias e fazendo ouvir suas vozes, participaram mais uma vez do processo de construção da escola pública primária, no início da República, em Salvador. As conferências foram seguramente um espaço propício para a realização de contatos que estimularam a circulação de ideias e a organização do professorado.

Reunidos em assembleias e em sessões parciais, os professores participaram ativamente, reivindicando, manifestando o seu mal-estar em relação à situação das escolas ou reclamando a valorização da classe perante a sociedade da época. A dinâmica da realização do evento, revelada nos documentos, exige reconhecer que os professores não eram somente espectadores, participaram de forma ativa procurando intervir em todas as etapas de execução das conferências.

O grande número de propostas apresentadas é uma evidência de que, ao participar, os professores nutriam o sentimento de que estavam contribuindo para a melhoria do ensino. Cada um a seu modo e dentro de suas possibilidades buscava tornar real um ensino primário de mais qualidade. Ao registrar suas ideias nas teses, refletiam sobre as prescrições legais, sobre as propostas oficiais e as confrontavam com as práticas vivenciadas no cotidiano das escolas que dirigiam. Nesse sentido, as conferências pedagógicas foram um espaço propício para o professor conferir e avaliar os seus próprios saberes e tomar conhecimento dos saberes de outros, neste caso de seus pares.

As teses trazem vários indícios da prática real e exigem uma leitura em diferentes direções. É preciso considerar que as oposições, comparações, exemplos e modelos citados como corretos ou aceitáveis revelam, de algum modo, tanto as práticas vigentes como a prática idealizada, aquela que “deveria ser”, e que os professores concebiam, tomando como parâmetros os manuais de pedagogia ou o que lhes era relatado sobre os estados vistos como os mais avançados em educação no Brasil.

Da análise, conclui-se que o contexto histórico impulsionou as discussões no sentido de renovação do ensino. Sem dúvida, as teses veiculadas nas conferências colocam os professores em um contexto marcado pelas ideias que dominam as propostas de educação no período estudado. Entre tais ideias estavam a de uma educação voltada para uma cidadania

definida de acordo com os interesses republicanos; a de que o ensino das disciplinas do currículo deveria ocorrer de acordo com os modernos postulados da pedagogia; e a de organizar a escola sob a forma de ensino graduado, ministrado em casas escolares, construídas especificamente para tal, nas quais a prática estava subordinada a medidas de uniformização e homogeneização. Tais ideias não estavam presentes do mesmo modo e com a mesma intensidade em todas as teses apresentadas nas conferências. Entretanto, estavam detalhadamente tratadas em algumas e perpassavam o texto de várias outras.

Outro ponto a considerar como fruto da análise é que a escrita dos professores expressa suas subjetividades, experiências pessoais, saberes e conhecimentos que acumularam em suas trajetórias de vida, fora do espaço escolar, e ao longo de suas carreiras. As determinações legais estavam dirigidas a pessoas, que ousaram transformá-las, adequá-las ou até mesmo mudá-las para melhor realizar sua função, imprimindo assim marcas pessoais ao cotidiano escolar. Confirma-se, assim, o que vários autores, entre eles Stenhouse e Faria Filho, dizem sobre a autonomia do professor em relação ao desenvolvimento do currículo e sobre a distância entre o ato legal e a prática real.

Foi constatado que a prática é plural, ainda que sobressaiam algumas características comuns. Não sendo possível homogeneizar as práticas individuais, subsistem, coexistem em um mesmo espaço educacional diferentes formas de atuar. Umas apresentam-se mais atravessadas, perpassadas pelos sopros da renovação. Outras estão solidificadas em torno de uma didática menos a frente no tempo, mas nem por isso menos efetiva ou comprometida. Todas elas, por certo, foram construídas em torno do leque de saberes que os professores consolidaram, ao longo do tempo, através das suas experiências profissionais e pessoais. Os princípios do método intuitivo reinavam soberanos nas escritas dos professores, assim como estavam sempre presentes as queixas sobre as dificuldades para a sua plena adoção. As afirmações sobre a prática de um ensino intuitivo e as recomendações sobre as suas vantagens revelam que os professores viviam entre as situações concretas de adequação do método às reais condições das escolas e o desejo de colocá-lo em prática com o arsenal de materiais didáticos, que se considerava necessário à sua aplicação.

Este estudo não encerra as possibilidades de análise das teses e das práticas curriculares. É apenas um recorte dentro dos vários caminhos de pesquisa possíveis, tomando os escritos de professores como fonte. Assim, é aconselhável a realização de estudos que venham a revelar novos elementos sobre as práticas curriculares dos professores públicos

primários do Município de Salvador, na Primeira República, de modo a ampliar as informações e evidências relatadas nesta dissertação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Professor-investigador: Que sentido? Que formação? **Cadernos de formação de professores,** n. 1, p. 21-30. Aveiro, 24 de nov. de 2000. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/sd/textos/alarcao01.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

ARAUJO, Jean Marcel Oliveira; ESPINHEIRA Carlos Geraldo. Cidade, Idade, Dade, Ade, De, E: complexamente Salvador. In: **II Encontro Estadual de História,** 2004. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/jean_marcel_oliveira_araujo.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo:** educandos e educadores: seus direitos e o currículo. BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 52.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Conferências populares da freguesia da Glória (1873-1890). In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação,** Natal, nov. 2002. CD. ROM. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3104.pdf>. Acesso em: 19 set. 2011.

_____. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da Corte: permuta de luzes e ideias (1873-1886). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA,** 22, 2003, João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

BORGES, A.; GONDRA, J. Política e arte de superar-se: um estudo acerca das Conferências Pedagógicas na Corte Imperial. **Revista Educação Pública.** Cuiabá, v. 14, n. 25, p. 203-219, jan./jun. 2005.

_____. LEMOS, Daniel Cavalcanti de A. Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX . In: **Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente,** 2009. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/borges_e_lemos.pdf>. Acesso em: 30 mai. de 2011.

_____.TEIXEIRA, Josele. Homogeneizando mestres: positividades e efeitos das conferências pedagógicas da corte imperial (1872-1889). In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação** – A educação escolar em perspectiva histórica. Curitiba, PUCPR, nov. 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/361.pdf>. Acesso em: 25 mai 2011.

BURKE, Peter. **Abertura a nova história, seu passado e seu futuro**. In: A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7-37.

BRÁS, José Viegas; GONÇALVES, Maria Neves. A moralização da voz docente (finais da Monarquia e I República). In: **Atas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia,** Braga, 2009. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/pdfs/t3/t3c49.pdf>. Acesso em: 29 jan 2011.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A escola e a República.** São Paulo: editora brasiliense, 1989.

CATANI, Denice Barbara. Os escritos dos professores no campo educacional brasileiro (1890-1970). In: **Actas do VII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação,** Porto, jun. 2008, p.1-10. CD-ROM.

COLL, César. Os fundamentos do Currículo. In: _____. **Psicologia e currículo.** São Paulo: Ed. Ática, 1996, p. 33-63.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. **"O aprendizado da Liberdade" educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. UFBA, 2007.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Concepções de educação e saberes escolares na formação de professores: uma leitura de relatórios de instrução. In: **Educativa,** Goiânia, v. 12, n. 1, p. 73-84, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ucg.br/index.php/educativa/article/viewDownloadInterstitial/895/633>. Acesso em: 29 jan. 2011.

_____. **Ideais educativos e saberes escolares na formação de professores:** leitura de relatórios de instrução. Caxambu, 04 a 07 de out. de 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT02-5503--Int.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2011.

CURTO, Lluís Maruny; MORRILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Escrever e ler** – v. I e II. Porto Alegre: Artmed, 2000. Disponível em Acesso

DIAS, Márcia Hilsdorf. O Diário de São Paulo como fonte. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (org.). **A memória e a sombra – a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 21-31

DICK, Sara Martha. **As políticas para o ensino secundário na Bahia:** o Liceu provincial: 1860-1890. Tese (Doutorado em Educação), UFBA, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Educação modernidade e civilização:** fontes e perspectivas de análises para a História da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FRANCA, Alípio. **Memória histórica:** 1836-1936. Escola Normal da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

_____. **Noções de Metodologia e de Organização Escolar** (2ª edição augmentada) TYP. PEIXOTO, 12 - Rua Coronel Moreira Cesar – 12 MARAGOGIPE, 1920.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo.** Brasília, 2. ed., Liber Livro, 2005.

FERREIRA, Susana da Costa. **A I Conferência Nacional de Educação** (contribuição para o estudo das origens da escola Nova no Brasil), Brasília, INEP. Série Documental: Eventos, n. 6, nov. 1993.

GATTI, Bernadete A. Pesquisa, Educação e Pós- Modernidade: Confrontos e dilemas. **Cadernos de Pesquisas,** 2005.

GIROUX, Henry A. Professores como intelectuais transformadores. In:_____Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 270, 1997, **Revista Espaço Acadêmico,** nº 30, nov. 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/030/30pc_giroux.htm>. Acesso em: 18 mar. 2012.

GOMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 93-114.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite** em Salvador, 1890-1930. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1997.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se... Idéias de civilização e cenas de Anticivilidade em um contexto de modernização Urbana** - Salvador, 1912-1916. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1996.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÂO, Ana Maria de Oliveira. Fontes e história da educação. In: _____. **O que você precisa saber sobre História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 77-96.

LUCIANO, F.L. A Profissionalizacão Docente Catarinense: Um Resgate da Memória do Século XIX. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25. **Anais...** Caxambu, 2002. CD-ROM. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/fabialilialucianot02.rtf>. Acesso em: 05 mar 2011.

LUZ, José Augusto Ramos da. **Um olhar sobre a educação na Bahia:** a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. UFBA, 2009.

_____. Educação, Progresso e Infância na Salvador Republicana: percursos históricos. In: José Augusto Ramos da Luz; José Carlos de Araújo Silva. (Org.). **História da Educação na Bahia.** História da Educação na Bahia. 1. ed., v. 1, Salvador: Arcádia, 2009, p. 233-269.

MELLO, Josefina C. D. **História da disciplina didática geral em uma escola de formação de professores:** (re) apropriação de discursos acadêmicos nos anos de 1980 e 1990. Dissertação apresentada à UFRJ, set. 2002. Disponível em: <http://www.curriculo-uerj.pro.br/imagens/pdfTeses/Historia_d_53.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2012.

MELLO, Maria Alba Guedes M. Escola primária na Bahia e sua gestão. In: **A construção da escola primária na Bahia:** Leis de reforma e regulamentos da instrução 1890-1930, Edufba, v. II, CD p.12-17, 2011.

MENESES, Upiano T. Bezerra. **A HISTÓRIA CATIVA DA MEMÓRIA?** Para um mapeamento da memória no Campo das Ciências Sociais. Ver. Inst. de Est. Bras. SP. 34: p. 9 – 24, 1992. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/revista/revista034%5Crev034ulpianomenezes.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2011

MOREIRA, A.F.B. Conhecimento, currículo e ensino: questões e perspectivas. **Em aberto,** Brasília, ano 12, n. 58, abr./jun. 1993.

MOREIRA, Regina L. Os Diários Pessoais e a (Re) Construção Histórica. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 9, No 17 (1996). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2021 Acesso em: 07 setembro de 2012.

_____. CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 48.

NASCIMENTO, Lilia de Jesus. Antonio Bahia da Silva Araujo: suas idéias sobre organização, planejamento e gestão do ensino municipal. In.: SANTANA, Elizabete Conceição. et al. (Org.). **A construção da escola primária na Bahia:** o ensino primário no município de Salvador - 1896-1924. 1. ed. Salvador: UFBA, 2012. v. 3. No prelo.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: _____. (coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. 13-33.

_____. O passado e o presente dos professores. In: _____. (Org.). **Profissão professor.** Porto: Porto, 1995. p. 13-34.

PIMENTEL, Alessandra. O Método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov./2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27049.pdf . Acesso em: 10 nov. 2007.

PEREIRA, Ligia Maria leite. **Algumas reflexões sobre a história de vida, biografias e autobiografias**. História oral, 3, 2000, p. 117 – 127.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1980.

POLETTINI, Altair F. F. Mudança e desenvolvimento do professor: O caso de Sara. **Trabalho apresentado na XX Reunião Anual da ANPEd,** Set/Out/Nov/Dez 1998, n. 9, p. 88-98. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE09/RBDE09_08_ALTAIR_F_F_POLETTINI.pdf>. Acesso em: 27/02/2012.

REIS, Leopoldo. Secções Escolares. In_____. **Revista de Ensino** nº 4, 01 de fev. 1893 p. 57-65.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. José Augusto de Souza Peres et al (colaboradores.). 3. ed. – 7. reimp. - São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida.** Salvador 1900-1940. Dissertação (Mestrado em História). UFBA,1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000274.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2011.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Os professores e a gestão do currículo:** perspectivas e práticas em análise. Portugal: Editora Porto, 1999, p. 31-67.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Aproximação ao conceito de currículo. In _____. **O Currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTMED, 2000, p. 13-37.

_____. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António. (Org.). **Profissão professor.** Porto: Porto, 1995.

SANGENIS, Anabelle L. C.; SANGENIS, Luis F. C. Instrução pública, disciplina e controle escolar: notas à margem das Conferências Pedagógicas do Rio de Janeiro. In: **Atas do VII Congresso Lusobrasileiro de História da Educação,** jun. 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. CD-ROM.

SANTANA, Elizabete Conceição. Voz dos professores baianos no início da República: a Revista do Ensino Primário (1892-1893). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 36, p. 70-82, dez. 2009.

_____. Elizabete Conceição et al. (Org.). **A construção da escola primária na Bahia:** guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos, 1890-1930, 1. ed. Salvador: EDUFBA, v. 1-2, 2011.

SANTANA, Elizabete Conceição; COSTA, Natali Soeiro. Progresso e retrocessos da escolarização primária em salvador entre 1896 e 1924. In.: SANTANA, Elizabete Conceição. et al. (Org.). **A construção da escola primária na Bahia:** o ensino primário no município de Salvador - 1896-1924. 1. ed. Salvador: UFBA, 2012. v. 3. No prelo.

SANTOS, Luciola Licinio. Currículo em tempos difíceis. In: **Educação em Revista,** n. 45, Jun. 2007, p. 291-306.

SCHELBAUER, Analete Regina. Fonte para o estudo da História da Educação brasileira: o congresso da instrução do Rio de Janeiro. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação.** Educação no Brasil: História e Historiografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/022_analete_regina.pdf>. Acesso em: 16 ago 2011.

SCHUELER, Alessandra. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). In: **Revista de Educação Pública.** Universidade federal do Mato Grosso, n. 17, 2008. Disponível em: <www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/profprimarios.doc>. Acesso em: 29 jan. 2011.

SIGNORINI, Noeli Tereza, P. **A pesquisa na formação de professores**: a perspectiva do professor pesquisador. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas . Faculdade de Educação, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000391077>. Acesso em: 19 mar. 2012.

SILVA, C. M. Um desígino da reforma de António Rodrigues Sampaio: As conferências pedagógicas dos de 1880. In: **Revista História & Perspectivas**. v. 23, n. 43, p. 303-324, Uberlândia, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/viewarticle.php?id=327>. Acesso em: 19 set 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Ester Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

SILVA, Margarete Maria da. Conferencias Pedagogicas na Província de Pernambuco (1855 – 1879). In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e pesquisas Universidade Estadual de Campinas,** UNICAMP. jun/jul, 2009. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../k3kNcETc.doc>. Acesso em: 22 mai. 2011.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. **O ensino primário na Bahia:** 1889-1930. Tese (Doutorado em Educação). Salvador: FACED/UFBa, 1997. 138 p.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras:** modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: INEP/COMPED/EDUFMT, 2000.

SENA. Consuelo Pondé de. Nota Biografia – Anfrísia Santiago. **Revista da FAEEBA**, Salvador, nº 6, jul./dez. 1996 p. 173-179.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de**. Escolas ao povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. Tese (Doutorado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

SOUZA. Sandra da Silva. À "Sombra" do Ensino Intuitivo: A prática pedagógica nas escolas primárias municipais de Salvador, na Primeira República. In.: SANTANA, Elizabete Conceição. et al. (Org.). **A construção da escola primária na Bahia:** o ensino primário no município de Salvador - 1896-1924. 1. ed. Salvador: UFBA, 2012. v. 3. No prelo.

STENHOUSE, Lawrence. **Investigacion y desarrollo del curriculum.** Morata, Madrid, 2003.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. 11 – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. LESSARD, C. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Fontes para o estudo da Educação no Brasil-Bahia.** 2. ed. v. I, TOMO I, Salvador: UNEB, 2001/2002.

TELES, José Francisco de Sá. **Subsídio a história da pedagogia e da educação na Bahia:** recordações de um mestre-escola. 2. ed. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1989.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. **Alfa,** São Paulo, 51 (1): 39-79, 2007.

VALENÇA, Cristina de Almeida. Reformadores da Instrução Pública Sergipana (1910-1913). In: **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, n. 29, p. 95-118, mar. 2008. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art08_29.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2011.

VIÑAO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória, História: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 333-373.

ZEICHNER, M. Kenneth. Uma análise crítica sobre a "reflexão" como conceito estruturante na formação docente. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 29, n. 103, p. 535-554, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16 mar. 2012.

Leis

BRASIL. **Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854**. Coleção das leis do império do Brasil. 1854. Tomo 17, parte 2ª, secção 12ª. Disponível em

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html>**.** Acesso em 25 out. 2011.

BAHIA. **Regulamento de 27/09/1873** (Reforma da Instrução Pública). Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia do ano de 1873. Bahia, Typografia do Correio da Bahia, 1873, p. 235-311.

_____. **Resolução n. 1561 de 28 de junho de 1875**. Leis e Resoluções da Província da Bahia de NS. 1448 A 1588 votadas no ano de 1875. Bahia, Imprensa Economica, 1875, p. 180-260.

_____. **Lei de 24 de agosto de 1895. n.117**. Leis e resoluções do estado da Bahia do ano de 1893 sob NS. 31 a 51. Bahia. Typografia do Correio de Notícias, 1895, p. 245- 276.

_____. **Lei n. 1006 de 6 de setembro 1913** - reforma o ensino primário do estado**.** Leis do poder legislativo e decretos do poder executivo do estado da Bahia do ano de 1913. Bahia. Typ. bahiana.1914, p.130-141.

_____. **Decreto n. 1354 de 20 de janeiro de 1914 -** regulamenta a instrução pública primária, em execução à lei n. 1006 de 6 de setembro de 1913. diário oficial do estado da Bahia de 15 de março de 1913. p. 2587 -2598.

SALVADOR. **Regulamento das escolas primárias do Municipio da Capital N. 245 de 11 de maio de 1896**. Intendencia Municipal de Salvador. Instrução Pública: Leis, Regulamentos, Atos e Instruções do Ensino Primário Municipal. Bahia, Typ. e Encadernação do Correio de Notícias,1899, P.17- 40.

_____. **LEI 219 de 20 de abril de 1896, mandada publicar pelo ACTO de 20 de abril de 1896. Institui o ensino primário municipal, cria a escola modelo e toma outra providências.** INTENDENCIA MUNICIPAL DE SALVADOR. INSTRUÇÃO PÚBLICA: LEIS, REGULAMENTOS, ATOS E INSTRUÇÕES do Ensino Primário Municipal. Bahia, Typ. e Encadernação do Correio de Notícias, 1899, p-3-14.

_____. **INSTRUCÇÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1896 N.3. Determina normas sobre os exames finais nas escolas municipais**. INTENDENCIA MUNICIPAL DE SALVADOR. **COLLEÇÃO DE Instruções Resoluções e Regulamentos, complementar às dos anos de 1893 á 1900**. Bahia, Lhyto- Typ. TOURINHO. 1901, p. 6-8.

Gazeta do Povo, Bahia, 15 de jan. de 1913. **Ato n. 2** de 03 de fev.1913.

Gazeta do Povo, Bahia, 21 de jan. de 1914. **Ato n. 24** de 16 de jan. 1914.

Relatórios impressos

CARVALHO. José Eduardo Freire de. **Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia, 29 de fevereiro de 1876**. In: Relatório com que o excelentíssimo sr. Presidente da Província , dr. Luiz Antônio da Silva Nunes, abriu a Assembleia Legislativa provincial da

Bahia no dia 1º de maio de 1876. Bahia Tipografia do Jornal da Bahia, 1876. (IGHBA) (paginação irregular)

CARVALHO. José Eduardo Freire de. **Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia, 10 de janeiro de 1877**. In: Falla, com que abriu a 56ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Exm. Sr. Des. Henrique Pereira de Lucena Presidente da província, no dia 1º de março de 1877. Bahia. Typografia do jornal da Bahia, 1877. (IGHBA) (paginação irregular).

RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA No dia 1º de janeiro de 1916, relativo ao exercicio de 1915, pelo Intendente Dr. Antonio Pacheco Mendes de acordo com a lei 1102 de 11 de agosto do mesmo ano. Bahia: Secção de Obras do "O Democrata", 1916.

Jornais

Diário da Bahia - jan. fev. de 1913; fev.1914; fev.1915.

Diário de Notícias - jan.1913; jan. fev. 1914; jan. fev. 1915.

Gazeta do Povo - jan.1913; jan.1914.

Jornal de Notícias - jan.1913; fev. mar. 1914; jan. fev. 1915.

Jornal Moderno - fev. 1914; jan. fev.1915.

Manuscritos

Arquivo Histórico Municipal de Salvador. **Fundo: Intendência Municipal.** Seção Diretoria de Ensino Municipal.

Atas das Conferências Pedagógicas, 1913. (CAIXA 4); (CAIXA 9).

Atas das Conferências Pedagógicas, 1914. (CAIXA 4); (CAIXA 9).

Atas das Conferências Pedagógicas, 1915. (CAIXA 9); (CAIXA 21).

PEREIRA. João Gonçalves. **Relatório das visitas feitas às escolas da 3ª Circunscrição** dirigido ao Inspetor do Ensino Municipal, em 15 de março de 1914. AHMS, [*fl.6]* (CAIXA 9).

Teses

BARROSO, Adelia. **Para o ensino do systema métrico quaes os meios mecânicos adaptáveis: os de mapas muraes ou os de pesos e medida, representados sob a sua forma natural?** . In: Conferência Pedagógica. Salvador, 1914. AHMS, [fl. 12]. (CAIXA 7).

BARROSO, Amalia. **O ensino moderno da geografia e a importancia das cartas**. . In: Conferência Pedagógica. Salvador, 1913. AHMS, [fl. 19]. (CAIXA 17 e 7).

BORGES, Inez. **Considerações sobre o actual programma do ensino municipal**. In: Conferência Pedagógica. 05 de fevereiro de 1913, In: Conferências pedagógicas, Salvador. Tese. [*fl. 1-5*]. (CAIXA 7).

COELHO, Isauro Abdon da Silva, **Sessões escolares**. . In: Conferências pedagógicas, Salvador, 1913. AHMS, [fl. 11]. (CAIXA 13 e 7).

CONTREIRAS, Beatriz. "**Não será o concurso de provas o unico e melhor critério a adoptar-se para as nomeações de professores as escolas do 1º gráo?** In: Jornal de Notícias 25 fev.1915.

CUNHA. Aureliana Paula. **Que remedios sociaes podem ser apontados como mais eficazes e prontos para dar-se um combate energico ao analfabetismo entre nós?** In: Conferências pedagógicas, Salvador, 1915. AHMS, [fl. 14]. (CAIXA 21).

CUNHA, Isaura Gervasia. **Quais são os meios mais oportunos de estimular a frequência escolar e a aplicação dos alunos nas escolas***;* In: Conferências pedagógicas, Salvador, 1915. AHMS, [fl. 11]. (CAIXA 21).

D'ANDRADE, Zulmira Doria. **Breves apreciações offerecidas ás conferencias pedagógicas municipais**, In: Conferências pedagógicas, Salvador fevereiro de 1913. AHMS [*fl. 10*]. (CAIXA17)

FARIA, Alice Araujo de. **Que meios devem ser empregados para associar a família na obra do ensino e da educação?** In: Conferências pedagógicas. Salvador, 1915 AHMS, [*fl. 1-12*]. (CAIXA17).

FRANCA. Cincinnato Ricardo Pereira da. **Os resultados colhidos actualmente no ensino correspondem ao esforço e meios empregados?** In: Jornal Moderno, 12 e 13 e fev. 1914.

GARRIDO, Victoria Maria da Conceição. **Língua Materna**. In: Conferência Pedagógica Salvador, 1913. AHMS [fl.7] (CAIXA 7).

MEIRELES, Esther Sampaio. **Educação física e a ação do mestre**. In: Conferência Pedagógica Salvador, 1913. AHMS [fl.13] (CAIXA 17).

MONTEIRO. Maria Izabel Bittencourt. **O desenvolvimento que tem tido o ensino de prendas como attestam as ultimas exposições escolares não prejudica o preparo intellectual das creanças do sexo feminino?** In: Conferência Pedagógica, Salvador,1913. Jornal de Notícias 26 de fev. 1915.

MOREIRA, Maria da Glória Gomes. **A escola, o mestre e as vantagens da instrução**. In: Conferência Pedagógica, Salvador 1913. AHMS [fl.8] (CAIXA 17).

OLIVEIRA, Emilia Edith. **O desenvolvimento que tem tido o ensino de prendas como attestam as ultimas exposições escolares não prejudica o preparo intellectual das creanças do sexo feminino?** In: Conferência Pedagógica Salvador, 1915. Jornal de Notícias 26 de fev. 1915.

PEREIRA, João Gonçalves. **O ensino em geral, grupos escolares, escolas isoladas, métodos e processos de ensino**. In: Conferência Pedagógica, Salvador, 1913. AHMS [fl. 21] (CAIXA 7).

QUEIROZ. Esther de Figueiredo, **Em que bases deve ser assentada a educação moral e cívica nas escolas primarias, tendo-se em vista não só os sentimentos, que devem ser inculcados á infancia, mas também as nossas condições sociaes, costumes e temperamento?**In: Conferência Pedagógica, Salvador, 1915. Jornal de Notícias, 25 fev. 1915.

SANTIAGO. Amphrisia, **Quaes os sports ou physicos mais salutares e convenientes á educação da infância, attendendo ás nossa condições mesológicas e além da gymnastica escolar em uso entre nós?** In: Conferência Pedagógica, Salvador, 1915. Jornal Moderno 19 fev 1915.

SILVA, Severo Américo Pessoa da. [**Tese apresentada**]. In: Conferência Pedagógica. 05 de fevereiro de 1913, Salvador. Tese. [*fl. 1-49*]. (CAIXA 21).

APÊNDICES

APÊNDICE A - Relação de Notícias sobre as Conferências Pedagógicas [40]

TÍTULO DA NOTÍCIA	JORNAL	DATA	PAG.
OFFICIAES – INTENDENCIA MUNICIPAL – Acto nº 2	GAZETA DO POVO	15/01/1913	4
Intendencia Municipal - Acto n. 24	GAZETA DO POVO	21/01/1914	
Conferencias pedagógicas DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	28/01/1913	Capa
Conferencias pedagógicas DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	21/01/1914	Capa
Conferencias Pedagogicas DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	23/01/1914	2
Conferencias Pedagogicas DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	09/02/1914	2
Conferencias Pedagogicas DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	20/02/1914	2
Conferencias Pedagogicas DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	27/01/1915	Capa
Conferencias Pedagogicas DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	06/02/1915	Capa
Conferencias Pedagogicas	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	12/02/1915	Capa
Instrucção Publica	DIÁRIO DA BAHIA	26/01/1913	2
Instrucção Publica	DIÁRIO DA BAHIA	31/01/1913	2
Instrucção Publica – ENSINO PRIMARIO	DIÁRIO DA BAHIA	09/02/1913	Capa
Conferencias pedagogicas	DIÁRIO DA BAHIA	12/02/1914	Capa
Conferencias Pedagogicas	DIÁRIO DA BAHIA	12/02/1915	Capa
Abertura de escolas	JORNAL DE NOTÍCIAS	08/01/1913	Capa
INSTRUCÇÃO PUBLICA – Conferencias pedagógicas	JORNAL DE NOTÍCIAS	22/01/1914	Capa
Conferencias pedagógicas	JORNAL DE NOTÍCIAS	11/02/1914	2
Conferencias pedagogicas	JORNAL DE NOTÍCIAS	12/02/1914	Capa
Conferencias pedagógicas	JORNAL DE NOTÍCIAS	18/02/1914	Capa
CONFERENCIA PEDAGOGICA – Que vantagens advêm da hygiene pedagógica e da inspecção medico-escolar?	JORNAL DE NOTÍCIAS	02/03/1914	Capa
CONFERENCIA PEDAGOGICA – Que vantagens advêm da hygiene pedagógica e da inspecção medico-escolar?	JORNAL DE NOTÍCIAS	03/03/1914	Capa
Conferencias pedagógicas	JORNAL DE NOTÍCIAS	14/01/1915	2
A instrucção municipal na Bahia	JORNAL DE NOTÍCIAS	22/01/1915	3 4
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	27/01/1915	Capa
Conferencias pedagogicas	JORNAL DE NOTÍCIAS	04/02/1915	Capa
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	05/02/1915	Capa
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS Exposição escolar municipal	JORNAL DE NOTÍCIAS	06/02/1915	Capa
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	08/02/1915	Capa
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	09/02/1915	Capa
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	10/02/1915	2
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	11/02/1915	Capa

[40] Quadro ainda não revisado.

CONTINUAÇÃO

TÍTULO DA NOTÍCIA	JORNAL	DATA	PAG.
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	12/02/1915	2
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	13/02/1915	2
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	19/02/1915	2
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	20/02/1915	2
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	22/02/1915	2
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	25/02/1915	5
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL DE NOTÍCIAS	26/02/1915	3 e 4
PROFESSORADO MUNICIPAL – A sessão preparatória de ontem na Academia de Bellas Artes	JORNAL MODERNO	11/02/1914	2
PROFESSORADO MUNICIPAL – A installação solemne dos cursos municipaes – As commissões reuniram-se – O "Jornal Moderno" publica a conferencia do professor Cincinato Franca antes della ser lida	JORNAL MODERNO	12/02/1914	2
PROFESSORADO MUNICIPAL (continuação)	JORNAL MODERNO	12/02/1914	4
AS CONFERENCIAS PEDAGOGICAS - O "Jornal Moderno" publica a conferencia do professor Cincinato Franca antes della ser pronunciada (conclusão)	JORNAL MODERNO	13/02/1914	2
PROFESSORADO MUNICIPAL – O professor Cincinato Franca,			
que é um dos nossos mais acatados educadores, escreve-nos – porque elle não leu a sua conferencia	JORNAL MODERNO		3
Conferencias pedagógicas	JORNAL MODERNO	14/02/1914	4
PROFESSORADO MUNICIPAL – Sessão de encerramento – O professor Antonio Bahia delegado do Intendente – Discursos e votos de louvor - Um appello; AS INUNDAÇÕES – As senhoras da caridade – Pelo Commercio	JORNAL MODERNO	16/02/1914	2
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS	JORNAL MODERNO	16/02/1914	capa
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS – Um officio – A meza das conferencias defende-se – Em que ella se apóia.	JORNAL MODERNO	18/02/1914	2
PROFESSORADO MUNICIPAL- Conferencias pedagógicas	JORNAL MODERNO	19/01/195	Capa
Ensino municipal – O GOVERNO MUNICIPAL TRABALHA PELA INSTRUCÇÃO	JORNAL MODERNO	25/01/1915	Capa
CONFERENCIAS PEDAGOGICAS – A sessão de encerramento	JORNAL MODERNO	13/02/1915	Capa
OS PROGRESSOS DA INSTRUCÇÃO NO MUNICIPIO DA CAPITAL – A ultima Exposição Escolar e as conferencias pedagogicas – DO INTENDENTE PAULA GUIMARAES AO INTENDENTE JULIO BRANDÃO – O que se tem feito neste ultimo quatriennio, pelo ensino	JORNAL MODERNO	13/02/1915	4
OS PROGRESSOS DA INSTRUCÇÃO – Continuação da 4ª pagina	JORNAL MODERNO	13/02/1915	5
OS PROGRESSOS DA INSTRUCÇÃO NO MUNICIPIO DA CAPITAL – A ultima Exposição Escolar e as conferencias pedagogicas – DO INTENDENTE PAULA GUIMARAES AO INTENDENTE JULIO BRANDÃO – O que se tem feito neste ultimo quatriennio, pelo ensino.	JORNAL MODERNO	18/02/1915	4

CONTINUAÇÃO

TÍTULO DA NOTÍCIA	JORNAL	DATA	PAG.
OS PROGRESSOS DA INSTRUCÇÃO – Continuação da 4ª pagina	JORNAL MODERNO	18/02/1915	5
OS PROGRESSOS DA INSTRUCÇÃO NO MUNICIPIO DA CAPITAL – A ultima Exposição Escolar e as conferencias pedagogicas – DO INTENDENTE PAULA GUIMARAES AO INTENDENTE JULIO BRANDÃO – O que se tem feito neste ultimo quatriennio, pelo ensino.	JORNAL MODERNO	19/02/1915	4
OS PROGRESSOS DA INSTRUCÇÃO NO MUNICIPIO DA CAPITAL – A ultima Exposição Escolar e as conferencias pedagogicas – DO INTENDENTE PAULA GUIMARAES AO INTENDENTE JULIO BRANDÃO – O que se tem feito neste ultimo quatriennio, pelo ensino.	JORNAL MODERNO	22/02/1915	4

APÊNDICE B - Roteiro para registro de informações sobre o conteúdo das teses

Professor (a):
Título:
Tipo do texto:

1. Aspectos gerais da estrutura das teses
   1.1. *Questões e tema abordados.*
   1.2. *Autores e obras citados*.
   1.3. Falam por que escolherem tal tema para discussão?
   1.4. Falam sobre o que motivou a participação nas Conferências Pedagógicas?
   1.5. Demonstram sua opinião de forma objetiva?
   1.6. Fazem referências ao significado ou importância das Conferências Pedagógicas para melhoria da instrução pública e do trabalho dos professores?

Temas e sub temas abordados

2..Formação dos professores públicos primários.
   2.1 Fazem referências a formação da Escola Normal?
   2.2 Fazem referência as experiências pessoais?
   2.3 Fazem referências a educação em outros estados e/ou países?

3 Escola pública primária do município de Salvador
   3.1 Quais críticas fazem a escola?
   3.2 Falam das condições materiais – prédios, mobílias?
   3.3 Deixam escapar a visão da clientela?
   3.4 O que falam sobre a família?
   3.5 Qual o papel ou finalidade da escola na tarefa do ensino?
   3.6 Fala da organização pedagógica e administrativa das escolas públicas municipais?

4 Aspectos legais
   4.1 Apontam concordâncias ou discordâncias sobre as determinações legais?
   4.2 Deixam transparecer a visão de como deveria ser o currículo?
   4.3 Apresentam concordâncias ou críticas ao currículo proposto?
   4.4 Tratam dos conteúdos ou aperfeiçoamento do currículo?
   4.5 O que apontam sobre execução da lei?

5. Aspectos do contexto
   5.1 Apontam questões sobre o contexto político, econômico e educacional?
   5.2 Abordam sem seus escritos as condições de trabalho do professorado municipal?
   5.3 Falam sobre a responsabilidade do município na tarefa de criar e manter as escolas?

6.Métodos e processos de ensino
   6.1 Falam sobre como os alunos aprendem ou deveriam aprender?
   6.2 Mencionam qual método adotam. Ou deveriam adotar?
   6.3 Citam em quais materiais os alunos poderiam ou deveriam aprender?
   6.4 Falam sobre o papel ou função do professor na realização do ensino?

6.5 Falam como deveriam ser o ensino das disciplinas?

6.6 Falam da aprendizagem dos meninos e meninas?

7- Estratégias e sugestões

7.1 Descrevem situações vivenciadas nas escolas?

7.2 Apresentam propostas, sugestões para melhoria da escola, do ensino e do trabalho docente?

8- Falam da visão que têm de si ou dos professores de forma geral?

APÊNDICE C - As Conferências Pedagógicas na legislação estadual 1873-1914

Regulamento de 27/09/1873 (Reforma da Instrução Pública)	CAPITULO II DAS CONDIÇÕES E REGIMEN DAS CADEIRAS PUBLICAS Art. 90 Os professores públicos da capital reunir-se-hão pelo menos uma vez anualmente, em dia e logar, que lhes será designado pelo diretor geral, e sob a sua presidência, para conferenciarem entre si sobre todos os pontos, que interessam ao regimen interno das escholas, methodo do ensino, systema de recompensas, e punição para os alunos, expondo as obserações, que hajam colhido a sua pratica, e da leitura das obras, que tenham consultados. Estas conferencias, que serão publicas, e para quaes devem ser convidados todos os membros do conselho superior, poderão durar até 3 dias consecutivos, em horas anunciadas pela gazeta official. § único. O director geral, ouvido o conselho superior, dará para execução deste artigo, instrucções especiaes, que somente serão expedidas depois de aprovadas pelo governo.
Resolução n. 1561 de 28/06/1875	CAPITULO XI CONFERENCIA DOS PROFESSORES Art. 95. Os professores públicos da capital reunir-se-hão pelo menos uma vez anualmente, em dia e logar, que lhes será designado pelo diretor geral, e sob a sua presidência, para conferenciarem entre si sobre todos os pontos, que interessam ao regimen interno das escholas, methodo do ensino, systema de recompensas, e punição para os alunos, expondo as obserações, que hajam colhido a sua pratica, e da leitura das obras, que tenham consultados. Estas conferencias, que serão publicas, e para quaes devem ser convidados todos os membros do conselho superior, poderão durar até 3 dias consecutivos, em horas anunciadas pela gazeta official. § único. O director geral, ouvido o conselho superior, dará para execução deste artigo, instrucções especiaes, que somente serão expedidas depois de aprovadas pelo governo.
Lei n. 1006 de 6/ 09/1913	CAPITULO V DO MAGISTERIO Art. 53. O Governador reunirá de 2 em 2 annos em turmas previamente designadas, os professores do Estado em **conferencia pedagogica** durante 3 sessões publicas, onde se discutirão assumptos attinentes ao ensino primario. § unico. Estes professores terão passagem gratuita nos vapores da navegação maritima ou fluvial e nas estradas de ferro e ajuda de custo de 2$000 por legua para os que funccionarem em pontos não servidos por esses meios de transporte, para o que o Governo abrirá os necessarios creditos.
Decreto n. 1354 de 20/01/ 1914	CAPITULO III **SECÇÃO I** *Do Magisterio* Art. 60. O Governador reunirá de 2 em 2 annos, em turmas previamente designadas, os professores do Estado em **conferencia pedagogica** durante tres sessões publicas, onde se discutirão assumptos attinentes ao ensino primario. Paragrapho unico. Estes professores terão passagem gratuita nos vapores de navegação maritima ou fluvial e nas estradas de ferro; e uma ajuda de custa de 2$000 por legua para os que funccionarem em ponto não servidos por esses meios de transporte, para o que o Governo abrirá os necessarios creditos.

Fontes: BAHIA. Regulamento de 27/09/1873 (Reforma da Instrução Pública)
BAHIA. Resolução n. 1561 de 28/06/1875
BAHIA. Lei de 24 de agosto de 1895. n.117
BAHIA. Lei n. 1006 de 6 de setembro 1913- reforma o ensino primário do estado..
BAHIA. Decreto n. 1354 de 20 de janeiro de 1914 - regulamenta a instrução pública primária, em execução à lei n. 1006 de 6 de setembro de 1913.

APÊNDICE D – As Conferências Pedagógicas na legislação do município de Salvador 1896-1914

Regulamento n. 245 de 11/05/1896	**SECÇÃO II** SEUS DEVERES E OBRIGAÇÕES Art. 66. Aos professores das escolas municipaes cumpre: - comparecer ás sessões das conferencias pedagogicas e desempenhar-se das commissões que lhes forem confiadas;
Ato n. 2 de 3/12/1913	Intendente municipal Julio V. Brandão, estabelece que a abertura das escolas, seja feita com a reunião de todos os Professores do Município, em sessão solene iniciando-se uma conferencia Pedagogica, que durará por espaço de quatro dias. Os professores e adjuntos apresentarão estudos pedagógicos, de observação própria, emitindo sua opinião firmada nas observações feitas no ensino das varias disciplinas do curso primario do Iº grau, quer sobre as vantagens colhidas dos methodos e processos do ensino seguidos na escola, quer sobre as modificações de taes methodos, que julguem necessárias para melhor resultado pratico, quer sobre as matérias do programma, seu proveito, desenvolvimento ou supressão, e neste caso as razões justificadas de sua opinião. Os trabalhos apresentados á conferencia attenderão sempre aos seguintes pontos, referentes aos três cursos da escola primaria do 1º grau elementar, médio e superior: - 1º curso: Periodo de iniciação, ensino formal; - 2º curso: Periodo de acquisição de conhecimentos usuaes, ensino real; - 3º curso: Periodo de instrucção, de repetição, ensino civico. A abertura das escolas será a 5 de Fevereiro próximo vindouro, quando se iniciará a Conferencia Pedagogica deste anno, que durará de 5 a 8 do mesmo mez e para a qual ficam convidados todos os srs. professores e adjuntos ás escolas municipaes, independentemente da prescripção de obrigatoriedade, estatuída na regra 3ª do art. 66 do Regulamento n.245 de 8 de Maio de 1896. Para a realização da conferencia Pedagogica, nomeio a mesa e comissão adiante designadas, para a direção dos respectivos trabalhos. Mesa encarregada da realização da Conferencia Pedagogica entre os professores municipaes para soleminizar a abertura dos cursos: Presidente, professor Cincinnato Ricardo Pereira da Franca; secretários, professores João Gonsalves Pereira e Severo Americo Pessoa da Silva. Commissão de redação dos trabalhos dos conferencistas Possidonio Dias Coelho, Gonçalo Alvaro de Oliveira, Francellino Pereira de Andrade, Jacintho Tolentino Caraúna, Emygdio Joaquim Gomes, Maria Olympia da Silva Rebello, Sindonia de Oliveira Alcantara, Maria Gertrudes de Souza e Aureliana Paula da Cunha.
Ato n. 24 de 16/01/1914	O Dr. Julio Brandão, intendente do Municipio da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, tomando em consideração que os trabalhos da Exposição Escolar absorveram grande parte do período de férias dos srs. professores e tendo em vista o disposto em lei e regulamento vigentes do ensino Municipal, resolve marcar o dia 9 de Fevereiro próximo vindouro para abertura das conferencias pedagógicas deste anno, que se encerrarão no dia 11 do mesmo mez, sendo o dia 8 destinado á sessão preparatoria, na qual serão eleitas as respectivas commissões. Para as solemnidades do inicio e encerramento, bem como para os trabalhos das conferencias, ficam convidados todos os srs. professores e adjuntos das escolas Municipaes. Fica desta sorte indicado o dia subsequente ao encerramento das Conferencias para começo dos trabalhos de anno lectivo. Mando que se publique e se expeçam as necessárias comunicações. Gabinete da Intendência Municipal da Capital da Bahia, 16 de Janeiro de 1914. (Assignado) – Julio Viveiros Brandão, intendente do Municipio.

Fontes: SALVADOR. **Regulamento das escolas primárias do Municipio da Capital N. 245 de 11 de maio de 1896.**
Gazeta do Povo, Bahia, 15 de jan. de 1913. **Ato n. 2** de 03 de fev.1913.
Gazeta do Povo, Bahia, 21 de jan. de 1914. **Ato n. 24** de 16 de jan. 1914.

APÊNDICE E

E 1-. Salvador. Relação das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas do ano de 1913 por título, autoria e local onde foram encontradas na íntegra (1)

Nº	TESE	CONFERENCISTA	LOCALIZAÇÃO
01	Sessões escolares	Prof. Isauro Abdon da Silva Coelho	AHMS
02	Educação Physica acção do mestre	Profª Esther Sampaio de Meirelles	AHMS
03	O ensino moderno de geografia e a importância das cartas	Profª Amalia Barroso	AHMS
04	Apreciações	Profª Zulmira Doria D'Andrade	AHMS
05	O mestre, A escola, A grande vantagem da instrucção	Profª Maria da Glória Gomes Moreira	AHMS
06	Ensino da geografia e da História na escola elementar	Aluno-mestre Apollonio José do Espirito Santo	AHMS
07	Considerações sobre o actual programma do ensino municipal	Profª Ignez Borges	AHMS
08	Da organisação escolar, seu plano de ensino e distribuição deste por classes, seu horário; Da obrigatoriedade do ensino e a matricula escolar.	Profº Severo Americo Pessôa da Silva	AHMS
09	Ensino em geral – escolas isoladas, grupos escolares, methodos e processos de ensino.	Profº João Gonçalves Pereira	AHMS
10	Sobre adoção de livros escolares	Profª Adelia Barroso	AHMS
11	Breve observações sobre o programma de ensino vigente	Profª Laura da Cunha Macedo	AHMS
12	O ensino deve obdecer á orientação por nós apresentada?	Profº Jacintho Tolemtino de Brito Carauma	AHMS
13	Quando deve começar o ensino da grammatica na escola primaria?	Francisca Amelia da Silva Araujo	AHMS
14	A proposito do art 14 da lei nº 219 – método intuitivo na educação popular (sem data)	Profª D. Lucia de Barros	AHMS
15	Da língua materna (sem data)	Victoria Maria da Conceição Garrido	AHMS

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos títulos das teses apresentadas nas Conferências Pedagóficas de 1913.

1. Apenas as teses localizadas.

E 2.-Salvador..Relação das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas do ano de 1914 por título, autoria e local onde foram encontradas na íntegra (1)

Nº	TESE	CONFERENCISTA	LOCALIZAÇÃO
01	De que modo ministrará o professor a instrucção cívica e de que meios lançará mão?	Preceptora D. America Amalia Barauna	AHMS
02	Prophylaxia ontogênica e psuchometrica da creança (Pedologia objectiva e psychologia aplicada)	Edgar Pitangueira	AHMS
03	O material existente satisfaz os fins a que se destina? E, no caso negativo, por qual deverá ser substituído?	Profª Amalia Barroso	AHMS
04	Systema métrico – plano de ensino da escola primaria	Aluna-mestra Adelia Barroso	AHMS
05	Que vantagens advém da hygiene pedagogica e da inspecção medico-escolar?	Alumna-mestra Amelia Augusta dos Reis Silveira	Jornal de Noticias – 02 e 03/03/1914
06	Que vantagens advém da hygiene pedagogica e da inspecção medico-escolar?	Profª Aureliana Paula da Cunha	AHMS
07	Os resultados colhidos actualmente no ensino correspondem ao esforço e meios empregados?	Profº Cincinato Franca	Jornal Moderno – 12 e 13/02/1914

Fonte: Elaborado a partir das informações encontradas: Atas das Conferências Pedagógicas 1914, no Jornal de Notícias de mar. 1914 e no Jornal Moderno de fev. 1914.

1. Apenas as teses localizadas.

E 3 - Salvador. Relação das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas do ano de 1915 por título, autoria e local onde foram encontradas na íntegra (1)

Nº	TESE	CONFERENCISTA	LOCALIZAÇÃO
01	Que meios devem ser empregados para associar a família na obra do ensino e da educação? Fevereiro 1915	Alumna-mestra Alice Araújo de Faria	AHMS Jornal Moderno – 19/02/1915
02	Quais sports ou exercício physicos mais salutares e convenientes á educação da infância, attendendo ás nossas condições mesológicas e alem da gymnastica escolar em uso entre nós?	Profº Deoclecio Silva	AHMS Jornal de Noticias 22/02/1915
03	Da organização pedagógica na escola primária	Victoria Maria da Conceição Garrido	AHMS Jornal de Noticias – 20/02/1915
04	Quaes são os meios mais oportunos de estimular a frequência escolar e a aplicação dos alunos nas escolas?	Profª Isaura Gervasia da Cunha	AHMS Jornal de Noticias – 10/02/1915 Jornal Moderno – 18/02/1915
05	Que remedios sociaes podem ser apontados como mais eficazes e prontos para dar-se um combate energico ao analfabetismo entre nós?	Profª Aureliana Paula da Cunha	AHMS Jornal de Noticias – 09/02/1915 Jornal Moderno – 18/02/1915
06	Quaes os sports ou exercicios physicos mais salutares e convenientes á educação da infancia, attendendo ás nossa condições mesologicas e além da gymnastica escolar em uso entre nós?	Prof. Amphrisia Santiago.	Jornal de Noticias 11 e 12/02/1915 Jornal Moderno – 19/02/1915
07	Não será o concurso de provas o unico e melhor critério a adoptar-se para as nomeações de professores as escolas do 1º gráo?	Prof. Beatriz Contreiras.	Jornal de Noticias 25/02/1915
08	Em que bases deve ser assentada a educação moral e cívica nas escolas primarias, tendo-se em vista não só os sentimentos, que devem ser inculcados á infancia, mas também as nossas condições sociaes, costumes e temperamento?	Prof. Esther de Figueiredo Queiroz	Jornal de Noticias 25/02/1915
09	O desenvolvimento que tem tido o ensino de prendas como attestam as ultimas exposições escolares não prejudica o preparo intellectual das creanças do sexo feminino?	Prof. Maria Izabel Bittencourt Monteiro	Jornal de Noticias – 26/02/1915 Jornal Moderno – 22/02/1915
10	O desenvolvimento que tem tido o ensino de prendas como attestam as ultimas exposições escolares não prejudica o preparo intellectual das creanças do sexo feminino?	Prof. Emilia Edith de Oliveira.	Jornal de Noticias - 26/02/1915

Fonte: Elaborado a partir das informações das Atas das Conferências Pedagógicas 1915.
Jornal de Notícias fev. 1915.
Jornal Moderno fev. 1915.

1. Apenas as teses localizada.

APÊNDICE F - FRAGMENTOS DAS TESES APRESENTADAS NAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS QUE EVIDENCIAM INDÍCIOS DOS MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS UTILIZADOS PELOS PROFESSORES, CONSIDERADOS IDEAIS OU QUE NÃO DEVEM SER ADOTADOS NO PROCESSO DE ENSINO (1)

O que deveria ser feito para ensinar O ideal, as frases e máximas que resumem princípios didáticos	O que professor fazia ou como fazia para ensinar As práticas concretas,vivenciadas	O que não devia ser feito ou o que não se pode fazer para ensinar As denúncias ou como os outros fazem, as limitações
O ponto de apoio da educação deve mudar **deixar de assentar-se exclusivamente no espírito do mestre professor para fixar-se na energia individual, nas faculdades produtivas do aluno.** Os meninos precisam **aprender a ver** e **aprender a pensar**. Os alunos deveriam **aprender pela inspeção do real**, **do concreto**. Pela **prática da observação** através das **palavras do mestre.** Partir sempre do que o aluno sabe, iniciando **do conhecido para o desconhecido**, **do fácil para o difícil.** O **professor moderno prepara suas lições com um material didático que encontra nos campos, nas ruas**, escolhendo os assuntos que impressionam as crianças A educação moral e cívica, principalmente aquela, deve ser dada á criança desde os primeiros dias da sua infância, **pelo exemplo moralizador se seus pais**, de modo que, ao encetar a vida escolar, venha moralizada e com algum incentivo de amor á Pátria. Os mestres representam grande papel também nesta educação, já dando aos meninos **exemplo de moralidade**, já, chamando-lhes a atenção sobre qualquer ato que, involuntária ou voluntariamente, tenham praticado contra a moral, já estabelecendo, em certos dias da semana, **dissertações a respeito de tão abnegados costumes**. **A arte de ensinar não se improvisa, não se adivinha; aprende-se.** A observação é a base de todo conhecimento.	Como professora **tenho me esforçado** para dar aos meus discípulos **ensino prático** tanto o da língua portuguesa, como o das outras disciplinas que me cabe ensinar. O mestre deve dar lições de civismo através das cartas históricas, retratos de homens notáveis, fazer uso dos hinos e fazer com que os alunos amem e respeitem a bandeira. O fim da ginastica escolar não é conseguir prodígios de agilidade, mas sim desenvolver as forças físicas, de um modo normal e progressivo, dando ao corpo flexibilidade e elegância. O uso da ginastica deve ser individual, visando o professor especialmente as crianças fracas e raquíticas. Procuremos o meio mais pratico de mais rápido fazer o aluno adquirir solidamente os primeiros rudimentos do estudo ingrato de aritmética, sem fadiga, sem enfado e falando-lhe fortemente aos sentidos. O desenho, no **ensino escolar**, procuremos dá-lo, de modo meramente **pratico**, induzindo a criança a representar as figuras planas do quadro negro, após tê-las feito praticamente, com o auxilio de varinhas, arame, etc. e da mesma sorte o estudo dos sólidos pelos existentes numa coleção completa, e a sua **feitura pelos alunos**, em papelão, papel, tirando-se, desta forma, a compreensão nítida das figuras e de suas partes componentes	Escola firmada na **leitura e na repetição** Os jovens são levados a pensar em **generalidades antes de ter contato com dados concretos** Falta de **materiais para o ensino prático e intuitivo**. Sem **vocação para o ensino**, não há progresso na escola, porque o mestre não saberá vencer as dificuldades que, bastas vezes, se apresentam na arte difícil de ensinar. **Não encontro vantagens positivas no ensino de prendas nas escolas do 1º grão,** porque, sendo necessária grande atenção e quase imobilidade do corpo, durante o tempo que funcionar a aula de prendas, torna-se ele prejudicial ás meninas de 6 a 10 anos, fase que necessitam de movimento e que, com o espirito irrequieto, próprio da idade, não se conformar com trabalhos que somente lhes podem causar aborrecimentos. Tem um grande numero destas desmanchar, diversas vezes, o trabalho errado, para recomeçar errado também, resultando daí o seguinte: os aviamentos da costura estragos, depois de muitas lagrimas derramadas, ou a costura feita por outras colegas de mais idade. Acho de grande utilidade, mesmo nas escolas do 2º grau, uma **professora exclusivamente para o trabalho de prendas**, porque este ensino requer uma vocação especial. Para as meninas, atendendo a sua organização toda especial. A ginastica deve ser dada prudentemente. É um erro supor que as meninas não têm necessidade de ginastica. **As suas necessidades físicas são as mesmas que as dos meninos, talvez maiores ainda, se atendermos o seu futuro dever de mãe.**

continuação

O que deveria ser feito para ensinar O ideal, as frases e máximas que resumem princípios didáticos	O que professor fazia ou como fazia para ensinar As práticas concretas,vivenciadas	O que não devia ser feito ou o que não se pode fazer para ensinar As denúncias ou como os outros fazem, as limitações
O **professor deve tomar parte nos jogos e recreações** de seus discípulos, sem que isto estabeleça quebra de disciplina como muitos supõem. O ensino deve estar ao alcance das inteligências, deve ser progressivo, **ir do simples ao composto**, do **concreto ao abstrato**. Deve caminhar lentamente, só sabe bem aquilo que é detidamente examinado, logo **é necessário dar a inteligência tempo de conhecer bastante os objetos que se lhe apresentam**. Para haver um horário vantajoso na escola, é necessário observar-se, dentre outras, as seguintes condições: determinar o numero de horas que se pretende consagrar a secção escolar; o numero de matérias que se deseja ensinar durante os dias da semana e o tempo que se deve gastar, no sentido cada uma matéria. O professor, na confecção do um horário, deve colocar as disciplinas que dependem de maior soma de energia cerebral, na seção da manhã pela manhã o cérebro esta fresco, o aluno aprende o que se lhe ensina e facilmente assimila as lições mais difíceis. A palavra programa pode ser tomada, em pedagogia, em duas acepções; ou é considerada como representando a relação das matérias, que são ensinadas nas escolas, tal qual um artigo de lei, ou pode ser tomada como denominação de todas as matérias que tem de ser ensinadas nos cursos. É entretanto, a esta denominação que cabe melhor o nome de plano de estudo. **Programa é a reunião das matérias que são ensinadas na escola.** Os programas escolares **devem ser adaptados ao meio em que se acham a escola, para a qual são feitos**.	Estudemos os factos históricos pelos homens da pátria, pelos quadros históricos, que figurem **de um modo** **mais ou menos intuito** o fato, gravando-o assim mais facilmente. O estuda da geografia da historia precisa basear-se no ensino pratico, pelos globos, mapas murais falantes e mudos, lisos e em relevo, mapas topográficos, exercício cartográficas, viagens simuladas, visando, principalmente, este estudo o conhecimento nítido e particular do seu Munícipio, Estado e país. A educação moral cívica deve seguir em todos os elementos da educação, mas pela experiência a **saber se governar, mais tarde, si mesmo**, respeitar piedosamente o dever, e, sobretudo, curando-se da solidariedade social e dignificando-se o amor da Pátria. As festas nacionais, os hinos patrióticos, a bandeira, os belos exemplos dos grandes homens, na ciência no dever, no amor do próximo, na família, na politica, na defesa da Pátria, são forças vivas para o ensino moral e cívico. O **método** vantajoso quanto ao ensino da escrita, quanto a correção é o **individual**. Em relação aos métodos, o ensino feito pelo catequético analítico sintético e interrogativo, em combinação, deixa vantagem progressiva, porque, o professor procura prender a atenção dos alunos da classe, para o fim desejado, explica a lição, parte para o todo, em seguida interroga a qualquer, não obtendo resposta do interrogado anima a classe a responder em coro para estimular, o, ou, os desatentos.	O ensino da **ginastica** ainda **não é uma realidade para nós**. É preciso, portanto que o professorado baiano, num gesto nobre e.louvável, procure interessar-se pela execução da **ginastica** nas nossas escolas, **tornando-a, em verdade**, uma disciplina diária **e não** deixando-a, como **simples ornamento do programa** De nada servirão os pomposos decretos de reorganização do ensino, os programas aparatosos e desenvolvidos, pejados de ciência e de letras, a exigência legal de novos métodos, a adopção oficial de novas normas e de acertadas regras, copiadas de toda parte, onde a instrução tomou os maiores desenvolvimentos, si, ao enfrentarmos com a pratica de todo esse enorme conjunto de princípios novos, ao sair do papel para os factos, não estiver **o professor feito instrumento capaz dessa obra.** Si o ensino de prendas é dado em horas determinadas, si ele é feito desde que a criança começa sua vida no ambiente da escola primaria do 1º grau; **si a mestra não rouba o tempo em que deve si ocupar no ensino outras disciplina, para gasta-lo ensinando prendas**; si o ensino de prendas é muito útil, ás crianças, e si as crianças apresentaram as prendas nas referidas exposições, mostraram também brilhante desenvolvimento intelectual como provaram os exames a que se submeteram, comunico que o desenvolvimento que tem tido o ensino de prendas não prejudica o preparo intelectual das crianças do sexo feminino. No professorado, falo genericamente, porque, para honra nossa e do magistério, temos grandes e distintas exceções; **há ainda preceptores arraigados á rotina dos velhos processos didáticos e aprecem não procurar aperfeiçoar sua instrução profissional,** e dentre as causas, para isso concorrentes, se nos antolham as seguintes: a falta de pouco tempo para a sua jubilação, a nenhuma recompensa digna dos seus serviços prestados á causa do ensino e a escassez dos vencimentos.

continuação

O que deveria ser feito para ensinar O ideal, as frases e máximas que resumem princípios didáticos	O que professor fazia ou como fazia para ensinar As práticas concretas,vivenciadas	O que não devia ser feito ou o que não se pode fazer para ensinar As denúncias ou como os outros fazem, as limitações
Um **programa uniforme para todos é antipedagógico**, porque as necessidades não são iguais em todos os povos. A organização dos alunos em grupos é de grande utilidade para uma organização pedagógica escolar. Classificação não é mais do que a divisão da escola em classes ou cursos. O **ensino** deve ter cunho **prático, intuitivo e variado**. Não só em virtude de um principio de didática, como também por atenção a idade das crianças do 1º curso (em media anos) compreende-se que o **ensino** há de ser **exclusivamente pratico**. No tocante ás disciplinas escolares, o **ensino** deve ter o cunho essencialmente **pratico, intuitivo, variado**, despertando na criança o interesse, provocando-lhe a **natureza investigadora** e, por conseguinte, o desejo do saber. Os aparelhos e os livros representam o muito neste particular, porém, não serão tudo nada serão, si o mestre não tiver a **habilidade para agradar ao aluno**; si ignorante das leis psicológicas, seu método for o processo bárbaro de amalgamar, deformar, retroagir na espécie animal a individualidade que embrutece em vez de cultivar, que embota em lugar de educar. No ensino da leitura o mestre deve explicar ao aluno os vocábulos, as proposições lidas, fazendo-lhe compreender a significação deles, o pensamento do autor, que é a alma do escritor. O menino assim **ouve com atenção a palavra do mestre**,	Dos processos observados, os exercícios escritos dão ótimos resultados. Baseando-se na experiência de 15 anos de exercício do magistério, não encontro vantagens no ensino de prendas nas escolas do 1º grão. É por meio da **conversação**, da **declamação de pequenas frases**, da **escrita de palavras de uso comum** e de **composições sobre coisas de uso vulgar** que a criança vae recebendo **as primeiras noções de gramatica** sem estra fatigando a memória com definições. Sendo o ensino da gramatica todo abstrato, a criança não o pode compreender. A obrigação do mestre é ministrar-lhe lições de acordo com a idade e a capacidade física e intelectual do aluno. Sempre fui adversa aos planos e programas de ensino cuja assimilação exige dos alunos excessivos esforços como anteriormente os assignava a nossa legislação. É, pois, fora de duvida que as excursões escolares tem importantíssimo valor pedagógico, assim no estudo da geografia como de varias outras especialidades do programa. Mas não é somente para fazer ver que o aluno aprenderá a orientar-se, o que implica o conhecimento dos pontos do horizonte, ao qual se ligarão noções sobre os acidentes geográficos locais. O professor terá ensejo de fazer o aluno conhecer, em simples conversa, os brasileiros que mais se distinguiram nos diferentes ramos da atividade humana.	**Para estes o livro é tudo**; eles não se aproveitam do que se acha ao alcance dos alunos para lhes ensinar a observar, para lhes ensinar a observar, para lhes das, na frase de Buisson, a intuição sensível, intelectual e moral. E o **ensino do calculo, ministrado ainda pelas arcaica tabuadas e pelas longas contas no quadro negro.** É de **necessidade imprescindível substituirmos a tabuada e as longas contas no quadro negro, por materiais que se recomendem para o ensino do calculo**, como sejam: os aparelhos destinados ao ensino do sistema racional de contabilidade, inventados pelo professor João Valente e explanados, em belíssima conferencia, pelo professor Luiz Pessanha, no 1º Congresso de Instrução, realizado em Minas gerais, em 1912, ou pelos quadros aritmologicos do professor Gonç nós alves Pereira, ainda não divulgados convenientemente, entre nós Com relação ao estudo da língua materna, afastemo-lo completamente das **regras decoradas**, isto é, façamos o estudo da gramatica pelo estudo da língua, e não o desta por meio daquela. Ao lado do ensino da historia, corre parelha o da geografia, o qual não se pode cifrar no decorar de nomenclaturas geográficas. A educação moral e cívica **não se alcança no aluno por meio de regras e máximas ou por leituras áridas e abstratas**, sem os começos concretos e intuitos, que se deve seguir em todos elementos da educação. Quanto atraente não se torna a escola, cujos alunos costumam fazer excursões, passeios aos jardins públicos museus, oficinas, fábricas, aos monumentos, etc.? [...] que, finalmente, suculento manancial para as lições de cousas. E **há mestres que se escusam deles, preferindo o não afastamento dos seus cômodos.**

O que deveria ser feito para ensinar O ideal, as frases e máximas que resumem princípios didáticos	O que professor fazia ou como fazia para ensinar As práticas concretas,vivenciadas	O que não devia ser feito ou o que não se pode fazer para ensinar As denúncias ou como os outros fazem, as limitações
entende a leitura, interessa-se por ela, tirando o devido proveito. De grande importância também é a **corrigenda da escrita** e do ditado **em presença do aluno**, fazendo-o reparar as suas faltas, explicando-lhe. O **método verdadeiro de ensino deve fazer intervir alternadamente o professor e os discípulos**, mantendo entre estes e aqueles uma continua **troca de ideias** sobre formas variadas, simples e engenhosamente graduada. **A repetição é alma do ensino**. A educação dos sentidos é, pois, um meio excelente de cultura física, intelectual e moral. Quando o menino brinca, sua natureza manifesta-se livremente, revelando as tendências que lhe são particulares. O professor expandindo-se nas lições de coisas fará ao aluno conhecer a opulência da fauna, da flora e das riquezas contidas no solo brasileiro. A **vocação para o ensino**, sem o qual não há métodos nem processos cuja excelência se possa determinar. Da curiosidade nasce a atenção; da atenção, a percepção e memória inteligente. A escola moderna é utilitária. Como tal o programa da escola do sexo feminino não deve ser o mesmo da escola do sexo oposto, cabendo ao professor aproveitar a capacidade aquisitiva de seus discípulos desenvolvendo-a e procurando aperfeiçoa-la, no intuito de lhes garantir mais ou menos um seguro meio de vida, ao saírem da escola, quando tem de enfrentar a luta pela existência.	Quero a escola cercada de todas as comodidades possíveis aos meios disciplinares ao ensino; **prefiro o emprego simultâneo dos métodos – objetivo, investigativo e expositivo** – segundo a ordem da classe e da matéria a ensinar, revestidos todos, quanto possível da forma intuitiva, seguindo ora a analise ou a síntese, como meios indispensáveis a curiosidade indutiva do aluno. Cumpre ao professor começar pela **educação dos sentidos** despertando a curiosidade do aluno levando a observar, exprimir corretamente o resultado do que observar. Na leitura, por exemplo tirar do trecho que serviu para exercício, todas as **explicações instrutivas** que ele encerrar; em gramatica, partir do exemplo para chegar á regra despojada das sutilezas das escolástica; tirar os assuntos de exercício de fatos correntes, de um incidente da aula, das lições do dia, inventar exemplos ao alcance do aluno que atraiam a sua atenção, fazendo que ele próprio os invente e escreva no quadro negro; não ensinar a geografia senão pela carta; em historia sacrificar sem escrúpulo as minudencias de pura erudição pondo em relevo as grandes linhas do desenvolvimento da nacionalidade o progresso das ideias sociais, as conquistas do espirito que são as verdadeiras conquistas da civilização crista; mostrar aos meninos os homens e as cousas por meio de imagens que engradeçam a sua imaginação e elevem a sua alma. Tal deve ser o caráter das lições da escola	Nas **escolas de meninos não se presta** quase que absolutamente atenção alguma **ao ensino do trabalho manual**, que tanto entretém a criança e ocupa hoje, por suas poderosas vantagens, lugar importante no quadro da educação integral completa; e nas de meninas entendem se ocupar demasiado com as obras custosas d'arte, de luxo, de fantasia, como os finosbordados, os ricos tecidos, os trabalhos de alta aplicação, para desprezarem os trabalhos ligeiros e uteis; a feitura, por exemplo das peças simples de uso, o concerto de pano, dos vestuários, enfim do necessário domestico. **É uma barbaridade dar-se a uma criança de curso atrasado um compendio de gramatica para lhe decorar as regras.** Doe-me ver uma pobre criancinha no segundo curso, quando as mais das vezes ainda nem sabe ler uma frase corretamente, estar soletrando regras puramente metafóricas, que o seu pequenino cérebro não pode entender. Convém notar a **exclusão** que na maioria das escolas, sofrem, as **menina**s desse precioso bem (jogos). Interesse do mestre em apresentar alunos para exame ou exigências de família para adiantar rapidamente o menino. O atual programa de geografia, nas escolas municipais, apresentapouca proficuidade ao ensino. Como regra geral, estabelecerei desde já que não se devem dispensar os aparelhos próprios ao ensino de geografia, não só pelo seu valor de intuição, como também pelo caráter pratico que imprime ao mesmo ensino.

continuação

O que deveria ser feito para ensinar O ideal, as frases e máximas que resumem princípios didáticos	O que professor fazia ou como fazia para ensinar As práticas concretas,vivenciadas	O que não devia ser feito ou o que não se pode fazer para ensinar As denúncias ou como os outros fazem, as limitações
		A **lei manda que seja o método intuitivo o inicial**, mas **as escolas estão desprovias do indispensável ao emprego de tal método**. **Distribuição das disciplinas**, entre os professores, de acordo **com as suas aptidões ou gosto** que houverem revelado por essa ou aquela outra disciplina, dando **franca liberdade de escolha**, porque deste **resultará o especialista**, que está mais perto do sábio, do que aquele se entregue a policultura intelectual, no ensino primário

Elaboração da autora a partir das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas de 1913,1914 e 1915.

1. Destacou-se em negrito as palavras e expressões que indicam métodos, procedimentos didáticos, práticas curriculares

APÊNDICE G - Salvador. Quesitos propostos para as Conferências Pedagógicas 1914-1915[41]

1914	1915
I – Qual o melhor processo para a cultura da língua materna na escola primaria, incutindo no alumno a sua fácil comprehensão? II – Quaes as vantagens ou desvantagens decorrentes da escripta obliqua ou da vertical? III – O ensino da calligraphia deverá continuar como até agora, sob o caracter unilateral direto, ou é da elevancia o processo ambidextro? IV – A base do ensino da arthmetica deverá assentar no calculo mental? *V – Para o ensino do systema metrico quaes os meios mecânicos adoptaveis: os de mppas murares ou os pesos e medidas, representados sob a sua forma natural?* VI – Qual o processo mais racional convinhável á cultura da geographia e da historia pátrias, como o fim de despertar o sentimento cívico? *VII – Que vantagens advêm da hygiene pedagogica e da inspecção medico-escolar?* VIII – Qual o material preciso para transmissão methodica e profícua das sciencias physico-naturaes? IX – Para o desenvolvimento das faculdades inventivas do educando é de grande utilidade o desenho geometrico? X – Que influencia exerce a musica no sentimento cívico e esthetico da escola?	*I – Na transmissão do ensino das diversas disciplinas da escola do 1º grão, deve-se excluir inteiramente o modo individual, em face da legislação em vigor? Em caso contrario, quando e em quaes disciplina?* II – Satisfazem ao ensino moderno as disposições puramente pedagógicas do regulamento n.245? Haverá conveniencia e necessidade de augmental-as em a nova legislação? III – Qual o melhor processo de transmissão do ensino simultaneo de geografia e historia pátrias a adoptar-se no momento actual, no ensino primario? IV – É justa a disposição legal que da indistinctamente um adjuncto por cada grupo de 60 alumnos, seja a escola do sexo masculino, seja do feminino? V – Será de utilidade manter-se uma revista mensal, afim de que o professorado tenha conhecimento do que se passa, no tocante ao ensino municipal, e onde possa o professor dissertar sobre assumptos tendentes ao ensino? VI – Haverá conveniência em se uniformisar os alunos das escolas municipaes? No caso affirmativo, qual a razão dela? *VII – Não será o concurso de provas o unico e melhor critério a adoptar-se para as nomeações de professores as escolas do 1º gráo?* VIII – Será dispensavel a taboada no ensino da arithmetica? Que processo lembra o professor para substituil-a? *IX – O desenvolvimento que tem tido o ensino de prendas como attestam as ultimas exposições escolares não prejudica o preparo intellectual das creanças do sexo feminino?* X – Não trará resultados incontestaveis e satisfactorios os livros de leitura na escola primaria? No caso affirmativo, quaes os melhores autores adoptar-se? *XI – Que remédios sociaes podem se apontados como mais eficazes e prontos para dar-se um combate enérgico no analfabetismo entre nós?*

[41] Não foi encontrada a relação de quesitos propostos para as conferências de 1913.
Foram destacados em itálico os quesitos que os professores escolheram para dissertar nas conferências pedagógicas.

continuação

1914	1915
XI – De que modo ministrará o professor a instrucção cívica e de que meios lançará mão?	XII – Que processo convem adoptar para generalisar, no nosso meio, o ensino primario com um caracter eminentemente pratico e utilitario, de modo a dar á infancia bahiana um conjuncto leve e solido dos principios e noções fundamentaes da vida?
XII – São necessários o canto e hymnos patrioticos, como factores complementares da educação civica?	XIII – De que processos devemos lançar mão, como incentivo para a educação dos adultos? Pela instituição dos cursos nocturnos, de conferencias, de bibliotecas particulares?
XIII – Sendo a gymnastica um dos meios capitães da educação physica, qual o melhor typo adoptar-se, compatível com as nossas condições de meio?	XIII – De que processos devemos lançar mão, como incentivo para a educação dos adultos? Pela instituição dos cursos nocturnos, de conferencias, de bibliotecas particulares?
XIV – Os exercícios militares trazem conveniencia á educação infantil, desde que o nosso paiz não vive como outros, debaixo do regimen militar?	*XIV – Quaes são os meios mais oportunos de estimular a frequencia escolar e a aplicação dos alunos nas escolas?*
XV – Como se tem praticado até hoje entre nós os trabalhos callisthenicos e os manuais?	XV – Em que bases deve ser assentada a educação moral e cívica nas escolas primarias, tendo-se em vista não só os sentimentos, que devem ser inculcados á infancia, mas também as nossas condições sociaes, costumes e temperamento?
XVI – Têm valor positivo nas escolas de meninas os trabalhos de agulha e de prendas; qual a sua importancia na vida pratica?	*XVI – Que meios devem ser empregados para associar a família na obra do ensino e da educação?*
XVII – Os resultados colhidos actualmente no ensino correspondem ao esforço e meios empregados?	XVII – Que instituições auxiliares da escola primaria devemos preconisar e como divulgar as caixas escolares, as caixas econômicas escolares, a mutualidade escolar, para melhor desenvolver a educação dos sentimentos de previdência e solidariedade?
XVIII – O material existente satisfaz os fins a que se destina? E no caso negativo, por qual deverá ser substituído?	XVIII – Trará resultados entre nós a coeducação do sexo no ensino primario?
XIX – Que medidas lembram á Intendencia os professores para consecução de tornar o ensino real e a escola útil?	XIX – Será possivel adoptar-se o ensino agrícola nas escolas primarias, de acordo com as diversas zonas do Estado?
XX – Qual a melhor feição a dar ao ensino das escolas nocturnas?	*XX – Quaes os sports ou exercicios physicos mais salutares e convenientes á educação da infancia, attendendo ás nossa condições mesologicas e além da gymnastica escolar em uso entre nós?*
	XXI – Quaes as vantagens que resultam do ensino de prendas nas escolas de 1º grau, segundo a organisação pedagógica a que obedece?
	XXII – É proveitosa a adaptação da escripta vertical sobre a inclinada ou ingleza?

APÊNDICE H – Quadro Salvador. Participação dos professores nas Conferências Pedagógicas por ano de apresentação das teses localizadas no AHMS e em jornais (1)

Nº	Professor	1913	1914	1915	Total
1.	Adelia Barroso	X	X	-	2
2.	Alice Araújo de Faria	-	-	X	1
3.	Amalia Barroso	X	X	-	2
4.	Amelia Augusta dos Reis Silveira	-	X	X	2
5.	America Amalia Barauna	-	X	-	1
6.	Amphrisia Santiago	-	-	X	1
7.	Apollonio José do Espirito Santo	X	-	-	1
8.	Aureliana Paula da Cunha	-	X	X	2
9.	Beatriz Contreiras	-	-	X	1
10.	Cincinato Franca	-	X	-	1
11.	Deoclecio Silva	-	-	X	1
12.	Edgar Pitangueira	-	X	-	1
13.	Emilia Edith de Oliveira.	-	-	X	1
14.	Esther de Figueiredo Queiroz	-	-	X	1
15.	Esther Sampaio de Meirelles	X	-	-	1
16.	Francisca Amelia da Silva Araujo	X	-	-	1
17.	Ignez Borges	X	-	-	1
18.	Isaura Gervasia da Cunha	-	-	X	1
19.	Isauro Abdon da Silva Coelho	X	-	-	1
20.	João Gonçalves Pereira	X	-	-	1
21.	Laura da Cunha Macedo	X	-	-	1
22.	Lucia de Barros	X	-	-	1
23.	Maria da Glória Gomes Moreira	X	-	-	1
24.	Maria Izabel Bittencourt Monteiro	-	-	X	1
25.	Severo Americo Pessôa da Silva	X	-	-	1
26.	Vicente Café	X	-	-	1
27.	Victoria Maria da Conceição Garrido	X	-	X	2
28.	Zulmira Doria D'Andrade	X	-	-	1
TOTAL		15	7	11	33

Fonte : Tabela elaborada a partir de cópias dos textos das teses manuscritas e impressas

ANEXOS

ANEXO A – Horário provisório para escolas 1899

Para as escolas do I.º gráo

HORARIO PROVISORIO

ESTUDOS

HORAS	RECITAÇÃO OU LECÇÕES
De 9h. ás 9 e 10 ms.	Exercicios preliminares, -Cantico inicial chamada.
De 9h. ás 9 e 10 ms.	Moral civica (lecção geral (3.ºC).....
De 9h. ás 9 e 30 ms.	(1.ºC) Leitura..... } Copia da lecção geral, - (2.º C) formação de pharses com lettras moveis ou na ardozia.
De 9h. ás 9 e 30 ms.	3.º C.) Leitura-(2.ºC.) Preparo da leitura; - 1.ºC) escripta ou formação de palavras com lettras moveis ou na ardosia.
As 10h	Escripta.
Ás 10h. e 30 ms.....	Sciencia phisico –naturaes, agricultura, hygiene, 2 lecções por semana para cada materia alternadamente (lecção geral). } 2.º e 3.ºC.) Copia da lecção geral
As 11h	1 Repouso
Ás 11h. e 5 ms.....	(1.º C.) Calculo e systema-metrico
Ás 11h. e 20 ms.....	(2.ºC) Leitura-(3.ºC) Calculo, solução de problemas (1.ºC.) exercicios e desenho
Ás 11h. e 45 ms.....	(3.ºC) Calculo e systema métrico – (1.º e 2.ºC) Calculo nas ardosias.
As 12h	Exames das ardosias e repouso.
Ás 12h. e 10 ms.....	Marchas e canticos ou hymnos patrióticos, alternados com exercícios militares ou gymnasticos..... } 3º C) copia da lecção geral, - (1º C) Exercício de syllabação de palavras nas ardozias.
Ás 12h. e 20 ms.....	Lingua materna.....
Ás 12h. e 50 ms.....	Geographia e Historia do Brazil. – 3lecções por semana de cada matéria – alternadamente lecção geral.....
Ás 1h e 20 ms	(2.ºC.) Calculo e systema-metrico.....
Ás 1h. e 35 ms.....	Geometria elementar, desenho, musica, 2 lecções por semana para cada materia;- alternadamente (lecção geral).
As 2h.....	Cantico final e sahida.

NOTA

Os exercicios de estudos serão alternadamente feitos com os trabalhos de agulha nas escolas de meninas, e com os trabalhos manuaes nas escolas de meninos.
A entrada de cada alumno, o professor collocal-o-á convenientemente para a revista de acceio 5 minutos antes do começo da classe.
Gabinete da Intendencia Municipal da Capital do Estado da Bahia, 24 de Abril de 1899, - Dr. *F. de Paula Oliveira Guimarães*.

ANEXO B – Grupo de professoras nas conferências pedagógicas de 1915

Outro aspecto das conferencias—Um grupo de professoras

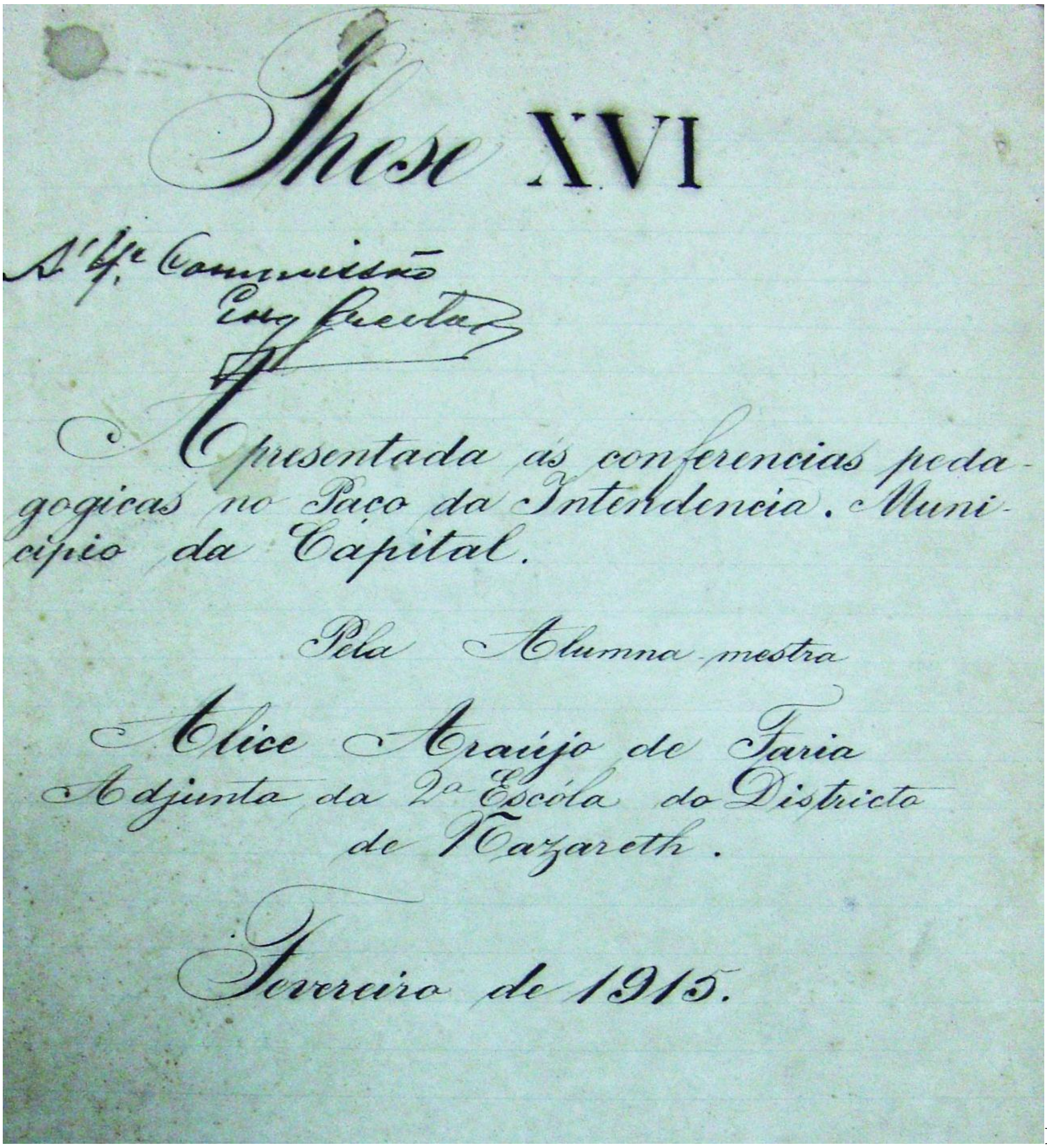
Fonte: Jornal de Noticias, Bahia, p.5, 25 fev. 1915.

Grupo de professores nas conferências pedagógicas de 1915

Um aspecto das conferencias—Grupo de professores—A' direita vê-se o professor Severo Pessôa, orador official

Fonte: Jornal de Noticias, Bahia, p.5, 25 fev. 1915

ANEXO C - Capa da tese apresentada em 1915, pela aluna mestra Alice Araújo de Faria


These XVI

A' 4ª Commissão
[illegible]

Apresentada ás conferencias peda-
gogicas no Paço da Intendencia. Muni-
cipio da Capital.

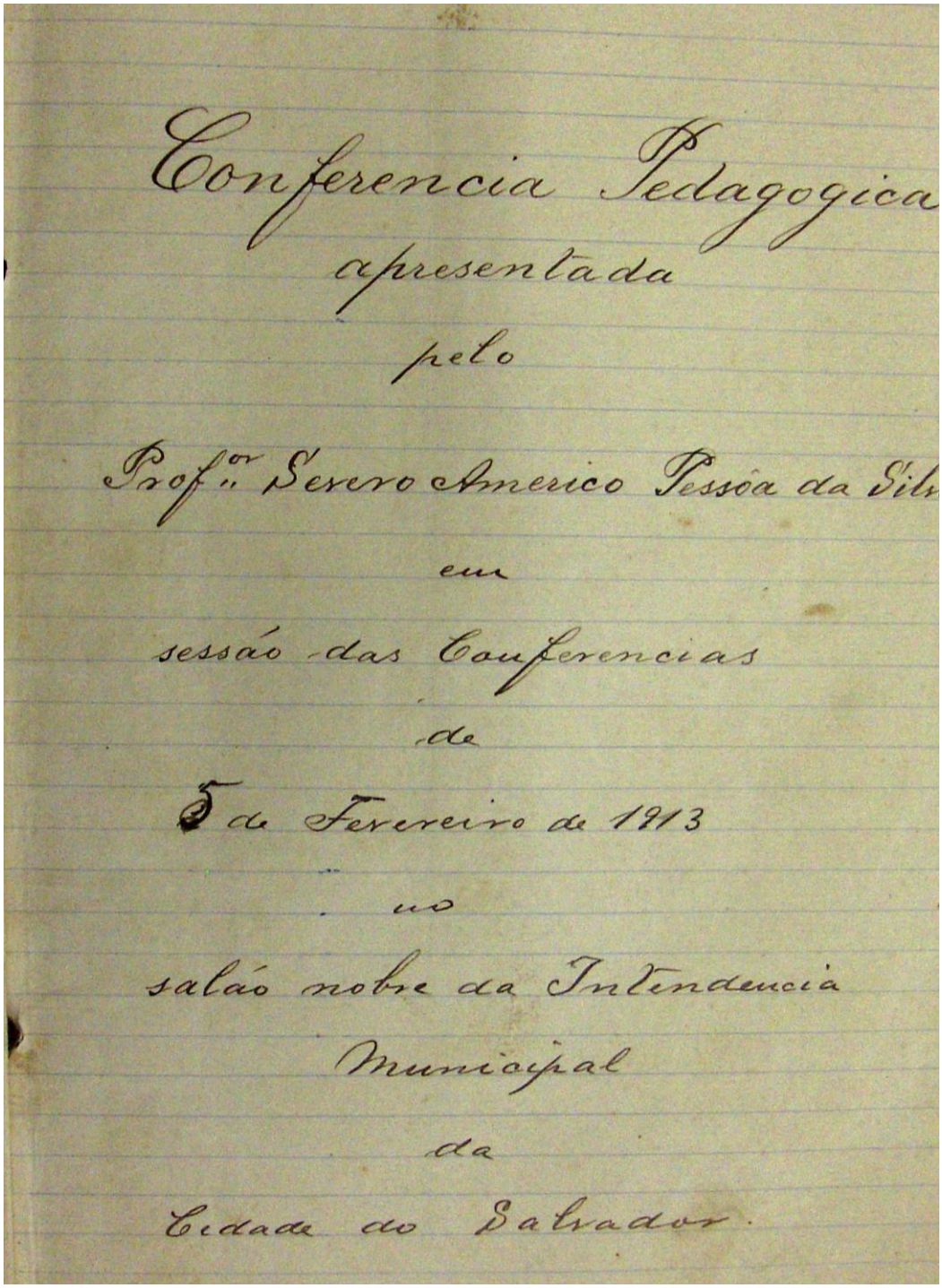
Pela Alumna-mestra

Alice Araújo de Faria
Adjunta da 2ª Escóla do Districto
de Nazareth.

Fevereiro de 1915.

Fonte: FARIA, Alice Araujo de. **Que meios devem ser empregados para associar a família na obra do ensino e da educação?** In: Conferências pedagógicas. Salvador, 1915 [*fl. 1-12*]. AHMS (CAIXA17).

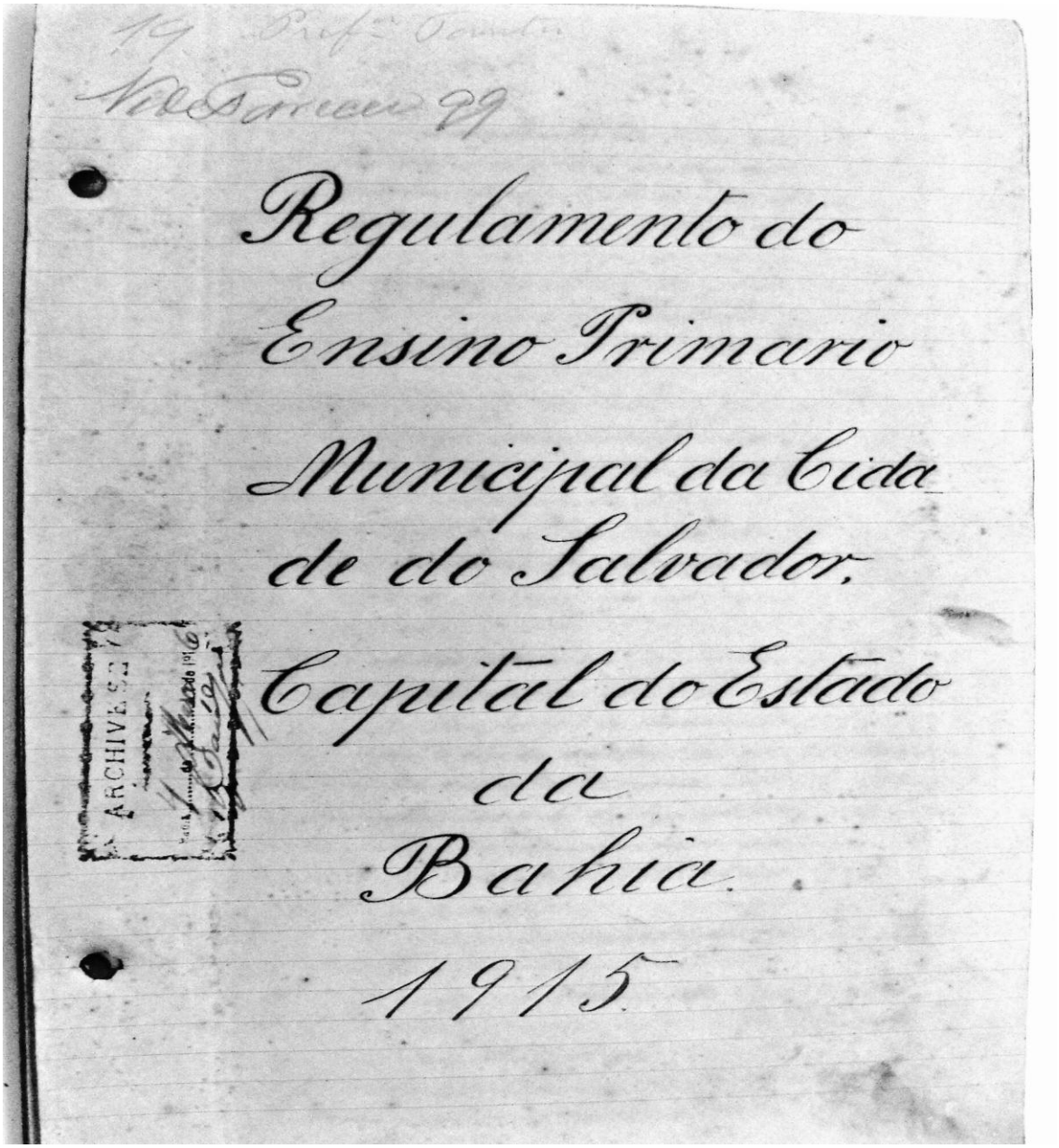
ANEXO D - Capa da tese de Severo Pessoa conferência 1913.



Conferencia Pedagogica
apresentada
pelo
Prof.or Severo Americo Pessôa da Silv
em
sessão das Conferencias
de
5 de Fevereiro de 1913
no
salão nobre da Intendencia
Municipal
da
Cidade do Salvador.

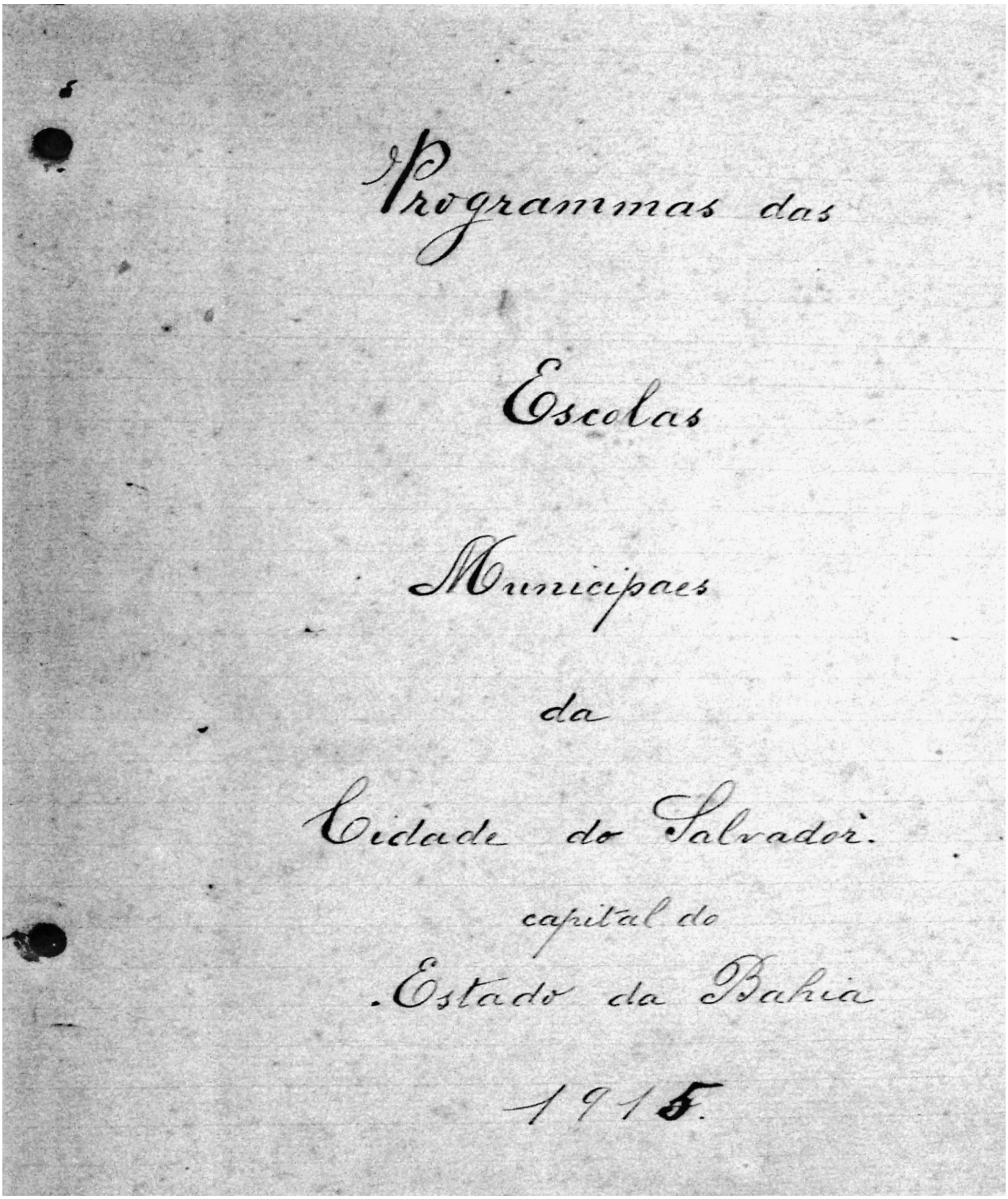
Fonte: SILVA, Severo Américo Pessoa da. [**Tese apresentada**]. In: Conferência Pedagógica. 05 de fevereiro de 1913, Salvador. Tese. AHMS [*fl. 1-49*]. (CAIXA 21).

ANEXO E - Capa do Regulamento do Ensino Primário Municipal 1915



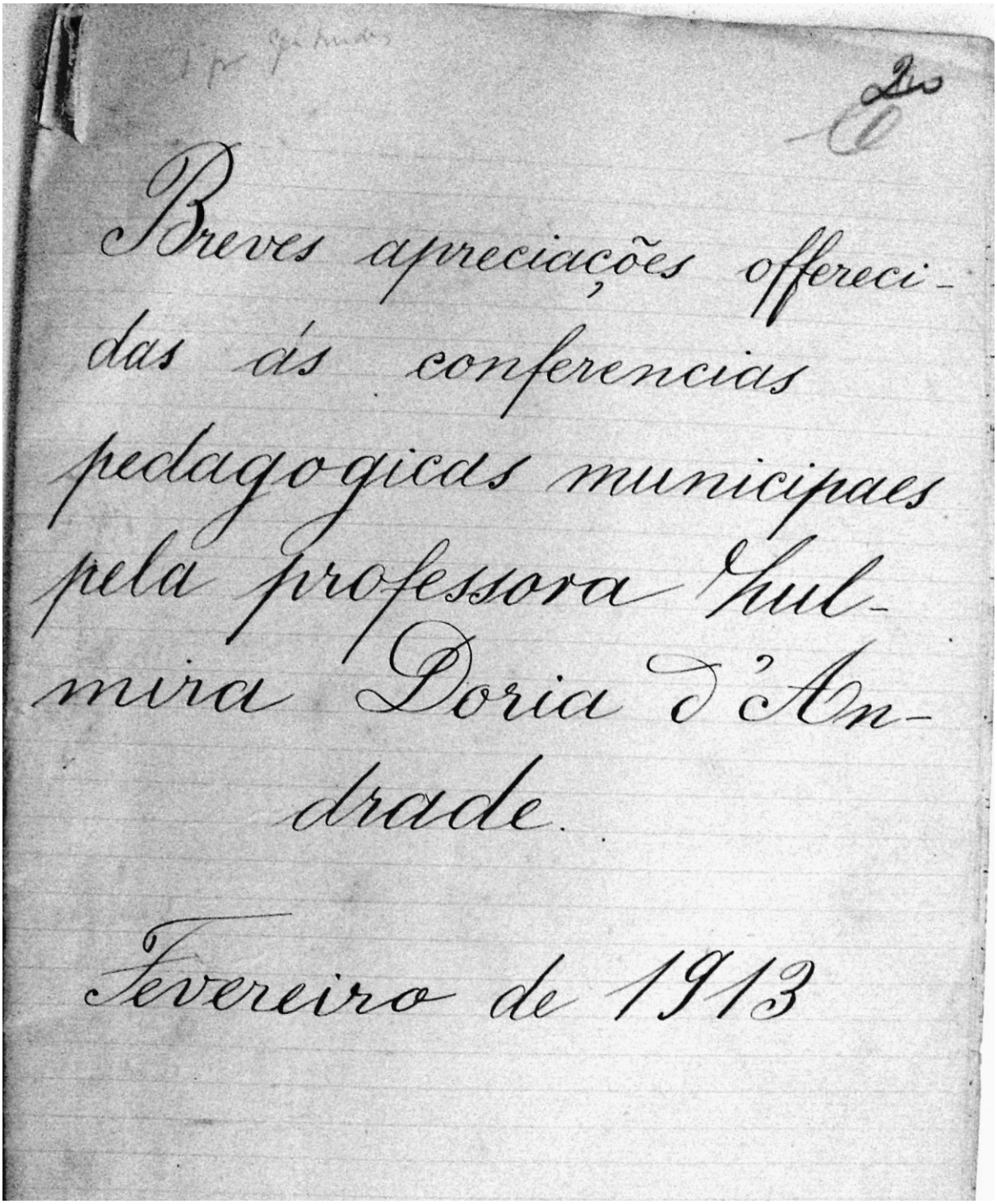
Fonte: Regulamento do Ensino Primario Municipal da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia 1915 - manuscrito com carimbo: "archive-se" 04.03.1916 - (anexo Programmas das Escolas Municipaes da Cidade do Salvador Capital do Estado da Bahia – 1915) [fl. 1-95]. AHMS (CAIXA7).

ANEXO F - Capa do programa das escolas Municipais 1915.



Fonte: Programmas das Escolas Municipaes da Cidade do Salvador Capital do Estado da Bahia – 1915 Anexo ao regulamento AHMS (CAIXA7).

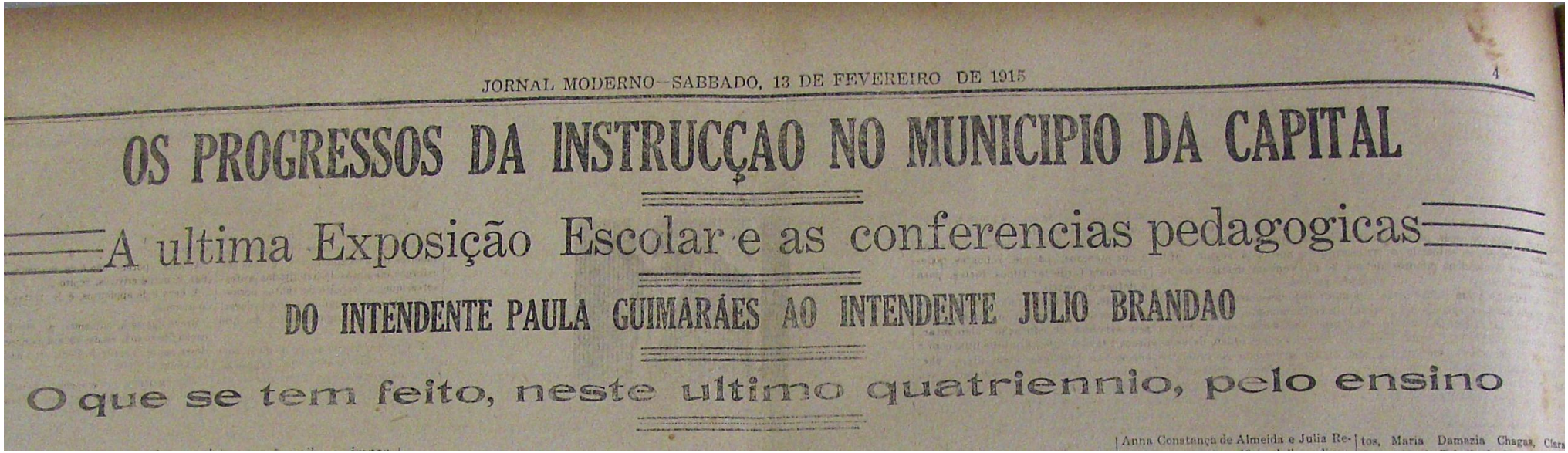
ANEXO G - Capa da tese da professora Zulmira Doria, 1915.


Breves apreciações offerecidas ás conferencias pedagogicas municipaes pela professora Zulmira Doria d'Andrade.

Fevereiro de 1913

Fonte: D'ANDRADE, Zulmira Doria. **Breves apreciações offerecidas ás conferencias pedagógicas municipais**, In: Conferências pedagógicas, Salvador fevereiro de 1913. AHMS [*fl. 10*]. (CAIXA17)

ANEXO H – Notícia Jornal Moderno, 1915.



JORNAL MODERNO — SABBADO, 13 DE FEVEREIRO DE 1915 4

OS PROGRESSOS DA INSTRUCÇAO NO MUNICIPIO DA CAPITAL

A ultima Exposição Escolar e as conferencias pedagogicas

DO INTENDENTE PAULA GUIMARÃES AO INTENDENTE JULIO BRANDAO

O que se tem feito, neste ultimo quatriennio, pelo ensino

Anna Constança de Almeida e Julia Re- | tos, Maria Damazia Chagas, Clar

Fonte: Jornal Moderno, Bahia, p.4, 13 de fev. 1915.